

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO**

Gláucio Antônio Santos

**ENCONTROS DE ENSINO RELIGIOSO NAS CIDADES DE
OURO PRETO E MARIANA: A LAICIDADE DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA EM QUESTÃO**

Mariana
2014

Gláucio Antônio Santos

**ENCONTROS DE ENSINO RELIGIOSO NAS CIDADES DE
OURO PRETO E MARIANA: A LAICIDADE DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca e Prof. Dr. Marco Antônio Torres.

Mariana
2014

S237e

Santos, Gláucio Antônio.

Encontros de ensino religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana [manuscrito]: a laicidade da educação pública em questão / Gláucio Antônio Santos. - 2014.
178f.: Quadros.

Orientador: Prof. Dr. Fonseca Marcus Vinícius.
Coorientador: Prof. Dr. Torres Marco Antônio.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Área de Concentração .

1. Ensino religioso - Teses. 2. Política eclesiástica - Teses. 3. Multiculturalismo - Teses. 4. Ouro Preto (MG) - Teses. 5. Mariana (MG) - Teses. I. Fonseca, Marcus Vinícius. II. Torres, Marco Antônio. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 2-726.6(815.1)




Gláucio Antônio Santos

**"Encontros de Ensino Religioso nas Cidades de Ouro Preto e Mariana: a
Laicidade da Educação Pública em Questão"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca (Orientador)
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof. Dr. Marco Antônio Torres (Coorientador)
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof. Dr. Heli Sabino de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, registro a minha gratidão, especialmente:

Aos professores Dr. Marcus Vinícius Fonseca e Dr. Marco Antônio Torres pela orientação, apoio e aprendizado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP e aos colegas de classe.

À Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto e à Arquidiocese de Mariana por permitirem a realização da pesquisa nas sedes de suas instituições.

Aos professores dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso que contribuíram para realização da pesquisa.

Aos gestores e colegas de trabalho da Coordenadoria de Comunicação Institucional da UFOP.

À minha família.

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir. (Cora Coralina, 2014).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como a laicidade do Estado brasileiro e a diversidade religiosa eram tratadas nos Encontros de Metodologia e Filosofia de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana, oferecidos pela parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto, e a Arquidiocese de Mariana. Abertos aos professores de ensino religioso das redes pública e privada, orientações e materiais pedagógicos eram socializados nas reuniões com o objetivo de fornecer conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A metodologia adotada na investigação foi a análise qualitativa, por meio de pesquisa documental, observação-participante, entrevista semiestruturada e questionário, com o objetivo de identificar a proposta pedagógica utilizada nas reuniões, compreender e analisar como a diversidade religiosa era abordada durante esses eventos e compreender como se estabelecia o conceito de Estado laico na parceria estabelecida entre Estado e Igreja Católica. Os resultados da pesquisa mostraram que houve significativa influência do cristianismo nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, considerando a forte presença cristã nos materiais pedagógicos socializados nas reuniões, a ausência de líderes religiosos não cristãos nos eventos de capacitação e a falta de acompanhamento não sistemático por parte do Estado. Soma-se a tais questões os espaços de realização das reuniões, ligados à Igreja Católica, marcados por símbolos e significados religiosos. A diversidade religiosa não foi respeitada, e o Estado não cumpriu seu papel de regular as práticas pedagógicas nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso nas cidades de Mariana e Ouro Preto, evitando que uma única religião fosse privilegiada.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Laicidade. Diversidade Religiosa.

ABSTRACT

This research aimed to investigate how the secularity of Brazilian state and the religious diversity were dealt in the Methodology and Philosophy of Religious Education Meetings in the towns of Ouro Preto and Mariana, offered by the partnership between the State Department of Education, through the Superintendent Regional Education (SRE) in Ouro Preto, and the Archdiocese of Mariana. Open to teachers of religious education from public and private schools, guidelines and pedagogical materials were socialized in the meetings with the objective of providing content to be learned in the classroom. The methodology adopted in the study was the qualitative analysis, through documentary research, participant observation, semi-structured interviews and questionnaire, in order to identify the pedagogical proposal used in meetings, to understand and to analyze how religious diversity was addressed during these events and to understand how the concept of the Secularity State in the partnership between the State and the Catholic Church was established. The research results showed that there was significant influence of Christianity in Methodology and Philosophy of Religious Education Meetings, considering the strong Christian presence in the socialized pedagogical materials in the meetings, the absence of non-Christian religious leaders in the fundraising events and the lack of non-systematic monitoring by the State. It is added to these issues the spaces of the meetings, linked to the Catholic Church, marked by religious symbols and meanings. Religious diversity was not respected, and the State did not fulfill its role of regulating the pedagogical practices in Methodology and Philosophy of Religious Education Meetings in the towns of Ouro Preto and Mariana, preventing that a single religion was privileged.

Keywords: Religious Education. Secularity. Religious Diversity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Declaração de participação e carga horária.....	38
Figura 2 - Lista de Presença/Anverso	57
Figura 3 - Recorte da Lista de Presença/Verso	58
Figura 4 - Programa para o Ensino Religioso	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Reuniões na cidade de Ouro Preto	59
Quadro 2 - Reuniões na cidade de Mariana	60
Quadro 3 - Temas das reuniões dos Encontros de Ensino Religioso	93
Quadro 4 - Tópicos das Pautas.....	95
Quadro 5 - Materiais socializados nos Encontros de Metodologia.....	97
Quadro 6 - Grupos religiosos predominantes nos materiais dos Encontros de Metodologia.....	98
Quadro 7 - Diversidade religiosa em Ouro Preto e Mariana.....	101

LISTA DE SIGLAS

- ABESC** - Associação Brasileira de Escolas de Ensino Superior
- ADI** - Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AEC** - Associação de Educação Católica
- ASSINTEC** - Associação Interconfessional de Educação de Curitiba do Paraná
- CEB** - Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
- CIER** - Conselho de Igrejas para Educação Religiosa de Santa Catarina
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNEC** - Campanha Nacional pela Escola da Comunidade
- CNTE** - Conselho Nacional de Trabalhadores em Educação
- COMCER** - Comissão Central de Educação Religiosa
- CONER** - Conselho do Ensino Religioso
- CONIC** - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
- CRER** - Conselho Regional de Ensino Religioso
- ERE** - Ensino Religioso Escolar
- FENEN** - Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino Particular
- FONAPER** - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
- GRERE** - Grupo de Reflexão Nacional sobre Ensino Religioso
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN** - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IRPAMAT** - Instituto de Pastoral de Campo Grande, Mato Grosso
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação
- PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PCNER** - Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso
- PNLD** - Programa Nacional do Livro Didático
- SEE/MG** - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
- SRE** - Superintendência Regional de Ensino
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
CAPÍTULO I - LAICIDADE E O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	7
1.1. O processo de secularização e laicidade no Brasil	7
1.2. Laicidade e pluralidade religiosa brasileira	22
CAPÍTULO II - OS ENCONTROS DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO EM OURO PRETO E MARIANA	32
2.1. Parceria institucionalizada entre Estado e Igreja	32
2.1.1. Mudanças na lei delimitam ação dos cursos de metodologia e filosofia.....	41
2.2. A não neutralidade do espaço diante da confessionalidade católica	46
2.3. A Lista de presença e o Cronograma das reuniões	55
CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS TEÓRICAS ADOTADAS NOS ENCONTROS DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO EM OURO PRETO E MARIANA	63
3.1. Modelos de ensino religioso e a proposta pedagógica para os professores	63
3.1.1. Programa estadual defende a perspectiva cristã para o ensino religioso.....	77
3.1.2. Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso propostos pelo FONAPER	89
3.2. A dinâmica e os temas das reuniões de capacitação em Ouro Preto e Mariana	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE	115
ANEXO	128

APRESENTAÇÃO

O Brasil contemporâneo é permeado de influências e resquícios de um período colonial fortemente marcado pela presença do catolicismo. Na educação, na arquitetura, na cultura, na política e até na economia de algumas cidades, encontram-se vestígios desta religião, que sempre esteve próxima ao Poder, como visto no passado durante o regime de Padroado. Este configurava como acordo entre o Estado e a religião; o primeiro construía e mantinha igrejas, com nomeação de padres e bispos, enquanto a Igreja Católica legitimava as ações dos colonizadores portugueses.

Transformações sociais na Europa, como o surgimento de correntes de pensamento entre os séculos XVI e XIX, provocaram ruptura nessa relação, modificando a atuação desses dois organismos no Brasil. Enquanto a secularização ocasionou o distanciamento entre a religião e os diversos setores da sociedade, a laicidade permitiu que Estado e Igreja convivessem de forma autônoma, sem relações de dependência e interferência. A laicidade possibilitou que a diversidade coexistisse independente do tempo de fundação de uma denominação religiosa, do surgimento de uma corrente de pensamento ou de suas forças de aglutinação de seguidores. É este mesmo Estado laico que garante ao indivíduo viver segundo os preceitos de uma religião, redefinir sua opção de crença ou simplesmente não crer ou não participar de nenhuma denominação religiosa.

Mas as mudanças sociais no Brasil não significaram o distanciamento das lideranças católicas dos debates e das decisões na sociedade que emergiam do Judiciário e das articulações políticas dos Poderes Executivo e Legislativo nas esferas municipal, estadual e federal. O acompanhamento e as inferências contínuas da Igreja Católica em matérias de interesse social, como no ensino religioso escolar e nas discussões sobre casamento civil de pessoas do mesmo sexo, aborto, métodos contraceptivos, entre outros, provocam constante e intenso debate acerca da laicidade do Estado, dado o trânsito político costumeiro dos católicos ocasionado pela experiência nos mais de 500 anos de história do país. Nesse sentido, soma-se à Igreja Católica a atuação das Igrejas Evangélicas.

A apropriação desses temas sob uma perspectiva cristã ou por qualquer outra denominação religiosa tende a comprometer a laicidade do Estado, que deve se pautar pelos interesses dos cidadãos. Nesse contexto, carregado de conflitos, tensões e relações de poder, no presente estudo, buscou-se investigar e analisar, nos dois semestres de 2013, o Ensino Religioso escolar em Mariana e Ouro Preto, cidades tricentenárias marcadas pelo catolicismo, em Minas Gerais; Estado que se destacou no passado como o maior plantel escravista do

império (VEIGA, 2010). Com uma parceria institucionalizada e não formalizada, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, e a Arquidiocese de Mariana promovem Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso voltados para professores das redes pública e privada, que buscam, nesses eventos, orientações e propostas de práticas pedagógicas.

Para o desenvolvimento da investigação, adotou-se procedimentos típicos da pesquisa qualitativa, que é definida por John Creswell (2007, p.35) como:

[...] aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.

Inicialmente, definiu-se como objeto da pesquisa detectar e compreender os desafios e a especificidade da formação do professor de ensino religioso da rede estadual de ensino. Pretendia-se identificar e entender a especificidade da formação do professor de ensino religioso; conhecer as diretrizes normativas adotadas pela Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto em conformidade com a laicidade do Estado Brasileiro; e identificar os materiais pedagógicos apresentados no Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso para posterior utilização nas salas de aula.

O tratamento da questão se fez no diálogo com diferentes autores, entre eles, Débora Diniz (2010), Luiz Antônio Cunha (2013) e Roseli Fischmann (2012). Investiu-se na aproximação com o campo por meio da pesquisa exploratória, utilizando uma abordagem etnográfica como uma das técnicas. Clifford Geertz (1978) a define como uma análise descritiva e que consiste em selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias e construir um diário que registre o trabalho de campo.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato - a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados - é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico [...] escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir

uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p.20).

Com base em Geertz (1978), foi iniciada a aproximação com o campo de pesquisa, no primeiro trimestre de 2013, com o objetivo de conhecer os atores sociais da cidade de Ouro Preto. Neste município, na Superintendência Regional de Ensino (SRE), foram colhidas informações sobre a realização de um curso de formação para professores da disciplina oferecido pela Arquidiocese de Mariana. No órgão estatal, soube-se que o Centro Arquidiocesano de Pastoral era o lugar de referência para os docentes que trabalhavam com o ensino religioso escolar nas escolas estaduais, subordinadas à SRE, e que recebiam, ainda, profissionais de educação das redes municipais e privada.

Com a autorização da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto e da Arquidiocese de Mariana, procedeu-se o acompanhamento de reuniões sistemáticas na cidade de Mariana sob a perspectiva de uma abordagem à observação participante. Segundo Lícia Valladares (2007) essa técnica

implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao Pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los. [...] A observação participante supõe a interação Pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma auto-análise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do Pesquisador tem que ser justificada e sua transformação em "nativo" não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a "curiosidade" quando não a desconfiança (VALLADARES, 2007, p.154).

Cada reunião do curso tinha duração prevista de quatro horas - das 8h30 às 12h30, e os trabalhos eram coordenados por uma professora com especialização em Ensino Religioso. Os eventos eram compostos de dinâmicas de grupo, leituras de textos, socialização de materiais e experiências pedagógicas e instruções. Com acolhimento por parte da professora responsável pelo curso e também das participantes, teve-se conhecimento de que as reuniões eram oferecidas na cidade de Ouro Preto, com a mesma proposta pedagógica, onde também começou a ser realizado um acompanhamento sistemático.

A observação participante provocou nova configuração na investigação, que inicialmente, segundo o projeto de pesquisa, tinha como sujeitos os professores da rede estadual de ensino religioso de Ouro Preto e Mariana. Com uma análise inicial nos dados no

diário de campo, alguns elementos suscitaram questionamentos. Entre eles, o fato de os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso serem oferecidos em lugares sob forte influência da Igreja Católica. Enquanto na cidade de Mariana, as reuniões eram promovidas no Centro Arquidiocesano de Pastoral; em Ouro Preto, aconteciam em uma sala do prédio do Centro de Formação Humana, que trazia em sua fachada referência à Sociedade São Vicente de Paulo, organismo social da Igreja Católica. No local, imagens de santos dividiam o espaço com os cursistas durante as reuniões de capacitação. Chamou a atenção, ainda, o fato de os encontros nessas duas cidades estarem centralizados em uma única pessoa, que também exercia o papel de agente pastoral com atividades catequéticas nos trabalhos da Igreja Católica. Por outro lado, não havia um acompanhamento sistemático por parte da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto. Soma-se a isto o fato de o órgão estatal ter encaminhado este pesquisador para a Arquidiocese de Mariana por não ter informações documentadas relacionadas ao Ensino Religioso Escolar.

Diante dessas questões, definiu-se por investigar como a laicidade do Estado Brasileiro e a diversidade religiosa eram tratadas nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Para tal, buscou-se identificar a proposta pedagógica utilizada nas reuniões, analisar como a diversidade religiosa era abordada durante os encontros e, por fim, compreender como se estabelecia o conceito de Estado laico nesses eventos oferecidos em parceria pelo Estado e pela Igreja Católica.

No Centro Arquidiocesano de Pastoral e no Centro de Formação Humana, foram reunidos vários documentos referentes aos encontros. O material era composto por textos, músicas, poemas, instruções normativas, textos religiosos e textos diversos, além de legislações e propostas de conteúdo para a disciplina. Foi possível, também, obter cópias de listas de presença, pautas e cronograma de reuniões, entre outros documentos.

A coleta de dados se deu, ainda, com a aplicação de questionário¹, que teve o objetivo de conhecer e analisar a percepção dos profissionais da educação quanto aos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Optou-se por desenvolver essa atividade no Centro Arquidiocesano de Pastoral, em Mariana, com a finalidade de otimizar os trabalhos de investigação, aproveitando a presença dos cursistas. No local, sete professoras foram convidadas a responder as questões, sendo que apenas uma ficou de encaminhar as respostas por e-mail, o que não ocorreu. Por meio de tal técnica, julgou-se importante saber se os docentes pertenciam a alguma religião e qual denominação, se eram profissionais concursadas

¹ O modelo do Questionário encontra-se na seção Apêndice.

ou contratadas, há quanto tempo lecionavam ou participavam dos encontros e de que forma as atividades contribuía com a prática docente, entre outras questões. Além de obter essas informações, o questionário teve como objetivo traçar um perfil que servisse de base para a seleção de professores que seriam entrevistados, em processo posterior.

Para a entrevista² semiestruturada, foram escolhidas três professoras da cidade de Mariana, considerando inicialmente a religião (uma evangélica e duas católicas) em busca de compreender a percepção dessas docentes quanto ao Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso e às questões que envolviam a disciplina. Levou-se em consideração, ainda, o tempo de participação no curso de capacitação, definindo-se por aquelas que apresentavam 1 mês, 7 anos e 15 anos. Foram entrevistadas, também, a Superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto e a coordenadora dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso por entender que se tratavam de sujeitos de referência para as escolas e para os docentes da disciplina. O local utilizado foi definido pelo participante, conforme sua disponibilidade de dia e horário, como praça pública, residências e espaço de atuação profissional. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, apresentadas para as entrevistadas para a conferência das informações. Com aprovação do material transcrito, foi apresentado ao participante o pedido de autorização, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A compreensão e a análise dos dados desta pesquisa são apresentadas neste trabalho que está estruturado em três capítulos. O Capítulo 1, intitulado "Laicidade e o Ensino Religioso no Brasil", expõe a trajetória do ensino religioso, desde o período colonial até a atualidade, demonstrando como o campo é tenso e carregado de interesses políticos e religiosos.

O Capítulo 2, "Os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso em Ouro Preto e Mariana", aborda a questão da parceria institucionalizada entre Estado e Igreja, para oferecimento do curso de capacitação.

O Capítulo 3 traz as "Perspectivas Teóricas Adotadas nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso em Ouro Preto e Mariana". Ele contempla a dinâmica, temas e posicionamentos adotados no material socializado pela coordenação e professores participantes das reuniões de formação.

E, por último, são apresentadas as "Considerações Finais".

² O modelo da Entrevista encontra-se na seção Apêndice.

CAPÍTULO I - LAICIDADE E O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

1.1. O processo de secularização e laicidade no Brasil

O Ensino Religioso continua sendo um tema permeado de intensos debates nos campos acadêmico, político e jurídico. São polêmicos os embates gerados diante das apropriações, por parte das religiões, que tendem a comprometer a secularização e a laicidade do Estado em constante processo de construção. Explica Carlos Roberto Jamil Cury (2004, p.183) que a secularização é um "processo social em que os indivíduos ou grupos sociais se distanciam de normas religiosas quanto ao ciclo do tempo, quanto a regras e costumes e mesmo com relação à definição última de valores". Antônio Flávio Pierucci (1997) caminha na mesma direção, conceituando da seguinte forma:

A secularização se caracteriza fundamentalmente pelo declínio da religião, pela perda de sua posição axial e pela autonomização das diversas esferas da vida social da tutela, do controle da hierocracia. A religião no mundo moderno perde força e autoridade sobre a vida privada e cotidiana (PIERUCCI *apud* RANQUETAT, 2008, p. 62).

Pode-se compreender que o processo de secularização tem como resultado a autonomia pela qual a sociedade se orienta, sem deixar se levar pelas orientações e apelos das religiões. A Igreja Católica Apostólica Romana se acostumou por séculos a exercer, ao contrário, uma força centrípeta sobre as organizações temporais humanas em diferentes partes do planeta, em nome de um transcendente (FISCHMANN, 2012). Mas o seu poderio perdeu força, abrindo espaço para outras possibilidades na busca e na divulgação do conhecimento, resultando no declínio do monopólio religioso. Vários movimentos, ao longo do tempo, romperam com a ingerência da Igreja sobre as atividades sociais, a partir da decadência simultânea da ordem católica e feudal e do desenvolvimento das ciências. No século XVI, o protestantismo abalou as estruturas do catolicismo que detinha o domínio do campo da fé. Na Itália, o movimento Renascentista fez uma ruptura com o passado medieval, e assistiu-se ao início de um irreversível processo de secularização da sociedade, espalhando-se, nos dois séculos seguintes, para o resto da Europa. No século XVIII, o Iluminismo, conhecido como período das luzes sobre as sombras, o homem deixou de se apoiar em opiniões alheias e passou a utilizar seu próprio entendimento, buscando sua maioria da razão e a liberdade de julgamento (BOTO, 2003). No mesmo século, sob a influência do Iluminismo, a Revolução Francesa minou as forças do alto clero (e da nobreza), na qual a Igreja Católica foi esteio da

monarquia, do século XIV até o XIX. O Positivismo, do francês Auguste Comte, no século XIX, também possui relevância nesse processo, que consiste basicamente na observação dos fenômenos, deixando de lado explicações externas. De caráter sociológico, filosófico e político, o pensamento dominou parte da cultura europeia - filosofia, artes, literatura - de aproximadamente 1840 até a Primeira Guerra Mundial.

Essas correntes de pensamento e movimentos criaram um hiato entre a fé e a razão, produzindo efeitos no espaço escolar. Sob o comando de Jules Ferry, ministro da Instrução Pública, no período 1879/1883, iniciou-se a laicização do ensino público na França que teve como um dos defensores o Marquês de Condorcet. Em 1772, ele já defendia a igualdade de oportunidades, com a universalidade da instrução, por meio da escola laica, capaz de promover justiça para as camadas menos privilegiadas, provocando, no futuro, equalização no acesso à escola e diminuição de desigualdades. O conhecimento traria uma característica emancipatória posta na formação da consciência livre do indivíduo (BOTO, 2003). Do passado medieval para o mundo moderno, houve um rompimento da subordinação das esferas sociais à religião diante do desenvolvimento da ciência, da técnica e do racionalismo. Essas mudanças ressoaram como uma "referência transnacional, pautando, como modelo, projetos e parâmetros reformadores da instrução pública nos mais variados países do continente europeu (e, inclusive, na América Latina – muito particularmente no Brasil)" (BOTO, 2003, p.741).

Antes de avançar sobre as luzes projetadas sobre o Brasil, principalmente no tocante à escola laica, é importante a compreensão sobre a laicidade. Basicamente, ela se caracteriza pela separação entre Estado e religião, um fenômeno político, garantindo a separação entre o poder político e o poder religioso (RANQUETAT, 2008), inscrita num marco político e sociológico (DINIZ, 2010). O Estado, ao adotar o princípio da laicidade, distancia-se dos cultos religiosos, sem assumir uma religião, privando-se de interferir no campo religioso seja pelo apoio ou bloqueio a alguma confissão religiosa (CUNHA, 2013).

Lacerda (2012) afirma que é possível encarar a secularização como uma condição para a laicidade, mas, nem por isso, são a mesma coisa. O sociólogo, ao explicar a laicidade, toma a diferenciação o próprio processo de secularização de uma determinada sociedade.

A secularização consiste no processo social em que os valores teológicos perdem importância, ou seja, em que o transcendentalismo teológico cede espaço para um progressivo imanentismo. {} a laicidade é um processo político-institucional de separação entre o Estado e a(s) Igreja(s); de modo geral, é razoável aceitar que a laicidade requer a secularização para ocorrer – embora, do ponto de vista histórico, nem sempre isso aconteceu, especialmente no que se refere à neutralidade do Estado laico face à(s) Igreja(s). (LACERDA, 2012, p. 04).

As mudanças sociais que ocorreram na Europa entre os séculos XVI e XVIII provocaram mudanças no Brasil. Colonizado por Portugal por volta de 1540, a religião católica foi introduzida numa parceria entre Igreja e Estado. A religião legitimava a monarquia e a exploração escravista para a produção, voltada para a exportação, em um contexto de controle social. Na época, a Companhia de Jesus atuava na educação dos colonos e dos índios, priorizando valores cristãos. Ailton Trindade da Silva (2008) explica que a religião era ministrada de forma diversificada, com o objetivo de atender a interesses e capacidades por meio do canto orfeônico, musical, instrumental, aprendizado profissional agrícola e, ainda, à gramática. "Nesse período não se falava ainda do Ensino Religioso como uma disciplina, se tratava de uma formação religiosa. O termo técnico mais plausível seria 'evangelização' ou 'catequese'" (idem, p.87). Em Portugal, o Marquês de Pombal buscava transformar e adaptar a sociedade aos movimentos sociais, econômicos e políticos que estavam ocorrendo na Europa do século XVIII. A ideia era que a escola, antes de atender aos interesses da religião, deveria servir a Coroa.

Sob a acusação do Marquês de Pombal, de formação de um Estado dentro do outro, a Companhia de Jesus foi expulsa dos solos portugueses em 1759, decisão que atingiu a colônia brasileira³. Essa situação não modificou o cenário religioso no Brasil, no qual a confessionalidade católica se manteve durante o período colonial, desaguando na proclamação da Constituição de 1824, quando se tornou religião oficial do Império. Na prática, o Estado recebia dízimos eclesiásticos, mantendo a tutela sobre a Igreja Católica Apostólica Romana, subsidiando o clero materialmente e nomeando bispos. Isso era conhecido como Regime de Padroado, também praticado na Espanha e em Portugal. Sem os jesuítas, a educação ficou aos cuidados dos leigos, sob os princípios da moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana (CUNHA, 2013).

Influenciado pelas mudanças sociais que ocorreram na Europa, o novo regime jurídico se estabeleceu no país a partir do Decreto 119-A, de 1890, extinguindo o Padroado e o sistema regalista (doutrina que defendia a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas). Foi a Constituição de 1891 que declarou separados o Estado e a Igreja, ficando a

³ Shigunov Neto e Maciel explicam que a análise da expulsão da Companhia de Jesus deve ser compreendida enquanto um processo mais amplo, e que envolve questões de cunho político, ideológico e econômico. [...] deve ser considerada a hipótese de que, para além de todas as motivações de natureza ideológica de fundo mais ou menos iluminístico, o fenômeno da expulsão dos jesuítas da Península Ibérica se liga fundamentalmente a uma dada conjuntura imperial quer de Portugal quer de Espanha. É que no Brasil as minas de ouro tendiam para a exaustão, o que tornava necessário rever e recondicionar uma nova política geral para com a grande colônia sul-americana, sem a qual Portugal não fazia sentido no mundo de então. Ora, o tradicional papel dos jesuítas no Brasil - a sua força ideológica e até econômica - impedia ou dificultava esse recondicionamento da política luso-brasileira. (SERRÃO *apud* SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p.7).

laicidade explícita em um artigo referente à educação. Luiz Antônio Cunha (2013) afirma que:

(...) um artigo da Constituição de 1891, sobre a educação, expressou de modo mais claro a laicidade republicana, ainda que equivocada na qualificação. 'Será leigo {isto é, laico, LAC} o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (art. 72, parágrafo 6º). Apesar da confusão entre leigo e laico, essa foi a única passagem de uma Constituição brasileira, até os dias atuais, em que a atividade do Estado brasileiro foi explicitamente qualificada na legislação de laica (leiga no texto original). Em todas as demais, a laicidade é implícita, e tem de ser deduzida, devido às ambiguidades remanescentes no ordenamento jurídico de nosso país. (CUNHA, 2013, p.43-44. Grifo do autor).

Cunha (2013) chama atenção para a confusão no campo religioso para o conceito de laico e leigo. O autor explica que leigo não concerne ao Estado nem a uma instituição, mas a um grupo de indivíduos ou apenas um indivíduo. A Igreja Católica, por exemplo, possui grupo de leigos atuando em diversas atividades, sejam catequéticas ou no campo social. Importante esclarecer, ainda, que Estado laico também não é Estado ateu. No Estado laico, não há combate às religiões nem ações que as desqualifiquem. Ao contrário, a laicidade opera no sentido de permitir que a diversidade religiosa exista, seja respeitada e que os indivíduos tenham a liberdade de fazer escolhas, inclusive em não pertencer a nenhuma denominação religiosa ou simplesmente não crer.

A laicidade fez com que o ensino confessional perdesse espaço nos estabelecimentos públicos, ruindo o monopólio religioso exercido pelo catolicismo, anteriormente desempenhado no período colonial. Na nova Constituição, estavam previstos que a Igreja Católica seria livre num Estado também livre, haveria a instauração da liberdade de cultos e não existiria a religião oficial; o casamento civil passaria a ser antes do religioso; e haveria a proibição de subvenção para manutenção dos seminários e de obras sociais das igrejas. Os cemitérios, antes administrados pela Igreja, ficariam a cargo das autoridades públicas.

Com a promulgação do Decreto nº119-A/1890, a Igreja Católica reuniu forças para recuperar o espaço perdido diante do processo de secularização e construção da laicidade. A instituição religiosa buscou apoio junto à burguesia agrária, em cujo meio o seu poder social era significativo. A aproximação também era bem vista pelo fato de os filhos dos senhores estudarem em colégios católicos, onde era ministrada uma educação em estilo europeu; as mulheres frequentavam as igrejas e participavam de atividades caritativas e de associações piedosas. Soma-se a isto a realização do Congresso Eucarístico Nacional, em 1922, no Rio de Janeiro, por ocasião do 1º Centenário da Independência do Brasil. Nesse evento, foi lançada a

pedra fundamental do então futuro monumento do Cristo Redentor, no alto do Corcovado. Douglas Cabral Dantas (2002, p.42) explica que:

Diante da necessidade de recuperar a influência junto ao poder político, a Igreja Católica mudou a sua estratégia: a ênfase do discurso oficial passou a ser conciliação entre fé católica e pátria brasileira. Era fundamental substituir o Regime inspirado no ideário positivista por um verdadeiro Estado cristão o que implicava uma presença mais efetiva da fé católica na sociedade e uma maior aproximação entre Igreja e Estado. Concretamente, as autoridades católicas estavam dispostas a colaborar com o governo na manutenção da ordem pública, mas exigiam em troca que o Estado atendesse às suas reivindicações de ordem religiosa. Essa etapa, que vai durar até os anos 30, ficou conhecida como Restauração Católica ou neo-Cristandade brasileira. O movimento iniciado pelos bispos reformadores no período imperial havia evoluído, mantendo-se a mesma concepção de Igreja.

As articulações das lideranças católicas surtiram efeito. A revisão constitucional de 1926 marcou o retorno do debate político sobre o ensino religioso católico nas escolas públicas. Embora não tenha havido mudanças, contrariando as normas constitucionais vigentes, alguns estados passaram a legislar de forma independente, como é o caso de Minas Gerais que, em 1928, foi o primeiro a garantir que o ensino religioso católico fosse ministrado nos horários regulares semanalmente (DINIZ, 2010). O pioneirismo mineiro resultou em uma ação nacional. Nos anos de 1930, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, encaminhou para o Governo Provisório um projeto de decreto que tratava da reintrodução do Ensino Religioso nas escolas públicas a ser oferecido de forma facultativa aos estudantes. "O ministro da Educação justificou o retorno desse conteúdo à escola pública como sendo uma conquista do catolicismo contra o 'dogma da liberdade de pensamento' defendido por liberais e comunistas", afirma Cunha (2013, p.50). O presidente Getúlio Vargas, consciente do apoio que poderia obter da Igreja Católica, do alcance político que o seu ato acarretaria e sentindo a necessidade de veicular os "valores" que constituíam a base da justificação ideológica do pensamento político autoritário, privilegiado por seu Governo, decidiu ampliar em âmbito nacional a licença para as escolas públicas ministrarem o Ensino Religioso. Para Maria Cristina Caetano (2007), naquela época, a Igreja Católica reconstituiu o modelo de cristandade, afirmando-se como religião oficial. "[...] a vida religiosa da população foi marcada tanto pela ação de Pio XI, que instituiu Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil, quanto pela inauguração do Cristo Redentor, no Corcovado". (CAETANO, 2007, p.57).

Novos atores sociais entraram em cena. Os Pioneiros da Escola Nova saíram em defesa do ensino público laico, diretriz apresentada em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, a pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. (AZEVEDO, 2010, p.45).

Embora o posicionamento incisivo não tenha surtido efeito inicialmente, não deixou de ser um marco no enfrentamento às forças políticas dominadoras na parceria entre Estado e Igreja, posição que demarcou para gerações futuras o papel de enfrentamento exercido perante uma estrutura dominante, autoritária e excludente. Neste campo de disputa, inúmeros debates foram promovidos pela Igreja em torno da laicidade, principalmente em congressos católicos mineiros, nas décadas de 1920 e 30, originando manifestos e abaixo-assinados exigindo o ensino religioso nas escolas.

O retorno da disciplina na gestão de Getúlio Vargas em 1934 foi considerado uma vitória para os católicos. Em todas as reformulações da Constituição Federal, a partir deste ano, a oferta da matéria foi mantida nas escolas públicas do Brasil. Segundo a legislação, o Ensino Religioso seria de frequência facultativa e ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis; a disciplina constituiria matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. O Estado continuou separado da Igreja, mas permitiu a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo, com a colaboração de todos os credos, nos serviços públicos. Em relação à liberdade de crença e consciência, elas eram invioláveis, com garantia de livre exercício dos cultos religiosos, desde que não comprometessem a ordem pública.

Na Constituição de 1937, a Igreja e o Estado continuaram separados e a cláusula da Carta anterior que possibilitava colaboração recíproca foi retirada, acabando com a assistência religiosa às forças armadas e aos hospitais. O Ensino Religioso poderia ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, sem constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte do alunado. Semelhante à Constituição de 1891, todos os indivíduos e confissões religiosas poderiam exercer livremente o seu culto.

Em 1946, foi promulgada uma nova Constituição, e a disciplina de Ensino Religioso teve a mesma configuração apresentada na Carta de 1934: matrícula facultativa, segundo a confissão religiosa do aluno, constituindo horários das escolas oficiais. A independência da Igreja e do Estado permaneceu inalterada, mas voltou a vigorar a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo. A legislação contemplava, ainda, a liberdade de consciência, crença

e culto; assegurada a assistência religiosa às forças armadas e permissão para associações religiosas manterem cemitérios. Estava prevista, também, a manutenção da representação diplomática junto à Santa Sé (DANTAS, 2002).

Com o golpe militar de 1964, a Constituição anterior foi abolida, passando a vigorar o sistema de Decreto-Lei. O conceito de liberdade ficou subordinado à segurança nacional. Em 1967, o Congresso Nacional promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil, segundo Dantas (2002), sob um amontoado de leis decretadas sucessivamente. Pouco tempo depois, em 1969, a Emenda Constitucional nº1 restringiu formalmente o princípio da colaboração entre Estado e Igreja, principalmente nos setores educacional, assistencial e hospitalar. O Ensino Religioso era de matrícula facultativa, constituindo-se disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio. A liberdade de consciência, crença e culto estava garantida.

Nessas seis constituições, o Ensino Religioso esteve em meio a diversos debates e configurações. Na primeira, a de 1824, a educação estava aos cuidados dos leigos, mas tendo como base os princípios da moral cristã e da doutrina da Igreja Católica. Na seguinte, em 1891, o ensino se tornou laico nos estabelecimentos públicos quando se deu a separação entre Estado e Igreja Católica. Na terceira Constituição, em 1934, foi estabelecido que o Ensino Religioso seria de frequência facultativa e ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, constituindo matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. Na Carta Magna de 1937, sem citar as escolas profissionais, o Ensino Religioso poderia ser contemplado como matéria do curso ordinário das instituições primárias, normais e secundárias, sem constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte do alunado. A legislação de 1946, tinha a mesma configuração da Constituição de 1934, no que diz respeito à disciplina. E na de 67, o Ensino Religioso era de matrícula facultativa, constituindo-se disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.

Os debates políticos que levaram à sétima e atual Constituição brasileira surgiram com o término da ditadura e o surgimento da Nova República. Em 1985, o então presidente José Sarney instituiu uma Comissão de Estudos Constitucionais, vislumbrando a elaboração do anteprojeto para uma nova Carta Magna. Durante os debates da Constituinte (1987-88), a questão do Ensino Religioso voltou a ser amplamente discutida. A manutenção da disciplina foi defendida por entidades católicas, como a Associação Brasileira de Escolas de Ensino Superior (ABESC), a Associação de Educação Católica (AEC), a Campanha Nacional pela Escola da Comunidade (CNEC), a Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino

Particular (FENEN), a Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (ASSINTEC) do Paraná, o Conselho de Igrejas para Educação Religiosa (CIER) de Santa Catarina, o Instituto de Pastoral de Campo Grande, Mato Grosso (IRPAMAT) e o Grupo de Reflexão Nacional sobre Ensino Religioso (GRERE) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (DANTAS, 2002; DICKIE, LUÍ, 2007).

A articulação dos católicos obteve efeito na Carta Magna de 1988. O artigo 210, no parágrafo 1º, estabeleceu que o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituiria disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. O Ensino Religioso passou a ser obrigatório por parte da instituição escolar e facultativo para os estudantes. A sua regulamentação surgiu com o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, em 1996. A norma provocou debates ferrenhos e críticas de setores da sociedade brasileira porque previa que não haveria geração de ônus para o Estado, e a disciplina poderia ser oferecida sob duas vertentes: de forma confessional e interconfessional, a partir da opção religiosa do aluno ou do seu responsável.

No primeiro caso, o ensino seria ministrado por professores com formação religiosa e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades, resultando na promoção de uma ou mais confissões religiosas, preferencialmente ministrado por um representante da comunidade, confundindo-se com a educação religiosa oferecida por elas para formação de membros da instituição. Seria uma ação evangelizadora, catequética e de conversão ao catolicismo ou protestantismo, por exemplo. Na segunda situação, a proposta seria uma prática pedagógica elaborada em comum acordo entre as diversas entidades, por meio de representantes de comunidades religiosas ou professores sem ligação religiosa declarada. O ensino interconfessional contemplaria uma proposta de promoção de valores e práticas religiosas em um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas à sociedade brasileira. Neste caso, estaria explícito um acordo entre as diferentes denominações religiosas para a definição de conteúdo (DINIZ, 2010).

O agravante na lei foi o fato de o Estado não assumir os gastos relacionados com a disciplina, submetendo a educação às instituições religiosas, ferindo o princípio da laicidade. Para corrigir tal discrepância, foi sancionada a lei 9.475/97.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. (BRASIL, 1997).

A regra proibiu o proselitismo, retirou a confessionalidade e a interconfessionalidade, mas deixou brechas para a atuação das religiões ao determinar que a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e o estabelecimento de normas para habilitação e admissão de professores ficariam sob a responsabilidade dos sistemas de ensino, que ouviriam as denominações religiosas que estivessem representadas por entidade civil. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional ampliou o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Em seu 22º artigo, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios para progressão no trabalho e em estudos posteriores. Para tal, a LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capazes de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, o que é uma tarefa da União de elaborar um Plano Nacional de Educação em contribuição com os Estados, o Distrito Federal e os municípios. A base nacional comum a qual se refere a legislação são os Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentados à sociedade pelo Ministério da Educação em 1997, que contemplava Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física, entre eles não aparece o Ensino Religioso.

A necessidade de uma base comum foi reafirmada por meio da Resolução nº 2, de 1998, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. O objetivo era orientar as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Nela, o Ensino Religioso é reconhecido como Área do Conhecimento.

IV - Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e:

a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: 1. a saúde, 2. a sexualidade, 3. a vida familiar e social, 4. o meio ambiente, 5. o trabalho, 6. a ciência e a tecnologia, 7. a cultura, 8. as linguagens,

b) as áreas de conhecimento: 1. Língua Portuguesa, 2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes, 3. Matemática, 4. Ciências, 5. Geografia, 6. História, 7. Língua Estrangeira, 8. Educação Artística, 9. Educação Física, 10. Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1998).

Sérgio Junqueira (2012) conceitua Área do Conhecimento como marco estruturado de leitura e interpretação da realidade, essencial para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma.

Cada uma das dez áreas contribuem para que os estudantes compreendam a sociedade em que vivem e possam interferir no espaço e na história que ocupam; pois uma das preocupações da Educação Básica é a formação do cidadão e que os estudos que as crianças e adolescente realizam contribuam para os estudos e o trabalho que exercerão posteriormente. Ou seja, é uma relação do presente, uma releitura do passado e uma construção do futuro. (JUNQUEIRA, 2012).

O artigo 33 da LDB permitiu, em desacordo com as regulamentações sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, que o conteúdo do Ensino Religioso fosse definido pelos sistemas de ensino, com a participação das denominações religiosas por meio de entidade civil, sem que houvesse qualquer tipo de acompanhamento por parte do Ministério da Educação. Uma vez que a responsabilidade foi remetida para os Estados e o Distrito Federal, o Ensino Religioso deixou de ser contemplado nacionalmente em outra instância, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A esse respeito, Diniz (2010, p.15) afirma que o Estado cedeu poderes para as comunidades religiosas:

[...] o Ministério da Educação desobrigou-se de seu poder e dever de definição de conteúdos programáticos para a educação básica. Os Programas Nacionais do Livro Didático são estratégias sociais, políticas e éticas de monitoramento e indução de conteúdos, mas o ensino religioso não dispõe de editais próprios para a avaliação e seleção dos materiais didáticos que serão utilizados nas escolas públicas.

Uma vez que os editais próprios não são definidos pelo órgão gestor da disciplina, é visível a existência de um contraste. Se um dos papéis do Ministério da Educação é determinar conteúdos programáticos, por que o Governo se furta de seu dever, enquanto em outras searas escolares existe um acompanhamento sistemático com avaliações de resultados nas instituições de ensino de todo o país? Ailton Trindade da Silva (2008, p.113) problematiza e trata a questão como uma contradição:

[...] o Estado se contradiz na sua própria legislação quando pronuncia-se a respeito da inserção do Ensino Religioso no sistema de ensino nacional público. A logística dessa disciplina como área do conhecimento, automaticamente, pressupõe o

reconhecimento, e a aceitação de uma epistemologia que lhe é própria, peculiar e autônoma.

Como a nova redação do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1997, regulamentou que os conteúdos seriam definidos por sistemas de educação, ouvindo entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, as igrejas ocuparam o espaço destinado a elas. Dantas (2002) explica que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio do Grupo de Reflexão sobre Ensino Religioso (GRERE), e o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso⁴ (FONAPER) mobilizaram-se para elaborar parâmetros para a disciplina. Entregues ao MEC em 1996, as diretrizes não são um documento reconhecido pelo Estado. É preciso considerar o contexto da elaboração das bases da educação nacional do MEC e os parâmetros do Fórum Nacional.

De acordo com o Ministério da Educação (1997), a proposta que culminou nos Parâmetros Curriculares Nacionais passou por um processo de discussão em âmbito nacional em 1995 e 1996, com a participação de docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, especialistas e educadores. Segundo o órgão, foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres sobre a proposta inicial, que serviram de referência para a sua reelaboração. Neste mesmo período foi criado, em setembro de 1995, o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, por ocasião das comemorações dos 25 anos de experiência ecumênica do Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso (CIER), quando foi proposta pelos participantes a instalação da entidade. Em março do ano seguinte, discutiu-se a elaboração de um texto preliminar para compor os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso e, em junho, fixaram-se eixos para a sua elaboração, que culminou na entrega do documento, em outubro do mesmo ano, ao Ministério da Educação.

As denominações religiosas estavam atentas a todas as discussões no campo educacional com os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC e foram responsáveis, inclusive pela alteração da LDB quanto ao ensino religioso. Em março de 1997, o FONAPER enviou ao Congresso uma proposta de alteração que foi analisada juntamente a outras duas proposições, resultando na regulamentação vigente. Dessa forma, a definição de conteúdos do Ensino Religioso, ouvindo entidade civil regulamentada na nova redação dada ao artigo, partiu também de uma proposição das religiões. De acordo com Débora Diniz (2010), o

⁴ O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. Cf. <http://www.FONAPER.com.br/apresentacao.php>.

Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso e os Conselhos para o Ensino Religioso (CONER) foram as primeiras entidades nacionais marcadamente cristãs tanto na composição quanto nas ações educacionais. A segunda foi estimulada nos diferentes estados pelo FONAPER. Juntas, assumiram ser a entidade civil considerada pela lei como assessora das Secretarias de Educação para os conteúdos do ensino religioso (DICKIE; LUI, 2007).

Em Minas Gerais, o Ensino Religioso está previsto no artigo 200 da Constituição de 1989, tendo o mesmo teor do parágrafo 1º do artigo 210 da Carta Magna de 1988. Para atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Secretaria de Estado da Educação criou instâncias, com processos representativos e deliberativos, com o objetivo de auxiliar o órgão na elaboração dos conteúdos para essa área do conhecimento.

O Estado entrou em ação, apoiando e sistematizando o processo de habilitação, admissão e formação de professores. Em novembro de 1997, foi fundado o Conselho do Ensino Religioso (CONER) de Minas Gerais, com a participação de representantes das igrejas Assembleia de Deus no Brasil, Associação da Igreja Metodista, Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, Convenção Batista Mineira, Convenção das Igrejas Batistas Nacionais do Estado de Minas Gerais, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Presbiteriana do Brasil. Além de reunir denominações religiosas constituídas em pessoa jurídica em qualquer Comarca de Minas Gerais, a entidade buscava articular a ação conjunta de todas as associadas; colaborar com as autoridades na regulamentação dos processos para a definição da formulação e execução dos conteúdos básicos; apoiar a formação e capacitação de profissionais para o Ensino Religioso; além de criar comissões de Ensino Religioso nas Superintendências Regionais de Ensino.

Poderiam solicitar credenciamento ao CONER somente aquelas denominações que possuíssem personalidade jurídica de interesse público ou privado, mantendo-se isentas de tendências proselitistas e postura doutrinária no ambiente escolar, abertas ao diálogo com os demais credos e que comprovasse experiência educacional nos diversos níveis de ensino, em âmbito estadual e/ou nacional ou, ainda, serem membro de alguma associação nacional que promovesse o diálogo interdenominacional⁵. O credenciamento de cada denominação seria solicitado pelo CONER à Secretaria de Estado de Educação, e o representante da religião postulante deveria comprovar formação acadêmica em nível superior.

⁵Ver artigo 1º da Resolução nº 16, 23/02/2000. É possível que outros dispositivos tenham sido publicados pela Secretaria de Estado da Educação, anterior a esta data, normatizando o processo de discussão e implementação da disciplina de Ensino Religioso. Embora haja uma descrição cronológica, o objetivo maior não foi buscar trazer todas as normas, mas apresentar a dinâmica da articulação do Governo do Estado, conjuntamente com algumas religiões.

Os católicos e evangélicos estavam representados, mas o mesmo não pode ser dito em relação às religiões afro-brasileiras, aos espíritas, aos orientais e a outras religiões. Seria falta de interesse em participar desse processo de estruturação do Ensino Religioso no Estado? Ou a ausência estaria justificada pela não existência, na época, de uma cultura organizacional de se representar e atuar na sociedade por meio de personalidade jurídica em Minas Gerais? Seria a exigência de formação acadêmica superior uma dificuldade encontrada pelos centros espíritas, pais e mães de santo? O fator dificultador seria a exigência de experiência educacional ou a falta de experiência em uma associação nacional que promovesse o diálogo interdenominacional?

É certo que a Igreja Católica Apostólica Romana estava acostumada a lidar com esse tipo de exigência, uma vez que a condição de personalidade jurídica é uma realidade quase que imposta pela sua hierarquia. Em âmbito nacional, está representada por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Do campo estadual ao municipal, por exemplo, arquidioceses, dioceses e paróquias, além das diversas entidades sociais, como a Cáritas Diocesanas, estão organizadas juridicamente. Seus sacerdotes possuem graduações acadêmicas reconhecidas pelo o Ministério da Educação e a Igreja, como instituição, larga experiência no campo educacional com os colégios e as faculdades católicas. Os evangélicos, que ascendem na sociedade a cada ano com o crescimento de fiéis, estão representados em milhares de igrejas e atuam em organismos educacionais e sociais no cenário nacional, estadual e municipal.

Tais questões são apresentadas como oportunidade de produzir reflexões diante da ausência das religiões não cristãs no Conselho de Ensino Religioso de Minas Gerais, considerando que a mesma entidade atuaria na constituição de comissões nas Superintendências Regionais de Ensino, conjuntamente com o Estado. O candomblé e a umbanda, por exemplo, são religiões desprovidas de organizações burocráticas articuladoras das comunidades de culto, sem clero organizado (CUNHA, 2013). Ao contrário dos evangélicos e dos católicos, os praticantes das religiões afro-brasileiras não recorrem ao proselitismo; não se ouve falar de constituição de colégios e faculdades, como os católicos e os evangélicos. É possível afirmar que as demais denominações e correntes de pensamento não foram contempladas na tessitura da lei 9.475, considerando a participação das religiões hegemônicas no país na formatação da legislação. Basta atentar para o fato de a lei operar com o termo "denominação religiosa", o que exclui incisivamente os ateus e agnósticos. Tais situações produzem o mesmo efeito de exclusão nos sistemas de ensino, o que pode ser constatado no Estado de Minas Gerais.

O estabelecimento de uma estrutura para a disciplina continuou nos anos seguintes. No fim de 1999, foram instituídas normas complementares para a organização do Quadro de Pessoal das escolas estaduais. Para designação de professores, havia a exigência de credenciamento⁶ expedido pelo CONER ou pelo Conselho Regional de Ensino Religioso (CRER), que foi criado um ano depois pelo Governo sob o nome de Comissão Regional de Educação Religiosa⁷ para atuar na capital e nas Superintendências Regionais de Ensino (SRE). Próxima aos municípios, na SRE, a CRER, em consonância com o CONER, estabeleceria diretrizes para a Educação Religiosa no Ensino Fundamental, nas escolas estaduais; subsidiaria capacitação de professores; orientaria o desenvolvimento de ações; e articulava o processo de implantação e implementação do Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental.

Além da CRER, foi criada pelo Estado a Comissão Central de Educação Religiosa (COMCER)⁸. Em parceria com o CONER, a função do órgão seria articular o processo de implantação e implementação do Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental; orientar e manter intercâmbio com as Superintendências Regionais de Ensino; além de subsidiar a capacitação de coordenadores e professores de Educação Religiosa. Segundo a resolução que criou a Comissão Central, estavam credenciadas junto à Secretaria de Estado da Educação e aptas para indicar professores para ministrarem aulas de educação religiosa nas escolas estaduais, as autoridades representativas das denominações religiosas: Assembleia de Deus do Brasil, Associação da Igreja Metodista, Associação Evangélica Brasileira, Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Belo Horizonte, Convenção Batista Mineira, Convenção das Igrejas Batistas Nacionais do Estado de Minas Gerais, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em 13 de abril de 2000, a entidade publicou sua primeira *Orientação* para os profissionais e entidades envolvidas com o Ensino Religioso, evocando o artigo 6º da Resolução nº16, do mesmo ano, que tratava de critérios para o credenciamento de denominações religiosas associadas ao CONER. A *Orientação* tratava da habilitação e não habilitação de professores; apresentação de lista de professores credenciados; emissão de credenciamento a título precário e preparação de professores; e propostas para realização do

⁶Artigo 15 da Resolução nº 170, 1999.

⁷Ver resolução nº18, 23/02/2000.

⁸Ver resolução nº17, 23/02/2000.

Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, com carga horária de 120 horas, a serem encaminhadas para avaliação do CONER e, posteriormente, à COMCER⁹.

Nos anos que se seguiram, novas diretrizes foram estabelecidas com a lei estadual nº 15.434/2005¹⁰, apresentando requisitos para a docência na área. Em conformidade com a LDB, o proselitismo e as abordagens de caráter confessional estavam proibidos, ao mesmo tempo em que a norma preconizava o respeito à diversidade cultural e religiosa. Somado a isso, a lei determinava que a disciplina seria ministrada incluindo aspectos da religiosidade em geral, da religiosidade brasileira e regional, da fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica e da formação ética.

Art. 5º O exercício da docência do Ensino Religioso na rede pública estadual de ensino fica reservado a profissional que atenda a um dos seguintes requisitos:

I - conclusão de curso superior de licenciatura plena em Ensino Religioso, ciências da religião ou educação religiosa;

II - conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta autorizado e reconhecido pelo órgão competente, em qualquer área do conhecimento, cuja grade curricular inclua conteúdo relativo a ciências da religião, metodologia e filosofia do Ensino Religioso ou educação religiosa, com carga horária mínima de quinhentas horas;

III - conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso ou ciências da religião, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, oferecido até a data de publicação desta Lei;

IV - conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de **curso de metodologia e filosofia do Ensino Religioso** oferecido **até a data de publicação desta Lei** por entidade credenciada e reconhecida pela Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º Fica assegurada isonomia de tratamento entre os professores de Ensino Religioso e os demais professores da rede pública estadual de ensino.

§ 2º É garantido ao profissional que satisfizer requisito definido em inciso do caput deste artigo o direito de participar de concurso público para docência de Ensino Religioso na rede pública estadual de ensino. (Minas Gerais, 2005, grifo nosso).

A legislação de 2005 não faz qualquer referência a CONER, COMCER e CRER, embora seja citado o Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso como proposta de sanar a falta de qualificação específica de profissionais, uma vez que se permite o pleito para a docência por parte de graduados em cursos de licenciatura plena curta em qualquer área do conhecimento, que não tenham passado por graduação ou pós-graduação na área do Ensino Religioso. A lei apenas cita, em seu artigo 2º, a obrigatoriedade por parte do sistema educacional de ensino de ouvir entidades civis, constituídas pelas diferentes denominações

⁹Orientação nº01 - COMCER, 13/04/2000, seguida da Orientação nº02, 11/05/2000.

¹⁰Lei 15.434, de 2005 foi regulamentada pelo Decreto nº 44.138, estabelecendo critérios para a oferta da Educação Religiosa nas escolas estaduais. No ano de 2014 a legislação sofreu duas alterações que serão apresentadas nas próximas abordagens.

religiosas, cultos e filosofias de vida e entidades legais (representantes de pais, alunos e educadores), antes de estabelecer diretrizes curriculares para a disciplina.

Embora citadas, as legislações em si não ocupam o lugar central. O que se buscou foi compreender e problematizar as influências que a religião opera nessa linha tênue entre a norma e a prática escolar no Ensino Religioso. Na brecha deixada na legislação atual, como a ausência de parâmetros nacionais instituídos pelo Governo Federal, é que as igrejas cristãs operam de forma incisiva.

O caminho percorrido, com alguns aspectos da história do Brasil, perpassando por Minas Gerais, teve a função de demonstrar o quanto o catolicismo permeou as estruturas do Estado, a ponto de se articular estrategicamente para não perder seu lugar de influência com o fim do Padroado e a instauração do Estado laico. O processo de secularização e laicização da sociedade fez com que a educação no Brasil migrasse das mãos da igreja para o Estado, mas não deixou de receber influências das religiões hegemônicas. Em especial, o ensino religioso foi acompanhado de perto pelos cristãos, que criaram uma estrutura favorável a sua atuação com a modificação do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na criação das entidades de apoio aos sistemas de ensino, tanto o FONAPER quanto o CONER, com participação de cristãos em seus quadros, deram sustentação às Secretarias de Educação.

1.2. Laicidade e pluralidade religiosa brasileira

A laicidade deve ser vista não apenas como um dispositivo jurídico que mantém autônomos o Estado brasileiro e a Igreja, sem influências ou domínio de um pelo outro. A laicidade no campo religioso é a garantia do cidadão de carregar sobre si o direito de optar por um credo ou por não querer pertencer a qualquer religião. No Estado laico, no qual a religião não é combatida, diferindo do Estado ateu, os credos religiosos e correntes de pensamento devem ser respeitados, ao mesmo tempo em que deve existir a garantia de espaço para serem vivenciados, sem a sombra da discriminação e da ridicularização por parte dos seguimentos da sociedade. Roseli Fischmann (2012, p.17) afirma que:

[...] o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e a ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer ou simplesmente não crer, enquanto é plenamente cidadão em busca e no esforço de construção da igualdade.

A cisão na sociedade pelo processo da secularização e com a estruturação da laicização permitiram ao indivíduo viver livremente para fazer escolhas, sem a mordada da religião ou do Estado. O caráter laico distingue o Estado e as religiões. São organismos independentes e com funções distintas. Um, está voltado ao interesse público da população; enquanto o outro diz respeito exclusivamente à vida privada de cada cidadão. Sem religião oficial, o Estado laico deve garantir a convivência da diversidade e pluralidade humana e a liberdade de consciência e de crença, que são invioláveis e ninguém pode ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, de acordo com o artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988. Dessa forma, ser livre é a garantia de poder ser diferente sem o constrangimento de ser classificado como uma aberração ou sujeito fora dos padrões da normatividade. Indígenas, afro-brasileiros, espíritas e tantas outras religiões e filosofias são tão legítimos com sua identidade e cultura, quanto os católicos e evangélicos. Ser diferente é normal, e esta realidade pode ser vivida e respeitada nos espaços da sociedade dado o caráter da laicidade, o que se aplica àqueles que são ateus e agnósticos.

Wagner Lopes Sanchez (2013) destaca que uma das primeiras experiências que se vive no início da vida é, justamente, a da diferença. O autor explica que tanto as pessoas quanto as culturas possuem características distintas uma das outras e que esta descoberta da alteridade é a experiência da diversidade. Sanchez diz, ainda, que a consciência da existência da diferença possibilita à pessoa e à cultura estabelecerem a sua identidade, em meio às diversas contradições e conflitos. Uma das aproximações possíveis do conceito de cultura é justamente aquela que a compreende como a diferença específica de grupos e povos em suas relações com eles mesmos e com as outras culturas. Quer dizer que viver a experiência da alteridade não retira do indivíduo suas características que o identificam a uma determinada cultura ou religião. Nesse mesmo plano, há de se pensar que respeitar a concretização da diferença de um indivíduo nada modifica a identidade e pertencimento do outro a um grupo.

E se uma das primeiras experiências a ser vivida é a da percepção da diferença, conforme aponta Sanchez (2013), é possível que ela comece a ser notada no seio familiar. Os pais não são iguais uns dos outros, assim como irmãos, tios e primos. Cada um tem um jeito de ser, falar, agir e, às vezes, características distintas mesmo diante da ligação sanguínea. Na escola, a diferença e a identidade estão agrupadas num mesmo ambiente com a presença dos primeiros colegas na infância. A possibilidade de percepção tende a se acentuar com o avançar da idade e da escolarização. Na vizinhança onde mora, cada um tem o seu modo de ser e de atuar. E na religião? As diferenças estão postas, visíveis, seja no púlpito, no terreiro

de umbanda ou no passe na casa espírita. E mesmo aqueles que não têm uma religião, possuem uma identidade. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.74):

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir 'identidade'. A identidade é simplesmente aquilo que se é: 'sou brasileiro', 'sou negro', 'sou heterossexual', 'sou jovem', 'sou homem'. A identidade assim concebida parece ser uma positividade ('aquilo que sou'), uma característica independente, um 'fato' autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também, a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: 'ela é italiana', 'ela é branca', 'ela é homossexual', 'ela é velha', 'ela é mulher'. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.

O autor explica que a afirmação "sou brasileiro" oculta negativas de identidade, de diferenças. Ora ser brasileiro significa não ser argentino, chinês ou, ainda, japonês. Da mesma forma, dizer que alguém é argentino quer dizer que não é brasileiro e nem pertencente a qualquer outra nacionalidade. Silva (2000) pontua que, em geral, a diferença é vista pela perspectiva da identidade, pois esta seria o ponto referencial, sendo a tendência tomar aquilo que se é como a norma pela qual se descreve ou avalia-se aquilo que não é. A diversidade seria considerada não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas. O autor explica que a identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido.

Para explicar a questão, Tadeu Tomaz da Silva (2000) se utiliza dos sistemas simbólicos ao dizer que um determinado signo apenas é o que aquilo porque ele não é outro, sendo sua existência unicamente marcada pela diferença. Em outras palavras, os signos que constituem uma língua não fazem sentido se considerados isoladamente. Levando em conta apenas o aspecto material de um signo, como vaca, não há nele nada intrínseco que remeta ao que conhecemos como vaca, o que poderia remeter a outro objeto de valor ou sentido diferente, se não fosse a diferenciação como processo primeiro.

"O conceito de 'vaca' só faz sentido numa cadeia infinita de conceitos que não são 'vaca'. Tal como ocorre com o conceito 'sou brasileiro', a palavra 'vaca' é apenas uma maneira conveniente e abreviada de dizer 'isto não é porco'". É a diferença que opera no processo de diferenciação e não como produto da identidade. (SILVA, 2000, p.77).

Na perspectiva do autor, quando se toma uma determinada identidade como normal em detrimento da outra, a primeira é vista de forma positiva. Aquele que não é reconhecido

no "padrão normal da maioria" é classificado como anormal, errado e equivocado. Isto porque a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. As acusações promovidas pelas igrejas evangélicas e pela Renovação Carismática Católica¹¹ contra a Umbanda e o Candomblé, por exemplo, classificando-as como demoníacas, demonstram justamente a dificuldade de reconhecimento do outro que é diferente, com identidade própria e legitimidade de ser vivenciado na sociedade. Os membros das religiões afro-brasileiras são alvos constantes das ações de evangelização por parte dos cristãos na busca de convertê-los às suas denominações. Nesse sentido, classificar como normal tem a força de significar algo como positivo, enquanto aquele que não se enquadra nessa categoria é anormal e, portanto, reduzido a negativo. Normal seria ser católico ou evangélico, enquanto pertencer a alguma religião não cristã seria coisa do demônio. Por trás dessa classificação, esconde-se uma estreita conexão com relações de poder entre a identidade e a diferença. Para Silva (2000), a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Classificar como puro ou impuro, excluir e demarcar fronteiras, a partir da identidade, estão correlacionados à relação de poder, afirmação e ocupação do espaço na sociedade.

Dividir o mundo entre 'nós' e 'eles' significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. [...] Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é 'natural', desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade mas simplesmente como *a* identidade. (SILVA, 2000, p.82-83).

¹¹ A Renovação Carismática Católica não deve ser entendida apenas como um movimento de readesão ao catolicismo, mas também de reação ao avanço evangélico. Cf.: ALMEIDA; MONTERO, 2001, p.99 - Trânsito Religioso no Brasil. Trata-se de um movimento da Igreja Católica que surgiu em 1960 nos Estados Unidos. No Brasil, instalou-se em Campinas, em São Paulo, e tem na atualidade como expoentes a Comunidade Canção Nova, com uma emissora de televisão com abrangência nacional, e a Rede Século 21, que possui o mesmo veículo de comunicação. Nesse cenário, constam, ainda, os padres cantores Marcelo Rossi, Fábio de Melo e Reginaldo Manzotti. Presente em diversas cidades do país, o movimento pentecostal católico tem como identidade missas alegres, realização de grandes eventos de cura e libertação e fortes ações de arrebanhamento da juventude.

Recentemente, um juiz federal negou o pedido do Ministério Público Federal de tirar da Internet vídeos publicados pela Igreja Universal do Reino de Deus que constavam ataques a crenças de origem africanas, atingindo diretamente os religiosos do Candomblé e da Umbanda. Na decisão proferida, constava que as manifestações religiosas afro-brasileiras não poderiam ser classificadas como religiões. Para o juiz, tais crenças não continham traços necessários de uma religião, que seriam um texto base, como a Bíblia ou o Alcorão, uma estrutura hierárquica e um Deus a ser venerado¹². Dada a repercussão nos diversos setores da sociedade, o magistrado reformou a decisão anteriormente proferida. O caso exemplifica bem o processo de hierarquização apresentada por Tadeu Tomaz da Silva (2000). Ao normalizar, tendo como referência a identidade de outras religiões, o juiz classificou as manifestações afro-brasileiras e as reduziu a menor valor. A decisão inicial do magistrado parece ir ao encontro de um consenso popular no campo religioso sobre essas denominações. É possível dizer que isso seja fruto de uma visão cristã cristalizada na sociedade brasileira dada as influências enraizadas na cultura. A hegemonia cristã provocou um olhar normatizado sobre a religiosidade brasileira. No país em que 86,8% da população se declara cristã (64,6% católicos e 22,2% evangélicos)¹³, a diversidade religiosa não transita facilmente pelo espaço público, terreno muito bem frequentado pelos católicos considerando a atuação político-religiosa da igreja, desde o período colonial. Embora não com tanta longevidade, pode se dizer o mesmo dos evangélicos que se articulam na esfera pública, seja ocupando cargos eletivos nas casas legislativas ou por seus grandes eventos em ginásios e praças.

No Brasil¹⁴, terra dos índios, os diferentes foram os católicos e os protestantes que aqui desembarcaram, junto aos negros escravizados na África¹⁵, compondo inicialmente a diversidade religiosa. Por séculos, essa realidade não foi reconhecida pelo aparelho estatal em razão dos seus interesses políticos e econômicos. O citado caso do juiz reforça a discussão da invisibilidade dos não cristãos, que atravessa a história e continua reverberando efeitos da discriminação nas salas de aulas, onde se encontram muitas vezes visões equivocadas e

¹² Cf.: "Umbanda e Candomblé não são religiões, diz juiz federal". Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/>

¹³ Censo 2010, IBGE.

¹⁴ A construção histórica do país começa com o cimento da pluralidade de povos, representada esquematicamente pelas populações indígenas, pelos brancos, predominantemente portugueses, pelos negros escravizados em África desde o século XVI até o século XIX. Apenas a partir de 1875, data-símbolo do início do processo migratório com a vinda de imigrantes brancos de várias procedências e, anos depois, em 1908, com a chegada dos japoneses, é que essa pluralidade deixou de ser trinária e se tornou complexa tal qual a conhecemos hoje. Cf.: BORGES, João Baptista, 2011, p.278.

¹⁵ Assim como os índios, os negros escravizados na África não tiveram a sua identidade respeitada, recorrendo ao sincretismo religioso diante das intensas ações catequéticas dos jesuítas.

desqualificadoras sobre religiões e concepções de vida, reduzindo-se à categoria de folclore ao ignorar a diferença como legítima identidade na composição do Brasil plural.

Coloca-se em reflexão os direitos individuais e a liberdade religiosa, considerando a pessoa humana, a sua identidade e o direito à diferença, independente de pertencimento a esta ou aquela religião majoritária na sociedade brasileira. Os cristãos representam 86,8% da população, os sem religião somam 8%, os espíritas 2% e os pertencentes ao candomblé e a umbanda 0,03%, segundo o Censo 2010. Não é a força aglutinadora de uma religião, por exemplo, que deve ser observada no espaço escolar, mas a diversidade, considerando que as instituições públicas de ensino estão abertas a todos os cidadãos, sem distinção.

Além de formação continuada para professores, um dos suportes na educação que poderia auxiliar os profissionais da educação e estudantes na compreensão sobre a diversidade são os livros didáticos. Sem uma política nacional voltada para o Ensino Religioso, estabeleceu-se uma lacuna que vem sendo apropriada pelas religiões hegemônicas no país, como aconteceu no Rio de Janeiro, onde a crença do agente político sobrepôs ao Estado laico, e o debate foi parar no Judiciário.

Em 2004, o Conselho Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) apresentou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sob o número 3.268, pedindo suspensão dos efeitos de dispositivos de Lei (nº3.459/2000) do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu o Ensino Religioso nas escolas integrantes da rede pública. Entre os questionamentos, o CNTE afirma ser contrário à legislação que regulamenta que apenas professores credenciados por autoridade religiosa competente poderiam lecionar a disciplina, conforme estava previsto no concurso público em que foram oferecidas 500 vagas para docentes. Deu força à polêmica o dispositivo sobre o direito que a autoridade religiosa teria de cancelar o credenciamento concedido. Na prática, significa que, caso um professor mudasse de confissão religiosa, se tornasse agnóstico ou ateu, ou apresentasse motivos que o impedissem moralmente de exercer tal magistério, estaria descredenciado. Dessa forma, perderia o cargo público que havia conquistado no concurso.

Luiz Antônio Cunha e Ana Maria Cavaliere (2011) afirmam que a legislação é fruto de um acordo entre as expressões políticas envolvendo evangélicos e católicos, o que os autores classificam como inesperada aliança tácita entre ambas as confissões, com apoio do governador do Estado, Antony Mateus Garotinho, adepto de uma denominação evangélica. Os autores explicam que:

A lei ampliou a faixa de obrigatoriedade no oferecimento do ensino religioso em relação ao que a Constituição Federal obriga. Nesta, apenas as escolas públicas do ensino fundamental devem oferecer tal disciplina. A lei estadual ampliou essa incidência para toda a educação básica, isto é, para a educação infantil, o ensino médio e a educação profissional, deixando implícito seu oferecimento em todas as séries. Mesmo proibindo o proselitismo, a lei reforçou o poder das instituições religiosas na formação e no credenciamento dos docentes, bem como na definição do conteúdo da disciplina.(CUNHA; CAVALIERE, 2011, p.23).

A situação é uma afronta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à laicidade do Estado brasileiro que, pela neutralidade, não deve privilegiar qualquer denominação religiosa, colocando em detrimento os grupos religiosos, os ateus e os agnósticos. Por outro lado, os procedimentos para definição dos conteúdos e as normas para habilitação de professores deveriam ser regulamentados pelos sistemas de ensino, ouvindo entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas. Ao contrário do que está previsto na norma, o Estado permitiu que a questão ficasse centralizada nas religiões hegemônicas do país. O caso continua sendo analisado pela Justiça. No dia 2 de agosto de 2014, completaram-se dez anos da distribuição do processo no Supremo Tribunal Federal e a última movimentação processual ocorreu em abril de 2013. Diante da morosidade da Justiça, a sociedade continua aguardando uma decisão final sobre a legislação do Rio de Janeiro, que se tornou uma referência no campo da educação em termos de descumprimento da Constituição Federal e, por consequência, da LDB¹⁶.

Outra situação de assédio da religião ao Estado laico foi a assinatura da Concordata Brasil-Santa Sé na cidade do Vaticano, em novembro de 2008. Aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, o acordo, no parágrafo 1º, do artigo 11, prevê que o ensino religioso católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Contestando o acordo, a Procuradoria Geral da República impetrou ação judicial (ADI 4.439¹⁷) em agosto de 2010 requerendo que o Ensino Religioso em escolas públicas deva ser de natureza não confessional, partindo do princípio de que a Concordata e a LDB não poderiam contradizerem a Constituição Federal. Roseli Fischmann (2012) classifica a concordata como uma situação contraditória para o Estado perante as religiões.

É contraditório propor acordo com um grupo e, por esse acordo, criar embaraços aos demais, ferindo duplamente o dispositivo constitucional. Cria constrangimento no

¹⁶ Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2234409>. Acesso 28 ago 2014.

¹⁷ Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3926392>. Acesso 28 ago 2014.

interior do próprio Estado, levando parlamentares a se apresentarem exclusivamente pela afiliação religiosa, e religiosos a se envolverem em um corpo a corpo de influência política, para obter votos para a aprovação. Assim, não é inócuo, nem pode ser considerado como não trazendo “nada de novo”. O novo que traz, é o confronto entre denominações e religiões, o menosprezo das minorias, pelo uso impróprio da “regra da maioria”, ferindo o jogo democrático, abrindo a porta ao desrespeito aos direitos fundamentais, criando ambigüidades, contradições e conflitos até então inexistentes no seio da cidadania, com perdas e danos à democracia, que retórica alguma solverá. (FISCHMANN, 2012, p.95).

Chama atenção o fato de a Igreja Católica Apostólica Romana falar em nome de outras confissões de fé, o que está explícito, quando se diz "Ensino Religioso, católico e de outras confissões religiosas". Estariam os católicos falando em nome de todas as denominações, por ser a religião com maior predominância? Roseli Fischmann (2012) questiona se a Igreja Católica seria o 'eu' da nação, enquanto todos os demais modos de crer e não crer constituiriam uma única e homogênea alteridade, portanto excluídos da identidade da nação brasileira. Para a autora, o termo "outras" reduz à homogeneização a pluralidade religiosa brasileira. Sob essa perspectiva, a identidade de cada religião é totalmente desprezada, desconsiderando a verdade de fé que cada crença carrega em seu interior. Qualquer argumento de que os católicos são a maioria e, por isto, deveriam obter privilégios é frágil, ilegítimo, desigual e sem sustentação. Como diz José Luis Pardo (1996):

Respeitar a diferença não pode significar deixar que o outro seja como eu sou ou deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente, do outro, mas deixar que o outro seja como eu *não sou*, deixar que ele seja esse outro que *não pode* ser eu, que eu não posso ser que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença *da* identidade, deixar ser uma outridade que não é outra "relativamente a mim" ou "relativamente ao mesmo", mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade. (PARDO *apud* SILVA, 2000, p.101).

Nas questões diversas da sociedade, cabe ao Estado ouvir as religiões e não deixar se influenciar, menosprezando atores sociais, como as "outras" instituições que compõe o campo religioso brasileiro, tendo em vista a laicidade presente na Constituição Federal. É sua função garantir tratamento igualitário, ainda que esta ou aquela seja milenar ou possua maior número de seguidores. Contudo, em alguns casos, os interesses sociais da nação têm ficado sobrepostos diante das articulações político-religiosa de determinadas religiões. A laicidade é justamente o marco delimitador que permite a boa convivência da diversidade num campo maior da pluralidade religiosa.

Diniz (2010) opera com o conceito da justiça religiosa, como forma de fortalecer o dispositivo jurídico, na perspectiva de resgatar a pluralidade, a igualdade e a liberdade de

consciência como direitos fundamentais e anteriores ao direito à educação religiosa, livrando-se do risco da prática do proselitismo no espaço escolar. Para a autora, o Ensino Religioso em um Estado laico não deve contribuir para o estabelecimento de uma visão de compulsoriedade para o exercício de qualquer confissão religiosa. A disciplina deve tanto apontar para a existência da diversidade quanto para a realidade daqueles que não professam qualquer religião. Compreende-se, conforme Diniz (2010), que fazer justiça religiosa é reconhecer a diversidade de crenças e confissões religiosas como valor social. Entende-se como justiça religiosa criar e promover ambientes em que cidadãos respeitem a individualidade, a identidade e a liberdade do outro como alguém digno e legítimo de respeito.

Nas duas situações levadas ao STF, que estão *subjudice*, pode-se observar a apropriação do ensino religioso pelas religiões hegemônicas no Brasil. De um lado, o Rio de Janeiro ocupa a lacuna deixada na legislação, se utiliza da própria norma para infringir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao oferecer a disciplina sob a perspectiva da confessionalidade. O rico e amplo campo religioso brasileiro não foi contemplado, assim como não foi concedido voz nem vez aos ateus e aos agnósticos. Nesse caso, a própria LDB não se interessou em contemplar essa parcela da sociedade, que representa 8% da população brasileira, segundo o Censo 2010. Há de considerar que o acordo feito entre o Brasil e o Vaticano não se trata apenas de uma questão meramente política e internacional, no campo da diplomacia. Seus efeitos estão além das ações de chefes de Estado e alcançam a sala de aula da escola pública numa perspectiva católica, que desrespeita a laicidade e a diversidade. Ao prever o ensino religioso católico e de outras confissões religiosas como norma para a escola, a igreja se apropria da disciplina como propriedade, como coisa que lhe pertence, como se o fato de ser a religião que ainda reúne o maior número de fieis e que assistiu e participou da construção do Brasil lhe desse tal direito. Ao contrário de tal hipótese, o país estabelecido no regime democrático deve, por meio do Estado, resguardar o direito de seus cidadãos, inclusive daqueles pertencentes a grupos minoritários.

A apropriação da disciplina por parte da Igreja Católica é o resultado de sua relação com o Estado nos mais de 500 anos de atuação político-religiosa. Sem dúvidas, a Igreja Católica não cruzou os braços diante da constituição do Estado autônomo, a partir da Constituição de 1891, quando foi estabelecido que o ensino seria leigo. Na ausência dos privilégios desfrutados no regime de Padroado, os católicos vêm se posicionando ao longo da história no sentido de não perder a sua força de influência na educação e uma das portas que se manteve aberta foi a disciplina de Ensino Religioso. A nova redação dada ao artigo 33 da LDB no ano de 1997, na verdade, esconde por detrás da entidade civil a ser constituída pelas

diferentes denominações religiosas, uma ação político-religiosa da Igreja Católica, unida aos evangélicos. Talvez já seja a hora de uma nova configuração para o ensino religioso, com mudanças pertinentes na legislação, com a constituição de uma política nacional, segundo a realidade da sociedade brasileira, o que permitiria a efetiva participação das diversas religiões e correntes de pensamento.

CAPÍTULO II - OS ENCONTROS DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO EM OURO PRETO E MARIANA

2.1. Parceria institucionalizada entre Estado e Igreja

As Superintendências Regionais de Ensino (SRE) têm como objetivo representar a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e dar suporte, em nível regional, às ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação, além de articulação e integração entre Estado e municípios. No âmbito da jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, além da cidade-sede (Ouro Preto), estão os municípios de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana. Dados da Agência Minas apontam que, no ano de 2009, a Superintendência abrangia a 193 instituições de ensino: 29 estaduais, 126 municipais, uma federal e 37 da rede privada, totalizando mais de 52 mil alunos (MINAS GERAIS, 2013).

Considerando sua efetiva participação nas articulações para o Ensino Religioso, desenvolveu-se pesquisa exploratória na sede da Superintendência Regional de Ensino (SRE/Ouro Preto), onde se obteve conhecimento sobre os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecidos no Centro Arquidiocesano de Pastoral na cidade de Mariana, por meio de parceria entre a SRE/OP e a Arquidiocese de Mariana. Na superintendência, não se teve acesso a nenhum documento que comprovasse a celebração e o tempo de existência da parceria entre as instituições. Em entrevista, a superintendente Iracema Ana D'Arc Pedrosa Mapa afirmou não ter encontrado na sede nenhum registro, o que a impossibilitava "precisar a data" do início da parceria.

Bem, essa é uma parceria, não é um convênio. Essa parceria, eu não posso dizer muitos detalhes porque, quando eu assumi a Superintendência de Ouro Preto, ela já existia e foi mantida durante um bom período, durante uns três anos, depois nós tínhamos uma servidora que era do Estado que estava à disposição da Arquidiocese e ela fazia esse intercâmbio. (Superintendente Iracema Ana D'Arc Pedrosa Mapa).¹⁸

Sobre a servidora à disposição, a superintendente fazia referência à professora Sueli de Souza Soares¹⁹. A docente foi cedida (adjunção de servidores²⁰) à Arquidiocese de Mariana para cuidar do Ensino Religioso escolar, função que exercia anteriormente dentro da

¹⁸ A servidora assumiu a SRE no ano de 2009. Dados de entrevista gravada na sede da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, dia 2 abr. 2014.

¹⁹ A professora é graduada em Pedagogia com especialização em Ensino Religioso pela PUC Minas.

²⁰ No Estado, a adjunção de servidores está contemplada no Decreto 43.601/2003, alterado pelo Decreto 43.704/2003.

superintendência. No Centro Arquidiocesano de Pastoral, a professora Sueli, que se intitulava Articuladora do Ensino Religioso, falou em entrevista sobre o surgimento dos Encontros.

Ele já acontece há aproximadamente uns vinte anos, contando o período em que eu trabalhei na SRE/OP, conforme acima citado, SEE/MG e com muitos encontros, com padres, pastores e educadores que é o Conselho do Ensino Religioso (CONER) e também a Comissão Central do Ensino Religioso (COMCER) na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Hoje, existe o Ensino Religioso, mas uma equipe articulada para acompanhar as instituições não há. Mas aqui nós continuamos. Eu fiquei em adjunção na Arquidiocese de Mariana, com o mesmo trabalho, junto aos professores de Ensino Religioso das escolas públicas e privadas [sic]. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).²¹

Constatou-se que o Centro Pastoral era referência para docentes das escolas estaduais, municipais e da rede privada das cidades pertencentes à SRE/Ouro Preto, conforme pesquisa exploratória no órgão estadual quando foi solicitado documentos referentes ao tema. Uma analista da educação respondeu que todas as informações e os documentos poderiam ser obtidos junto à Arquidiocese de Mariana. De fato, foi nesse lugar que se obteve todos os materiais pedagógicos e parte dos dispositivos jurídicos referentes à disciplina para a pesquisa. Porém, a exemplo da SRE, também não foram localizados documentos no Centro Pastoral que comprovassem o estabelecimento da parceria institucional com a Superintendência. Questionada sobre a origem do nome "Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso", a superintendente regional de Ensino não soube responder, ao passo que a coordenadora da iniciativa fez menção ao Conselho do Ensino Religioso (CONER) de Minas Gerais. *A priori* uma das expectativas era que fossem encontrados nas sedes da Arquidiocese e da SRE documentos oficiais, como contratos ou convênios, firmando a parceria da Superintendência com a Arquidiocese, assim como o termo de adjunção da servidora. Com base nos relatos e na ausência de documentos, é possível afirmar que a parceria entre os dois organismos foi institucionalizada, mas não formalizada. A superintendente afirma que a parceria já existia antes de sua gestão, ou seja, anterior a 2009, e que foi mantida durante um bom período. Chama atenção o fato de a seccional da Secretaria de Estado de Educação participar de uma parceria, mas sem saber muitos detalhes sobre ela. Inicialmente, esta questão aponta para a falta de clareza quanto a normas, propostas e controle por parte do órgão estadual sobre os conteúdos e as atividades trabalhadas nos Encontros de

²¹ Dados da entrevista realizada na sede do Centro Arquidiocesano de Pastoral, em Mariana, dia 25 mar. 2014. Após gravada e transcrita, a entrevista foi submetida para leitura e aprovação por parte da articuladora. Por e-mail duas versões foram devolvidas, sendo considerado o último documento apresentado para a pesquisa. A partir desse momento, a articuladora do Encontro de Metodologia e Filosofia será citada sob a titulação de coordenadora em razão de suas atividades de definição de conteúdos e preparação geral das reuniões.

Metodologia e Filosofia. A situação fica clara na afirmativa da coordenadora quando diz que não existe, na atualidade, uma equipe articulada por parte do Estado para acompanhar as instituições.

Na ausência de dados sobre a parceria, buscou-se, por meio da análise dos materiais fornecidos no Centro Pastoral Arquidiocesano, melhor compreensão sobre a criação e a manutenção dos Encontros de Metodologia e Filosofia, o que resultou na identificação da estrutura criada pelo Estado por meio do CONER, COMCER e CRER, como abordado no capítulo anterior, tendo em vista a lei nº 9.475/97, que alterou o artigo 33 da lei nº 9.394/96 (LDB). Esses três organismos davam sustentação ao Encontro de Ensino Religioso nas cidades de Mariana e Ouro Preto. Tal constatação resultou da análise de duas publicações cedidas pela coordenadora Sueli, como norteadores da disciplina no Estado: o "Programa para o Ensino Fundamental - Ensino Religioso/5ª a 8ª série", lançado em 1997 pela Secretaria de Estado da Educação; e a compilação de dispositivos jurídicos de Minas Gerais intitulado "Educação Religiosa Escolar/Legislação", da Comissão Central de Educação Religiosa (COMCER), datado em 2000. A coordenadora explica como surgiram os eventos nas duas cidades:

Nasceram dos encontros que havia no Estado de Minas Gerais contemplando as regiões através das diversas Superintendências considerando as bases, pois desde o diagnóstico as equipes se reuniam com os professores da sala de aula e membros da comunidade para detectar anseios e expectativas, alegrias e tristezas para a construção de um planejamento único para o Estado que foi concretizado na década de 90. Eu, Sueli, frequentava muito os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso que aconteciam, mais especificamente em Belo Horizonte promovidos pela Secretaria do Estado da Educação, através da COMCER (Comissão Central do Ensino Religioso), junto ao CONER (Conselho do Ensino Religioso) de Minas Gerais, onde padres e pastores atuavam juntos. Havia uma diversidade e nós professores também compo as comissões regionais de Ensino Religioso (CRER) a saber: Regional Ouro Preto, Ponte Nova, Divinópolis, Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete e outras. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

A sustentação dos eventos de formação estava justamente sobre a Comissão Regional de Educação Religiosa (CRER) da Superintendência. A sua função era estabelecer diretrizes para a disciplina nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e articular o processo de implantação do Programa de Ensino Religioso em parceria com o CONER²². A CRER tinha como função orientar ações para a disciplina, manter o intercâmbio entre as escolas e promover acompanhamento das atividades, além de subsidiar a capacitação dos professores

²² Durante os Encontros, teve-se acesso a um único exemplar intitulado "Programa para o Ensino Fundamental - Ensino Religioso/5ª a 8ª série", lançado em 1997. Sabe-se que havia outra publicação destinada às séries iniciais, mas não se teve acesso a este livro.

de Educação Religiosa. Na seção Ouro Preto, foi nomeada presidente da entidade a servidora Sueli de Souza Soares, que permaneceu ao longo dos anos à frente da coordenação dos Encontros.

[...] uma vez que atuava na SRE/OP/SEE/MG com o Ensino Religioso através da CRER (Comissão Regional de Ensino Religioso) e, na Arquidiocese, com assessoria da catequese. Em 2006, passei a atuar com o Ensino Religioso na Arquidiocese de Mariana ficando, em adjunção, até junho de 2012, com a responsabilidade de coordenar os encontros junto aos professores de Ensino Religioso da Rede pública estadual se estendendo ao municipal e escolas privadas, muitas pertencentes à Arquidiocese. A partir desta data, continuei com o Ensino Religioso na Arquidiocese de Mariana com abertura ao diálogo sem monopolizar ou fazer proselitismo. A maior credibilidade é com os professores que veem neste curso uma capacitação para o crescimento do conhecimento, respeito e sentido para a vida. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

A coordenadora Sueli explicou que o pedido de adjunção foi autorizado pelo então governador do Estado, Aécio Neves. Embora não citada em entrevista, mas constituindo como um dado coletado na pesquisa de campo, uma das explicações que justificava a adjunção da servidora na Arquidiocese seria uma intervenção episcopal partindo da cidade de Mariana. Essa situação lembra o regime de Padroado quando a Santa Sé concedeu privilégios aos reis de Portugal e Espanha, possibilitando que a Coroa tivesse domínio sobre as questões religiosas ao mesmo tempo que padres, bispos e religiosos eram funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. No caso de Mariana e Ouro Preto, seria um arranjo diferente com resquícios do regime de Padroado? Uma servidora pública atuando dentro das estruturas da Arquidiocese, onde desempenhava dois papéis: elaboração de ações voltadas para professores de Ensino Religioso da escola pública e assessoria à catequese da Arquidiocese. Em princípio, não haveria nesse campo conflitos de interesse? Onde começava e terminava os interesses do público e do privado? Da escola laica e da religião? São algumas questões que apareceram no processo da pesquisa, provocando inquietações e busca por respostas, por meio da coleta de dados e análises de documentos, tendo como fator norteador os objetivos da investigação.

De volta à discussão sobre os organismos criados pelo Estado de Minas Gerais, a CRER, com a COMCER e o CONER, empenhou-se no papel de preparar os professores para a disciplina, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Dar aulas de Ensino Religioso significava passar antes pelo crivo dos três organismos, vínculo que pode ser constatado na Resolução nº 170/1999, na qual estava prevista, entre outras questões, a necessidade de credenciamento expedido pelo CONER e CRER. A mesma exigência apareceu na Instrução Conjunta nº001/2000, tendo como referência a Resolução nº53/1999, informando que apenas professores credenciados aos dois órgãos poderiam assumir aulas

desse conteúdo. A apresentação de comprovante comprobatório era indispensável para os docentes, o que pode ser verificado também nas Resoluções nº151/2000, nº153/2001 e na de nº465/2003.

O papel desempenhado pelos três organismos pode ser identificado, ainda, no artigo 6º da Resolução nº16/2000. A norma trata da autorização para ministrar as aulas de Educação Religiosa, com critérios para classificação, como habilitação em Ciências da Religião ou Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso²³; habilitação em nível de licenciatura, acrescido de "Certificado de curso sistemático de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso", aprovado pela COMCER/CRER ou pelo CONER/MG, com carga horária mínima de 120 horas. Não havendo candidato licenciado, seria autorizado quem apresentasse atestado do curso, com duração de 40 horas. No ano de sua criação, em 2000, a COMCER publicou sua primeira *Orientação* aos docentes e às instituições, apresentando em cinco tópicos esclarecimentos para a disciplina. No documento, é possível compreender a relação entre os três organismos e, principalmente, a atuação da Comissão Regional de Ensino Religioso, junto à Secretaria de Estado da Educação (SEE).

1 - Os candidatos às aulas de Educação Religiosa habilitados, portadores de diploma registrado, de acordo com o Art.6º da Resolução nº16/2000, publicada no Minas Gerais de 24 de fevereiro de 2000, não precisam apresentar o Certificado de Avaliação de Títulos (CAT);

2 - Os candidatos às aulas de Educação Religiosa, não habilitados, deverão portar o CAT, de acordo com o Art. 8º da Resolução nº16/2000. Entre os não habilitados que concorrerem às aulas do *ciclo básico* e primeiro ano do *intermediário* ou, no regime seriados de 1ª a 4ª série, terão prioridade os portadores de Diploma de Magistério;

3 - Todas as SRE deverão encaminhar à Maria Vasconcelos (DNPC - Bloco C Sala C.11 da SEE) cópia de listagem única dos professores de Educação Religiosa credenciados para o ano 2000. A listagem solicitada será em ordem alfabética, obedecendo à classificação determinada no inciso II, do Art. 6º da Resolução nº16/2000. Havendo credenciados que atendam ao Art.8º da Resolução supracitada, a CRER deverá elaborar uma listagem a parte também em ordem alfabética.

Atenção - *Todas as listagens deverá conter assinatura de pelo menos duas autoridades religiosas associadas ao CONER/MG de diferentes denominações.*

4 - Nos municípios onde se esgotar a lista dos credenciados, a CRER, em parceria com as autoridades delegadas do CONER, estabelecerá as diretrizes para resolver o problema, emitindo o credenciamento a título precário e providenciando a preparação do professor.

5 - As propostas para a realização do Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, com carga horária de 120 horas, deverão ser encaminhadas ao CONER/MG, o qual encaminhará à COMCER para aprovação.

Atenção: Os cursos somente poderão ser iniciados após sua aprovação. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2000, grifo do autor).

Destaca-se que, no processo de designação e credenciamento de professores de Ensino Religioso, a habilitação em Ciências da Religião ou Pedagogia com ênfase em Ensino

²³ A norma apresenta duas nomenclaturas: Educação Religiosa e Ensino Religioso.

Religioso era critério para classificação de docentes. Na ausência de credenciados, a CRER buscava resolver o problema junto ao CONER nos municípios, onde houvesse a necessidade, com a emissão de um título provisório, portanto, precário, enquanto o professor era preparado. Também em 2000, a Comissão Central do Ensino Religioso publicou a *Orientação* de número 2, destacando que somente professores licenciados ou credenciados teriam prioridade para ministrar aulas de Educação Religiosa e que a CRER apenas poderia promover cursos de formação para professores não habilitados quando não houvesse licenciados na jurisdição da SRE. A professora Sueli explicou o contexto do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso de Mariana e Ouro Preto, o caráter precário previsto no dispositivo e a missão da CRER de resolver o problema da ausência de professores credenciados e licenciados.

Durante muito tempo, ele foi um curso de 120h, 80h, 40h. Hoje, considerando o acúmulo de tarefas e de escolas onde os professores atuam, está resumido em 40h. **Isto ocorria além de capacitar continuamente muitos não eram habilitados na área.** Havia um artigo na Lei que contemplava o caráter precário (o professor poderia pegar as aulas de Ensino Religioso assumindo o compromisso de participar dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, 120 horas, 80 horas ou 40 horas). (Coordenadora Sueli de Souza Soares. grifo da autora).

Criados para atender à LDB de 1997, os Encontros de Ensino Religioso em Mariana e Ouro Preto continuam operando na atualidade como instrumento de qualificação de docentes. Durante o ano de 2013, observou-se que os professores recebiam um documento que exercia dupla função: informava em tópicos resumidos a pauta de cada reunião e apresentava a carga horária dos Encontros (FIGURA 1). Tanto a coordenadora quanto a superintendente foram questionadas sobre a necessidade de emissão daquele documento com carga horária e se, na atualidade, o Encontro de Metodologia e Filosofia em Ouro Preto e Mariana ainda eram considerados cursos²⁴ de capacitação de professores, tendo em vista as novas regulamentações do Estado com a lei 15.434/2005. Dentre as explicações, a coordenadora dos Encontros citou que a Declaração era importante porque o professor poderia comprovar a sua participação na capacitação, considerando o vínculo que ele possuía com a escola com quem o profissional devia esclarecimento.

²⁴ Em nenhum momento, a SRE e a coordenação dos Encontros utilizaram a expressão reunião ou curso. A primeira foi apropriada por ser entendida nesse contexto como sinônimo; a segunda por ser uma constatação dos objetivos das práticas pedagógicas vivenciadas pelos professores.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins
 que..... professor (a) de
 Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso,
 aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro de Promoção Humana, em Ouro
 Preto.

O encontro acima citado aconteceu no dia 15(quinze).05 2013, no horário de
 8h30min. até 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.

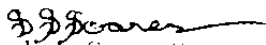

 Sueli de Souza Soares
 Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana - Jurisdição- S.R.E.-O.P

Figura 1 - Declaração de participação e carga horária
 Fonte: Arquidiocese de Mariana/Jurisdição SRE-Ouro Preto

Para o Estado, o evento era considerado sim uma capacitação. Na entrevista, a superintendente Regional de Ensino explica sobre a necessidade de a declaração ser entregue ao diretor da escola, como o documento se insere no contexto de cumprimento de formação docente, também informa que a SRE incentiva a participação dos professores nos Encontros com o objetivo de nivelamento das práticas pedagógicas relacionadas ao Ensino Religioso.

Para a Superintendência é porque existe o Módulo II nas escolas, e todo esse Módulo II, todos os cursos que for de interesse no caso, como é voltado para a Educação Religiosa, é de interesse, pode ser abatido na carga horária do professor para se capacitar, dentro do Módulo II que tem que ser feito nas escolas. Por isso que é importante levar a declaração para que o diretor da escola tenha ciência da carga horária que foi cumprida. [...] O Módulo II é de acordo com o Plano de Carreira, a nível Federal, tem tantas horas de participação do professor de acordo com a sua carga horária, então é de acordo com o número de aulas do professor. Tantas são destinadas à capacitação, ao aperfeiçoamento do trabalho. [...] Nós orientamos. Enviamos para todas as escolas e também para ter uma certa coerência de uma escola para a outra, para não diferir muito e para trocar - o mais importante, o mais rico de tudo, experiência entre eles. (Superintendente Iracema Ana D'Arc Pedrosa Mapa).

Considerando a afirmativa da superintendente, o que se busca ao incentivar os professores de ensino religioso a participarem do curso de capacitação é que se tenha uma abordagem semelhante sobre o ensino religioso nas escolas públicas. O caráter de evento de

formação e capacitação está ainda mais explícito na fala dos docentes cursistas²⁵. Uma das participantes, a professora Rebeca, confirmou o caráter precário da formação enquanto se é providenciada a qualificação, seja no próprio evento ou em uma instituição regular de ensino. A educadora reforçou a questão ao considerar o Encontro como lugar de troca de experiências e materiais didáticos.

Olha, é um encontro que a gente pode trocar experiências. É um encontro que dá uma base para gente; na verdade, na verdade, quando eu iniciei com o Ensino Religioso eu não tinha a pós e foi lá que me deu uma base, que me orientou, onde que eu pude aprender como trabalhar com os alunos. É uma troca de experiência, que a gente troca material didático, a gente tem um apoio. (Professora Rebeca)²⁶.

Nesse sentindo, a professora Giovanna explicou que decidiu participar dos cursos para ter embasamento para as aulas de Ensino Religioso. A docente afirmou que buscava encontrar materiais pedagógicos, certamente na tentativa de ocupar a lacuna deixada pela ausência de Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação. Assim como na fala da professora Rebeca chama a atenção a questão de o Encontro ser um ponto de apoio para aqueles que estão chegando à disciplina de Ensino Religioso.

Porque quando eu comecei a dar aula de Ensino Religioso, eu fui em busca de materiais, já que não tem uma proposta curricular de Ensino Religioso e aí eu descobri esse curso; eu fiquei sabendo de outros profissionais que vão a esse curso. É uma troca de experiência, então eu resolvi participar para me embasar mesmo na aula de Ensino Religioso. (Professora Giovanna).²⁷

Além de acolher novos profissionais, os eventos tornaram-se um referencial para os docentes qualificados. Essa questão fica mais clara quando observado o perfil de alguns dos professores que frequentam a formação. Das seis docentes que responderam ao Questionário, duas professoras disseram serem formadas em Letras, outras duas em História, uma em Geografia e a outra informou ser graduada em Ensino Religioso. Em relação à pós-graduação, uma informou ter mestrado em Ciências da Religião, enquanto duas disseram já ter especialização na área, quanto a outra disse estar se especializando. Apenas uma professora

²⁵ Aos cursistas foram dados nomes fictícios com o objetivo de preservar a identidade, evitando a possibilidade de constrangimentos.

²⁶ Atuando há 10 anos como educadora, dos quais sete anos com o Ensino Religioso, a professora Rebeca possui especialização em Ciências da Religião. Evangélica, a professora é formada em Letras. Entrevista gravada no dia 01.abr.2014, em residência, na cidade de Mariana.

²⁷ A professora Giovanna é católica e possui licenciatura em História e especialização em Ciências da Religião. Leciona há sete anos e, no momento da entrevista, acumulava apenas um mês de experiência na disciplina de Ensino Religioso. Entrevista gravada dia 26 mar.2014 na praça Gomes Freire, em Mariana.

possui especialização em Psicopedagogia, enquanto a outra informou ter pós-graduação em Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Pode-se concluir que a maioria possui especialização em Ensino Religioso, mas busca participar do Encontro na perspectiva de obter direcionamento para a prática pedagógica. A professora Joana buscou preencher a ausência dos parâmetros curriculares nacionais do MEC, utilizando-se do curso como um caminho norteador para o exercício da docência, socializando as suas próprias práticas pedagógicas, ao passo que se apropriava das experiências de seus pares. Em seu relato, a docente afirmou que levava para a sala de aula as orientações recebidas no curso e que os alunos recebiam bem a utilização desse aprendizado que migrava dos Encontros para a escola pública.

Olha, as dinâmicas que a Sueli ensina eu sempre ponho em prática, logo que eu chego na escola. E muitas são muito bem recebidas, eles gostam muito. E assim, o que eu utilizo é esse jeito mesmo de lidar com os alunos, que a Sueli sempre coloca pra gente, que a gente tem que ser paciente, tem que estar dando vez a eles de falarem de tudo. Então, assim, eu acho que eu não sou proselitista porque eu realmente não caio para religião nenhuma, entendeu? É bem pessoal. Tanto que eles vivem me perguntando; qual a religião da senhora? Que eles não conseguem perceber por eles mesmos. Então, eu acho que eu aprendo bem [...] dá pra aprender bem. (Professora Joana).²⁸

Embora os Encontros de Ensino Religioso continuem acolhendo professores e sejam considerados por seus participantes um espaço de aprendizado e recebimento de material pedagógico, não existe, na atualidade, segundo a coordenadora do Ensino Religioso, uma equipe estruturada de apoio à disciplina como ocorria no passado. Embora não tenha citado especificamente nomes ou organismos, compreende-se que ela falava do seu lugar de atuação, as cidades de Mariana e Ouro Preto, que estão sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Educação/Superintendência Regional de Ensino. De fato, a estrutura criada pelo Governo Estadual para dar suporte à disciplina e, por sua vez aos cursos de Metodologia e Filosofia, parece ter ruído. Na página na internet do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado da Educação, nenhuma informação sobre os três organismos (CONER, COMCER E CRER) foi encontrada²⁹.

²⁸ Formada em História, a professora Joana se dedica ao Ensino Religioso há 15 anos. Católica, a docente é especialista em Psicopedagogia. Entrevista gravada em residência, na cidade de Mariana. 27 mar.2014.

²⁹ Cf.: <http://www.cee.mg.gov.br>; www.educacao.mg.gov.br/.

2.1.1. Mudanças na lei delimitam ação dos cursos de Metodologia e Filosofia

A informação de que o Conselho de Ensino Religioso (CONER) não opera mais no oferecimento do curso de Metodologia está nos anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas discussões parlamentares para mudança na lei 15.434/2005. No Legislativo, os deputados Rosângela Reis e Dalmo Ribeiro Silva, ambos formados no curso de Pedagogia, apresentaram dois projetos de lei (respectivamente PL1617/2011 e PL2215/2011) buscando substituir parte do artigo 5º da legislação de 2005, no qual estava previsto justamente o curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Para o exercício da docência na rede pública estadual de ensino, o inciso III previa conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de pós-graduação *lato sensu* em Ensino Religioso ou em Ciências da Religião. O fato problemático para os parlamentares era a expressão "até a publicação desta lei", no fim da redação. Dessa forma, o inciso delimitava temporalmente que tais qualificações teriam validade ou seriam reconhecidas até a publicação da legislação 15.434/2005, ou seja, 6 de janeiro de 2005. Dalmo Ribeiro, que é católico, defendeu a supressão da expressão "até a data de publicação desta lei", e a deputada propôs a substituição para "oferecido por entidade credenciada e reconhecida pela Secretaria de Estado de Educação".

Ao considerar que Rosângela Reis foi quem primeiro apresentou a proposta de mudanças na legislação, a Assembleia Legislativa, obedecendo a regras internas da Casa, anexou o projeto de Dalmo ao da deputada. A alteração do inciso III foi aceita, mas não da forma elaborada pelos parlamentares. A nova redação passou vigorar com o acréscimo "e devidamente reconhecido e oferecido por entidade credenciada pelos órgãos competentes, nos termos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e não mais "oferecido até a data de publicação desta Lei". O argumento que fundamentou a alteração era o fato de que não havia razão para não aceitar a especialização em Ensino Religioso ou Ciências da Religião buscada pelo profissional da educação, desde que fosse respeitado o teor do que tratava a legislação, independente da data.

Quanto ao inciso IV³⁰, a mudança foi proposta apenas por Rosângela Reis, questionando o mesmo ponto temporal. Na redação da lei em vigor, constava que o professor

³⁰ É claro que o candidato que tivesse sua situação enquadrada nos incisos III e IV teria que concorrer ao processo classificatório com profissionais com licenciatura plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa (inciso I) ou com aqueles que possuíssem licenciatura em qualquer área do conhecimento, mas que tivesse tido na grade curricular da graduação estudos sobre Ciências da Religião ou Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou ainda educação religiosa (II).

de Ensino Religioso poderia dar aula desde que tivesse curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso oferecido até a data de publicação da lei. Em seu projeto, Dalmo Ribeiro, ao justificar a proposta de alteração da outra questão, acabou jogando luzes sobre o que estava preconizado a respeito do curso de metodologia, sem pedir alteração no último inciso do artigo. Sobre este, o parlamentar informou que a regra não se aplicava, pois a formação foi oferecida até o ano de 2003 pela Secretaria de Estado da Educação e pelo Conselho de Educação Religiosa de Minas Gerais (CONER).

Esta mesma fundamentação fez parte da argumentação da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa na análise do projeto de lei PL1617/2011, de Rosângela Reis, que teve anexado à proposta do colega Dalmo Ribeiro. Justificou-se, ainda, que a limitação temporal tinha como objetivo resguardar os profissionais que tivessem investido dinheiro e tempo em cursos de graduação e especialização. Em outras palavras, ao fazer a reserva de mercado³¹, com a chegada de novos profissionais qualificados às escolas, estes teriam prioridade na ocupação das vagas considerando o fato de terem frequentado cursos de graduação e especialização enquanto outros estariam em uma situação enquadrada como caráter precário. Dessa forma, com o parecer contrário da Comissão, não houve alteração no inciso IV, permanecendo o caráter temporal delimitador. A junção dos projetos dos deputados Rosângela Reis e Dalmo Ribeiro originou a lei 21.133, que entrou em vigor no dia 11 janeiro de 2014.

A argumentação da reserva de mercado em relação ao curso de metodologia parece ter reverberado na fundamentação de outro dispositivo, a lei 21.333³², que entrou em vigor dia 27 de junho de 2014. A nova redação do artigo 5º da lei 15.434/2005 rendeu cinco incisos, um a mais em relação à anterior. Além de trazer clareza sobre o curso de Metodologia e Filosofia, apresentou como novidade a inclusão dos candidatos com curso de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. A finalidade das mudanças, segundo o governo do Estado, foi adequar a legislação às novas diretrizes da educação e ao Plano de Carreira.

Art. 5º O ingresso para o exercício da docência do Ensino Religioso na rede pública estadual de ensino fica reservado a profissional que atenda a um dos seguintes requisitos:

I – conclusão de curso superior de licenciatura plena em Ensino Religioso, ciências da religião ou educação religiosa;

³¹ Não consta esta expressão nas leis analisadas.

³² Teve-se conhecimento da legislação poucos dias após a sua publicação no Diário Oficial do Estado, destacando-se, assim, que a sua existência não deu base a formulação dos questionários e entrevistas aplicados aos professores, à coordenadora do Ensino Religioso e à superintendente regional de Ensino.

II – conclusão de curso superior de licenciatura plena reconhecido pelo órgão competente, em qualquer área do conhecimento, cuja matriz curricular inclua conteúdo relativo a ciências da religião, metodologia e filosofia do Ensino Religioso ou educação religiosa, com carga horária mínima de quinhentas horas;

III – conclusão de curso superior de licenciatura plena, em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso ou ciências da religião com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas e oferecido por instituição de ensino superior devidamente credenciada, nos termos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

IV – conclusão de curso superior de licenciatura plena, em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso de **pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado ou doutorado**, em Ensino Religioso ou ciências da religião, reconhecido e recomendado pela Capes;

V – **conclusão de curso superior de licenciatura plena, em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso de metodologia e filosofia do Ensino Religioso, até 6 de janeiro de 2005**, data de publicação desta Lei, oferecido por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela Secretaria de Estado de Educação. (Caput com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 21.333, de 26/6/2014.)

§ 1º Fica assegurada isonomia de tratamento entre os professores de Ensino Religioso e os demais professores da rede pública estadual de ensino.

§ 2º O profissional que satisfizer requisito definido em qualquer dos incisos do caput deste artigo poderá se inscrever em concurso público para docência de Ensino Religioso na rede pública estadual de ensino. (Parágrafo com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 21.333, de 26/6/2014.)³³ (MINAS GERAIS, 2014. Grifo nosso).

Com base na nova legislação, é possível supor que a expectativa do Estado era que houvesse algum tempo depois da sanção da lei 15.434/2005, número razoável de profissionais de educação habilitados em Ensino Religioso, considerando que os cursos de metodologia foram oferecidos até 2003. Acredita-se que a nova lei em vigor, sancionada em junho de 2014, reforça essa hipótese ao delimitar a ação do curso de metodologia.

Considerando apenas as leis 15.434 e 21.133/2014, foi questionado à coordenadora Sueli qual era a função dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, tendo em vista que a legislação estadual regulamentava a necessidade de habilitação específica na área. A sua resposta revelou a falta de profissionais, o que justificaria o caráter precário da formação do professor.

É, na verdade, nós não temos tantos habilitados assim na área do Ensino Religioso. Vale ressaltar que Universidades renomadas, em nosso entorno que não oferecem, por exemplo, um curso de Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso como é o caso da UFOP. Quem sabe a partir desta reflexão mais universidades possam abraçar o Ensino Religioso escolar aberto ao diálogo e ao ecumenismo como a PUC/MG já o faz com tanta propriedade. Por esta razão, se faz necessário o curso aliado à prática docente onde estudamos e inovamos, crescendo uns com os outros através das experiências significativas socializadas pelas escolas. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

³³ Como esta última legislação é recente, o dispositivo não deu embasamento para as entrevistas realizadas com os cursistas, a gestora da SRE e a coordenadora do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Por outro lado, não existe na legislação a previsão de que encontros ou cursos poderiam ser utilizados como espaço para requalificação daqueles já graduados ou especializados. Não haveria demérito por parte da Arquidiocese de Mariana querer formar professores de Ensino Religioso dentro de suas estruturas, ainda que se sustente a argumentação de que não existe a prática de proselitismo, questiona-se qual é o papel desempenhado pela Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, porta-voz e guardiã das políticas públicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação.

Mesmo ocorrendo à revelia da lei, existe acompanhamento sistemático por parte da SRE, considerando que nenhum documento sobre a parceria ou relacionados aos eventos de capacitação foram encontrados na sede do órgão estatal? Conforme o cronograma repassado para a pesquisa, a cidade de Mariana recebeu oito encontros em 2013; em seis, houve observação e coleta de dados *in loco*. Em Ouro Preto, foram quatro reuniões e duas observações por parte do pesquisador. Desse total, verificou-se a presença de representantes da Superintendência Regional de Ensino em três deles. No mês de abril (16/04), na cidade de Ouro Preto, uma servidora da Superintendência participou do Encontro. Entre os temas dos diálogos, ela defendeu o respeito às individualidades. Em maio (15/05), outra representante da SRE acompanhou um dos Encontros, na mesma cidade, e afirmou que se não fosse o empenho da coordenadora Sueli, os Encontros de Ensino Religioso teriam acabado. No segundo semestre, a SRE se fez presente no último Encontro do ano, em Mariana (28/11). Ao ser questionada sobre os acompanhamentos, a superintendente respondeu:

Sim. Nós temos uma analista que, na medida do possível, acompanha os encontros. Acompanhou até...vamos dizer que hoje, o número de encontros diminuiu bastante. Então é... Porque antes a pessoa ficava à disposição para fazer esse trabalho e agora não tem mais essa disposição para esse trabalho. (Superintendente Iracema Ana D'Arc Pedrosa Mapa).

De dentro da repartição pública, as diretrizes do Ensino Religioso passaram a ser geridas nos salões da Igreja Católica, aparentemente sem nenhuma espécie de contestação ou estranhamento na comunidade escolar, com um acompanhamento não sistemático, "na medida do possível", por parte da Superintendência Regional de Ensino. Sem omitir a ligação que desempenha com a Igreja Católica, por ser uma agente pastoral da Arquidiocese de Mariana, a coordenadora dos Encontros de Metodologia e Filosofia defendeu o seu trabalho ao dizer que não é proselitista e que a credibilidade é atestada pelos profissionais que buscam nas reuniões uma capacitação para o crescimento do conhecimento, respeito e sentido para a vida. Em primeira análise, ao se defender de não ser proselitista, está sendo reafirmado o caráter do

Encontro de Metodologia como um evento de capacitação com a anuência da SRE. Em segundo, poderia se pensar em ser legítima uma possível ação da Arquidiocese em promover encontros para professores de Ensino Religioso com formações alinhadas ao catolicismo, uma vez que a prática se daria em lugares pertencentes à própria Igreja Católica. Por outro lado, o professor, mesmo da rede pública, não estaria impedido de tal participação. O fator complicador é se estivesse ocorrendo prática proselitista com anuência e negligência por parte do Estado com acompanhamentos na "medida do possível".

Uma formação de professores com prática proselitista seria um golpe contra a LDB que proíbe tal iniciativa e abarca o reconhecimento da diversidade na formação do cidadão. Além do mais, colocaria em xeque a laicidade do Estado brasileiro, que reconhece a importância das religiões e dos cidadãos que não as têm, garantindo que todos sejam respeitados em sua individualidade, sem discriminação ou ridicularização. Uma capacitação proselitista seria um caminho inverso para o reconhecimento e respeito do cidadão no espaço escolar, não contemplando a pluralidade religiosa. Há de se considerar que isso seria um retrocesso no sentido de se ter uma prática docente confessional para o Ensino Religioso. A confessionalidade não promove o pluralismo e se apoia na verdade específica de uma determinada religião, não compartilhada pelas demais (DINIZ, 2010).

Quando sobre o nome dado aos cursos de formação a intenção era compreender por que ele era diferente daquilo que estava nos dispositivos jurídicos. Uma das hipóteses que se levanta com a titulação "Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso" é que esta se aproxima de um caráter de atividade da Arquidiocese, distanciando daquilo que estava previsto na legislação, com o nome de "Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso". Com isso, não haveria formalmente o oferecimento de um curso de formação, mas, sim, de um encontro de professores, no qual existia socialização de experiências pedagógicas, mas que se revestia de caráter qualificador, inclusive, com emissão de carga horária cumprida.

Conforme os relatos acima e os documentos analisados, pode-se compreender que os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana surgiram de dentro da estrutura do Estado de Minas Gerais para capacitação de professores, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ficou exposto, ainda, que a CRER - Comissão Regional de Ensino Religioso, atuando junto à Superintendência Regional de Ensino, desenvolvia o papel de fazer chegar ao professor as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação, mesma instância em que

operava a Comissão Central de Ensino Religioso (COMCER) com a contribuição do Conselho de Ensino Religioso (CONER), por meio das denominações religiosas cristãs.

Mesmo sem acompanhamento sistemático, os professores foram incentivados a participar na expectativa de terem reconhecidas as horas de curso vivenciadas no Encontro, com a chancela da Secretaria de Estado da Educação, representada pela SRE/Ouro Preto. Os eventos operavam como instrumento de qualificação dos docentes do Ensino Religioso numa parceria institucionalizada, mas não formal entre a Arquidiocese de Mariana e a Superintendência Regional de Ensino.

2.2. A não neutralidade do espaço diante da confessionalidade católica

Ouro Preto e Mariana despertam encantamento diante do cenário que reúne imponentes igrejas e casarões que retratam o período colonial do Brasil. As cidades tiveram grande atenção da Coroa Portuguesa em razão do clico do ouro, destacando Minas Gerais como o maior plantel escravista do império (VEIGA, 2010). Nelas, a arquitetura, a história, a arte, a cultura e a religiosidade dialogam entre si e interagem a todo tempo com o espaço urbano. A educação, que abarca essas áreas e tantas outras, não está fechada nas salas de aulas, nas instituições regulares de ensino. Diferente de outros espaços escolares, nas tricentenárias cidades mineiras, não apenas se fala de casarões, palácios e igrejas do período barroco nas aulas de história e arte, mas é possível tocar e vislumbrar as suas marcas ao ar livre, no dia a dia. Orientações e ações de conscientização sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico-cultural, por exemplo, não estão limitadas a reflexões e debates em cima de livros, mas podem ser contextualizadas por meio de visitas a monumentos históricos que desafiam o tempo.

Essa mesma realidade é possível quando estão em pauta as influências da religião na história do Brasil, contados a partir da colonização. A Igreja Católica manteve presença marcante na sociedade mineira com vigoroso catolicismo manifestado no século XVIII no esplendor do barroco (PEIXOTO, 1993). As marcas deixadas pela religião podem ser encontradas em Mariana onde se estabeleceu a sede do primeiro bispado do Estado, cidade declarada Monumento Nacional pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1945. A sua importância pode ser compreendida, ainda, a partir do processo de tombamento de monumentos pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão no qual estão inscritos 22 bens no Livro do Tombo, segundo levantamento do Atlas Digital dos Bens Móveis e Imóveis de Minas Gerais (2014). Mais da metade (15) está relacionada à

Igreja Católica, sendo três capelas e 11 igrejas e um Seminário³⁴. São eles: Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Capela de Santana, Igreja da Sé, Igreja de Nossa Senhora da Glória, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Matriz de São Caetano, Seminário Menor e Capela de Nossa Senhora da Boa Morte.

Em Ouro Preto, o número de inscritos no Livro do Tombo é ainda maior. Dos 47 bens registrados, quase a metade (22) está relacionada a templos religiosos, nove capelas e 13 igrejas: Capela de Nossa Senhora da Piedade, Capela de Nossa Senhora das Dores, Capela de Santana, Capela de São João, Capela de São José, Capela de São Sebastião, Capela do Bom Jesus das Flores, Capela do Padre Faria, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Santa Efigênia, Igreja de São Francisco de Assis e Igreja de São Francisco de Paula. Constam, ainda, Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura, Igreja Matriz de São Bartolomeu, Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. Ouro Preto, que faz limite territorial com o município de Mariana, sustenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, declarado em 1980 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1933, a cidade já havia sido tombada como Patrimônio Nacional.

Os monumentos atraem para Mariana e Ouro Preto a presença de brasileiros e estrangeiros que querem conhecer o cenário dessas terras que deram formação ao Estado mineiro e contribuíram com a construção política, religiosa e econômica do Brasil. De fato e indiscutivelmente, as cidades reúnem monumentos históricos, mas que não se limitam a serem prédios que desafiam o tempo, com ações de manutenção e verba orçamentária por parte do Estado. Embora não tenha havido uma investigação na intenção de quantificar dados, por meio de visitas *in loco*, pode se constatar que, em alguns dos monumentos/templos, os ritos litúrgicos como missas e outras celebrações litúrgicas continuam sendo praticados, mantendo

³⁴ Este prédio foi cedido à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde funciona o seu Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICHS). Faz parte do prédio uma das capelas tombadas pelo IPHAN, que estava em funcionamento até o início do ano de 2014, com celebração de missas.

vivo o catolicismo, expressão religiosa que corresponde a 83% da população de Ouro Preto³⁵.

Ao andar pelas ruas de Ouro Preto e Mariana – esta, segundo o Censo 2010, com 79,3% dos habitantes católicos –, a impressão que se tem em alguns lugares é que se trata de uma paisagem urbana num reduto católico, onde se faz presente a dualidade entre passado e presente, secularidade e religiosidade. Secularidade porque as cidades seguem sua dinâmica urbana com a presença dos diversos atores sociais, sem se pautar pela religião, convivendo no presente com resquícios do passado, vislumbrando o futuro. Por outro lado, a comercialização de artesanatos, imagens de santos e objetos de decoração, seja em lojas de souvenir ou em praças públicas, os templos e as festas religiosas (procissões e encenações da Paixão de Cristo e procissões de *Corpus Christi*) criam um cenário de religiosidade que demonstram a identidade católica desses locais. Nas cidades tradicionais e berço do Estado mineiro, onde o catolicismo primeiro se estabeleceu, a religião deixou marcas profundas na cultura do povo, no modo de se relacionar com o lugar onde se vive, com as pessoas, de ver e viver no mundo. Não se pode desprezar que a tradição da liturgia católica, a ocupação do espaço público e suas intervenções com procissões e missas reforçaram, ao longo do tempo, a sua hegemonia sob os comandos da 6ª diocese constituída no Brasil no ano de 1748 - intitulada posteriormente como Arquidiocese de Mariana. Mesmo sendo cidades universitárias com suas festas tradicionais promovidas por repúblicas de estudantes, não é difícil ligá-las mentalmente a ambientes e experiências religiosas, com seus templos e tapetes religiosos nas festas tradicionais de Semana Santa e *Corpus Christi*.

A identidade católica nos municípios de Ouro Preto e Marina também pode ser constatada na sede da Superintendência Regional de Ensino e nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Em Ouro Preto, as reuniões de formação foram realizadas no Centro de Formação Humana, construção arquitetônica que tinha em sua fachada referência a Sociedade São Vicente de Paulo – organismo social e religioso da Igreja Católica, na região central da cidade. Na sala de capacitação, ao longo dos encontros, identificou-se dois crucifixos, uma cruz de madeira, um quadro do Sagrado Coração de Jesus, dois quadros de São Vicente de Paulo, duas imagens do Imaculado Coração de Maria e uma de Nossa Senhora Aparecida. No quadro negro, uma mensagem³⁶ de boas-vindas e frase alusiva ao santo católico São Vicente de Paulo, o exaltava, por ocasião dos 180 anos da criação da Sociedade

³⁵ Dados do Censo 2010.

³⁶ No local, a impressão que se teve é que a mensagem era destinada aos membros da Sociedade São Vicente de Paulo e não aos professores, por não constar nos diálogos e temas propostos para a formação.

São Vicente de Paulo³⁷. Em Mariana, as reuniões foram promovidas no Centro Arquidiocesano de Pastoral - Monsenhor Vicente Dilascio, de onde eram articuladas as questões relacionadas à disciplina para os professores da jurisdição da SRE/OP. Para chegar até à sala de reuniões, no segundo andar, os participantes foram "recebidos" com imagens e adornos católicos que decoravam a entrada do prédio antes de terem acesso ao local do evento, onde se encontrava um quadro com a imagem de um rochedo, com os dizeres "Bendito seja o Senhor, meu rochedo", da editora Paulus³⁸. Ao decorrer das reuniões, outros adereços foram sendo afixados (não na presença dos encontristas), desta vez com ligação direta ao catolicismo, como um *banner* sobre o Ano Litúrgico, da Igreja Católica, com informações sobre a liturgia católica: Tempo Comum, Ciclo do Natal e Ciclo da Páscoa. Outra "decoração" foi o *banner* sobre a Pastoral Carcerária, citando as cidades de Mariana, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Guanhães e Caratinga. A última reunião do ano de 2013, no mês de novembro, foi realizada em outro espaço, no térreo do Centro Pastoral. No local, o primeiro *banner* fazia menção ao "3º Encontro Arquidiocesano da Pastoral Familiar. Família, Pessoa e Sociedade. 24 a 26 de junho 2011. Da Família de Nazaré aos dias atuais. Colégio Imaculado Coração. Barbacena - Arquidiocese de Mariana". Nele estava impresso um ícone que lembrava, no culto católico, as figuras cristãs: Jesus, Maria e José. No segundo *banner* constavam as informações: "2º Congresso Arquidiocesano Família. Fonte de vida e educadora no amor. Que todos tenham vida! 25 a 27 de abril de 2008. Colégio Normal N. Sra do Carmo. Rua Vigílio, 161, Centro, Viçosa/MG". Outra informação neste material era uma fotografia, com crianças e adultos, que aparentava ser de uma família. Na sala havia, ainda, um crucifixo afixado na parede, acima da lousa verde.

Outro lugar observado foi o gabinete da superintendente Regional de Ensino, onde a confessionalidade católica estava representada por meio de um crucifixo, uma imagem de Santa Rita e outra de Santa Efigênia. Estas estavam sobre a mesa da servidora pública e foram apresentadas com muita naturalidade, conforme questionamento feito na expectativa de saber quais santos católicos estavam retratados nos símbolos religiosos. Pôde ser visto um kit com itens que aparentavam serem reservatórios com sal, óleo e água; elementos utilizados pela liturgia católica como instrumentos de benção de ambientes físicos e pessoas. Ícones religiosos da mesma confessionalidade foram vistos, ainda, na antessala do gabinete e num dos corredores de acesso a essa repartição pública.

³⁷ Informações coletadas na reunião do dia 16 de abril de 2013.

³⁸ Informações coletadas na reunião do dia 9 de abril de 2013.

A confessionalidade católica era compreendida como algo natural, normal e quase legítima com a presença de símbolos religiosos contrapondo ao caráter laico do Estado. Nas observações, causou inquietação a ausência de estranhamento por parte dos profissionais da Educação da escola pública em relação aos objetos e lugares escolhidos para os eventos - territórios católicos. A percepção dessas pessoas com o espaço e com lugar não causava estranheza possivelmente em razão da identidade e da relação desse público com aquele território religioso. Importante saber, então, o conceito compreendido nesta investigação para tais categorias. Luiz Augusto dos Reis Alves (2007) explica que o espaço ganha significado a partir da intervenção humana, da presença do homem, no momento em que ele é ocupado física ou simbolicamente. Dessa forma, lugar é o espaço ocupado; quer dizer, habitado. O autor apresenta três esferas que possuem interrelação na questão do espaço transformado em um lugar: os atributos espaciais, ambientais e humanos.

Sem os atributos humanos, o espaço não é um lugar, mas apenas um local onde todos os atributos espaciais e os ambientais agem, porém sem a interação humana, sem os valores humanos. Os *atributos espaciais* se referem às questões relativas ao espaço tridimensional, em termos de morfologia. A forma, as áreas, o volume, os planos constituintes e a proporção entre as suas dimensões, os elementos que dele fazem parte, as relações de configuração espacial que se fazem presentes e as características físicas dos planos e dos elementos do espaço quanto à cor e à textura. Os *ambientais* dizem respeito às características climáticas do espaço. A latitude, longitude e a altitude onde se localiza a região, a quantidade e a qualidade da luz natural, a caracterização do céu, a orientação solar, a incidência eólica, a temperatura do ar, a umidade do ar, as precipitações, os odores naturais, os sons naturais e sons naturais e etc. Por último, **os atributos humanos são a interação do homem neste universo espacial, influenciando, modificando e concedendo valores aos atributos espaciais e os ambientais.** Presente fisicamente ou simbolicamente, tem-se uma relação de escala entre o homem e o espaço que o circunda. **À medida que se movimenta**, seu corpo explora o ambiente espacial, o usufrui para as suas atividades e **estabelece uma comunicação perceptiva. Concede valores e significados, apropria-se do espaço e o guarda em sua memória.** (REIS-ALVES, 2007, p. 5-6, grifo nosso).

Interessa à discussão sobre espaço e lugar mais especificamente as considerações de Reis-Alves sobre os atributos humanos no tocante à comunicação perceptiva num contexto de valores e significados dados pelo homem. O espaço está sempre disponível para converter-se em lugar a ser construído, com o fluir da vida, a partir do próprio espaço como suporte (FRAGO, 2001). Em outras palavras, as estruturas físicas são espaços transformados em lugares a partir da ocupação do homem, do significado concedido a ele. As cidades são espaços habitados, portanto lugares, com significados, valores e sentidos. A própria arquitetura das cidades de Ouro Preto e Mariana são lugares no aspecto histórico (e religioso) quando consideradas as marcas e os acontecimentos do passado; a exploração do ouro, a

atuação e a tradição católica, o turismo religioso e cultural que se instala em torno desses elementos. Pode-se dizer que, para alguns, os templos religiosos são lugares compreendidos como monumentos, mas para outros as igrejas são lugares de vivência e prática da fé.

A relação de significação teria algo a ver com identidade? É possível dizer que sim. Aquilo que é considerado dentro de um padrão dificilmente seria apontado, obviamente, fora da norma. Uma identidade já cimentada, não causa estranheza por ser vista como familiar. O que choca, geralmente é a identidade do "outro" apontado como estranho, como diferente. Nas respostas apresentadas no Questionário, nenhuma das seis professoras avaliou negativamente quando perguntadas que avaliação faziam sobre o espaço onde eram realizadas as reuniões. Na entrevista, optou-se por não fazer uma pergunta direta sobre tal questão, mas buscou-se compreender a percepção das entrevistadas quanto ao espaço e ao lugar em relação às cidades. Inquiriu-se se o fato de Mariana e Ouro Preto possuírem monumentos religiosos era um fator facilitador para abordagem do Ensino Religioso na expectativa de que o território católico – como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível - surgisse numa perspectiva de estranhamento ou descontentamento.

De fato, das três professoras entrevistadas, nenhuma demonstrou qualquer tipo de estranhamento com os lugares católicos e seus símbolos, considerando que, entre elas, havia uma educadora evangélica. A professora Rebeca (evangélica) disse que não "trabalhava com isso não". Outra educadora, a Joana, afirmou que até facilitava, mas deixava para a professora de arte com quem às vezes desenvolvia atividade conjunta. A docente Giovanna respondeu que recebia pedidos dos alunos para visitar igrejas, mas disse não saber se era possível em razão das outras religiões. Hipoteticamente, pode se dizer que havia uma identificação entre a religiosidade pessoal e o território, considerando-se que duas profissionais professam a fé católica. A professora Rebeca, a única evangélica no grupo, foi enfática ao dizer que não trabalhava com o Ensino Religioso a partir das perspectivas do espaço e durante a entrevista não demonstrou qualquer descontentamento em relação à formação que recebia. Ainda que estivessem presentes nos Encontros de Metodologia e Filosofia como sujeitos, na condição de representantes e parte da escola laica, aquele espaço dotado de significados, em meio aos símbolos religiosos, não causava qualquer tipo de desconforto. Pelo contrário, durante as reuniões pode se observar um clima de harmonia e tranquilidade, sem confronto de ideias, discussões ou qualquer tipo de situação que alterasse a dinâmica das capacitações.

Ao ser questionada, a coordenadora dos Encontros argumentou que a utilização dos espaços ligados à Arquidiocese de Mariana se dava em razão da boa estrutura e do fácil

acesso diante da falta de disponibilidade que estaria relacionada a outros lugares. Nesse sentido, a superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto explicou que apenas uma escola, a Nossa Senhora Auxiliadora, teria espaço para esse tipo de evento. A instituição de ensino se encontra distante do centro da cidade, num distrito de Ouro Preto. Com a falta de estrutura, a SRE/OP opta pelo Centro Pastoral Arquidiocesano.

Realmente por questões de [...] é nós temos uma necessidade grande de espaço e hoje nós não temos, se você pensar bem, a maioria das nossas capacitações é feita também nesse local. Não é só porque é Ensino Religioso; é Educação Religiosa, eu estou falando Ensino, mas é Educação Religiosa. Hoje, por exemplo, em Ouro Preto e Mariana, o espaço disponível é muito pouco e os poucos que têm, eles são caros; apesar de serem construídos com dinheiro público são caros. Por exemplo, nós temos o Centro de Convenções de Ouro Preto e foi construído com dinheiro público, federal, mas a gente tem que desprender uma nota grande pra isso; então a gente nunca tem esse dinheiro pra pagar. (Superintendente Iracema Ana D'Aarc Pedrosa Mapa).

Perguntou-se, ainda, se os Encontros dentro de um espaço católico não inibiriam a participação de outros líderes religiosos e representantes de correntes de pensamento, dificultando a presença da diversidade. Para a coordenação, isso não era um problema, uma vez que existia, na compreensão dela, total respeito e abertura para que os Encontros se efetivassem. A superintendente regional de Ensino defendeu que nunca houve em sua gestão qualquer questionamento sobre a questão. "De 2009 para cá, eu posso afirmar que não, que não houve. Inclusive nós temos professores de Educação Religiosa que não são católicos, que são protestantes, são batistas, são de outra religião e, no entanto, nunca questionaram". Ao ser perguntada sobre o fato de esses eventos serem oferecidos em tais locais não feria o princípio da laicidade no Estado brasileiro, correndo-se o risco de haver a prática de proselitismo religioso, a superintendente disse não acreditar nessa possibilidade. "Eu acho que isso é deixado bem claro; é questão de espaço mesmo, nós temos poucos espaços disponíveis para a realização de eventos".

Não se observou, nas sedes dos Encontros de Metodologia e Filosofia e da SRE/OP, ícones referentes a outras religiões como o judaísmo, o budismo, o islamismo, o hinduísmo, o espiritismo, a umbanda e o candomblé. Poderiam os símbolos nas reuniões serem vistos apenas como instrumentos decorativos? Dificilmente seria compreendido desse modo dentro do território religioso, lugar legítimo para sua exposição e visualização. Da mesma forma, seria legítimo o oferecimento dos Encontros de formação para os católicos que ministram o Ensino Religioso. Poderiam até haver questionamentos diante da laicidade do Estado, mas, ainda sim, a igreja poderia se utilizar de premissa de que estava promovendo formações dentro dos seus muros, em seu território de atuação e domínio. Mas outro ingrediente está

posto com a chancela da Superintendência Regional de Ensino: a instituição não apenas reconhece o evento como capacitação, mas incentiva a participação dos professores. Sem um acompanhamento sistemático e diante da simbologia católica, que tipo de prática pedagógica estaria sendo reproduzida na sala de aula? Que tipo de olhar está sendo reproduzido para a compreensão da diversidade, para o repeito a diferença como identidade legítima?

E na sede da Superintendência? É legítima a presença dos ícones católicos, considerando que não há qualquer proibição da expressão religiosa no serviço público diante do Estado laico? Eles poderiam estar afixados ou disponíveis por representarem a religião da maioria dos brasileiros? O servidor público pode expressar sua confissão de fé? Muito tem se discutido no Brasil sobre os símbolos religiosos. Uma vertente defende que o ícone é apenas um instrumento decorativo, como é o caso de crucifixos encontrados nas Casas Legislativas, nos Fóruns da Justiça e em instituições de ensino. Por outro lado, outra vertente questiona que tais simbolismos expressam confessionalidade e agridem a religiosidade do outro. Pode ser confortável para um católico ver o crucifixo num ambiente mantido pelo Estado, o que não se aplicaria ao cidadão sem religião³⁹ ou que pertença a outra denominação religiosa. Ainda que se busque defender o crucifixo o “reduzindo” a um item decorativo, quem pode garantir que todos os crentes católicos possuem essa percepção? Será que todos aqueles que veem nessa expressão religiosa alguma forma de diálogo com o transcendente o vê como decoração por estar fora do templo religioso ou do seu altar pessoal em sua casa?

A religião no Brasil não é combatida pelo Estado laico, que opera no sentido de garantir a igualdade, de modo que não haja privilégios. Note-se as reflexões do professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas, Fernando Capez (2009), a respeito dos símbolos já instalados:

A Constituição Federal de 1988 consagrou o Estado Democrático de Direito, calcado na busca da igualdade formal e material, tem como seu objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza, e se alicerça na dignidade da pessoa humana. Busca a tolerância mútua e a coexistência pacífica. Cabe ao Estado e à sociedade em geral não encorajar manifestações de intolerância daqueles que se sintam ofendidos pela livre expressão da fé alheia. A retirada de símbolos já instalados, mesmo que em repartições públicas, leva à alteração de uma situação já consolidada em um país composto por uma quase totalidade de adeptos da fé cristã, e agride desnecessariamente os sentimentos de milhões de brasileiros, apenas para contentar a intolerância e a supremacia da vontade de um restrito grupo de pessoas. (CAPEZ, 2009).

³⁹ Ver “Sou ateu e mereço o mesmo respeito que tenho pelos religiosos” no artigo do médico Drauzio Varella sobre Intolerância Religiosa. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/drauzio/intolerancia-religiosa/>>. Acesso em: 29 jul. 2014

Não sendo confessional, o Estado não proíbe o culto, mas, por outro lado, a representação concedida ao catolicismo no setor público caminha no sentido de ferir o princípio da igualdade. Outras manifestações de fé deveriam ter seus símbolos religiosos expressos nas repartições públicas. Da mesma forma que o crucifixo e as imagens de santo são expressões religiosas caras para os católicos, assim como está a Bíblia para os evangélicos (e também para os católicos), os seguidores de outras religiões também têm o direito de verem os seus símbolos nos mesmos espaços públicos. Em outra perspectiva, parece ser um tanto quanto preocupante setores públicos de onde emergem decisões para a coletividade, com expressa confessionalidade, estarem alinhados a esta ou aquela religião, considerando que as verdades de fé são subjetivas e diferem de uma denominação religiosa para a outra.

De volta ao tema dos espaços das reuniões dos Encontros de Metodologia e Filosofia, os símbolos não estariam produzindo uma comunicação silenciosa sedimentando um único olhar para a educação escolar, mais especificamente no que diz respeito ao Ensino Religioso? Antônio Viñao Frago (2001, p.78) vai dizer que:

[...] todo espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica. Nada é melhor do que falar, nesse caso, no valor didático do símbolo, um aspecto a mais da dimensão educativa do espaço.

Os cenários religiosos onde foram realizados os Encontros de Metodologia e Filosofia nas cidades de Mariana e Ouro Preto precisam ser encarados para além de sua materialidade, que expressam e refletem determinados discursos. A constatação da catolicidade nesses eventos e na repartição pública pode ser percebida num cenário comunicante, no qual acontece a todo tempo um diálogo muitas vezes silencioso, por meio dos símbolos religiosos, com aqueles que ali frequentam. Não se trata apenas de serem locais cedidos para reunião de capacitação, mas de território marcado fortemente pela presença de uma religião. Em outro momento, Frago (2001, p.64) afirma que um espaço jamais é neutro, pois carrega significados e vestígios da condição e das relações espaciais:

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. **Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo.** Um

emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só as relações interpessoais - distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos - localização e posturas -, à sua hierarquia e relações. (grifo nosso).

A ausência de outros símbolos que contemplem a diversidade religiosa e de neutralidade do espaço, dada a intenção do Encontro de Metodologia de formar professores para a disciplina Ensino Religioso em uma escola laica, pode ser encarada como uma questão preocupante no que diz respeito ao direito à diferença e à individualidade. Como bem disse Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.83), "a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade". O catolicismo é tão forte e marcante na vida das cidades de Ouro Preto e Mariana, sendo expresso dentro do setor público, que ele não é visto com uma identidade, mas a identidade que não reconhece as demais, legítimas de serem vividas e concretizadas nos diversos lugares das cidades tricentenárias, fortemente marcadas pela tradição dessa religião cristã.

2.3. A Lista de presença e o Cronograma das reuniões

Considerando que cinco municípios estão sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino, definiu-se por pesquisar Ouro Preto e Mariana, onde foram realizados os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, em razão de terem recebido os cursos de capacitação com o objetivo, segundo a coordenadora, de possibilitar a participação de professores de outras cidades da região. Os dados que serão apresentados a seguir constam em três dos diversos documentos disponibilizados pela coordenação dos Encontros de Metodologia, a saber: Lista de Presença (FIGURAS 2 e 3) e Cronogramas do 1º e 2º semestres de 2013 (QUADROS 1 e 2).

O primeiro possuía duas funções. No anverso (FIGURA 2), receber o registro de informações por parte da coordenação sobre o desenrolar de cada reunião conforme tópicos estabelecidos, como (a) Reunião, (b) Data, (c) Horário, (d) Secretário. As outras questões eram: (e) "Assuntos Tratados", na qual foram escritas vagas informações remetendo à leitura para "Ver Pauta"; e (f) "Definições", com algumas anotações sobre ações e dinâmicas realizadas pelos professores e socializadas durante as reuniões, como utilização de painéis, murais, *Facebook*, celebração de ação de graças, gincana ecológica e caixa de boas ações. Os relatos sobre cada questão foram superficiais e não possibilitaram uma compreensão mais concreta e detalhada sobre o que exatamente foi executado. Foram citadas, ainda, a paz como

tema geral do ano e questões como família, sociedade, amor, união, respeito e compromisso. Estes parecem ir ao encontro da perspectiva do Ensino Religioso, segundo a visão da Superintendência Regional de Ensino, ao fazer referência a valores quando questionada na entrevista sobre o papel da disciplina para os estudantes.

Bem, hoje com a nova mudança, depois da LDB, deixou de ser Ensino Religioso e passou a ser Educação Religiosa. Essa Educação Religiosa trabalha mais a questão de valores. Essa é a linha da Educação Religiosa dentro das nossas escolas. E como nós estamos num mundo em que precisam ser trabalhadas essas questões de valores é... devido mesmo, crise de época mesmo, então faz-se necessário trabalhar isso dentro das escolas. [...] Todos os valores importantes para a questão da humanidade, desde o amor à solidariedade. É tudo que diz questão ao relacionamento humano. (Superintendente Iracema Ana Darc Pedrosa Mapa).

Na aplicação do Questionário, as questões também apareceram sobre o papel do Ensino Religioso. As respostas das seis professoras dividiram-se em trabalhar a diversidade, os valores humanos, a autoestima, a perspectiva de vida, os valores e virtudes, ensinar sobre as religiões, apaziguar ânimos e ajudar os alunos a lidar com o ser humano.

Em outro tópico, nas "Datas Agendadas" (g), constavam as datas das reuniões seguintes ou simplesmente alguma citação remetendo ao Cronograma 2013, com a exceção de um dos documentos utilizados para registrar que determinada professora havia utilizado a Bíblia. Em "Observações" (h), foram destacadas a presença deste pesquisador com os dizeres "participação efetiva", o tema central do ano (paz) e o relato de outras experiências apresentadas pelos professores em documentos distintos. Não se constatou nenhuma anotação que remetesse à diversidade religiosa, seja por parte das dinâmicas apresentadas pelos cursistas ou como proposta por parte da coordenação. Além do mais, observou-se uma não regularidade no preenchimento das informações, como pode se constatar com a ausência de referência do local das reuniões. Considerando a somatória de 12 encontros em Ouro Preto e Mariana, o volume de registro por parte da coordenação pode ser considerado tímido, sendo mais expressivo nos meses de março⁴⁰ e junho. Nos demais, curtas frases relataram as reuniões, conforme os tópicos mencionados.

⁴⁰ O documento relacionado faz referência a março, mas este mês não consta no Cronograma de Encontros. A situação será melhor explicada logo à frente.

CENTRO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL
Monsenhor Vicente Dilascio

Reunião: Encontro Religioso Escolas

Data: 23.06.13 Horário _____

Secretário (a): _____

Assuntos tratados: Ver pauta

Definições: (Paz)

↳ Espaço branco para (pareda) pinturas da Paz

* ↳ Trem da Paz laçoas com palavras (TNT)

↳ Mural mosaico → Cada turma

↳ Pip Pip da Paz

↳ Alfabeto da Paz

↳ Respeito

↳ Mensagem de paz pela face Guat.

↳ Canal

↳ Arvore da Paz / família, sociedade, Professores

↳ Encontro Religioso Amiz, união, respeito, Compromisso

↳ Plantar.

Datas agendadas: (lembrar as que constam na agenda e comunicar à recepção se houver mudanças ou novas datas)

↳ De acordo com o cronograma entregue no início de ano.

Observações: Experiência S.E. "Religiosos Religiosos Religiosos"

Auto avaliação e a religiosidade da comunidade

Área de Né de Kenicent - Área de Né Geneser

Correio de amizade - Bravos - Santos - Religião e compromisso
prática e comportamento dentro das atividades.

Figura 2 - Lista de Presença/Anverso
Fonte: Arquidiocese de Mariana/Jurisdicção SRE-Ouro Preto

No verso da Lista de Presença (FIGURA 3), a função era registrar a participação dos cursistas que, em cada encontro, deveriam informar nome, escola, telefone e e-mail. Chama atenção que a palavra “escola” foi escrita à mão ao lado da palavra Paróquia, que apareceu riscada em alguns documentos.

Lista de Presença			
* Se possuir e-mail, favor informá-lo.			
Nome	Paróquia / <i>Escola</i>	Telefone	E-mail

Figura 3 - Recorte da Lista de Presença/Verso
Fonte: Arquidiocese de Mariana/Jurisdicção SRE-Ouro Preto

A exceção ficou com os meses de outubro e novembro, quando a palavra Paróquia foi substituída por Região, uma citação que pode ser interpretada a partir da atuação pastoral nas regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste) que compõem a Arquidiocese. Sem a citação do nome da Superintendência Regional de Ensino, supõe-se que o documento fosse de utilização da Igreja Católica para registro de ações pastorais, também aproveitado para o curso de formação de professores. A referência religiosa também está no anverso com os dizeres "Centro Arquidiocesano de Pastoral - Monsenhor Vicente Dilascio" (FIGURA 2).

Nos outros dois documentos analisados constam os Cronogramas⁴¹ das reuniões do primeiro e segundo semestres. Com duração de até quatro horas, entre 8h30 e 12h30, a capacitação foi oferecida quase que mensalmente, salvo nos meses de férias - janeiro, julho e dezembro⁴². Na cidade de Ouro Preto (QUADRO 1), conforme o Cronograma e Lista de Presença, a primeira reunião foi realizada em abril. O número de participantes foi de sete professoras. Em maio, o número caiu para cinco, mas com a presença de um cursista do sexo masculino. O encerramento do semestre seria em junho, mas não houve reunião porque foi desmarcada pela coordenação.

⁴¹ Os Cronogramas podem ser vistos na seção Anexos.

⁴² Em alguns Encontros, as reuniões iniciaram meia hora depois do previsto ou terminaram 30 minutos antes do programado. Na contagem de participantes, não se levou em consideração a presença da coordenadora e deste pesquisador.

Ouro Preto	Abr	Mai	Jun	Julh	Set	Out	Dez
Presença do Pesquisador	Sim	Sim	Não houve	Atividades na escola. Celebração ecumênica.	Não	Não	Atividades na escola. Celebração ecumênica – sarau, outros.
Participantes Masculino	0	1	-----		1	1	
Participantes Sexo Feminino	7	4	-----		2	4	
Total	7	5	-----		3	5	

Quadro1 - Reuniões na cidade de Ouro Preto

Fonte: Elaborado pelo autor

A oportunidade de continuar acompanhando *in loco* as reuniões da cidade de Ouro Preto se daria a partir do segundo semestre, o que não aconteceu diante de possível falha na comunicação entre este pesquisador e a coordenação do Encontro de Metodologia, situação que prejudicou as observações nos meses de setembro e outubro. Diante do ocorrido, solicitou-se os dados desses Encontros para posterior análise. O primeiro mês registrou a maior baixa em termos de participantes: duas mulheres e um homem. Em outubro, houve uma leve reação no registro de quantidade: quatro professoras e um professor. Como no mês de julho, dezembro foi reservado para atividades "ecumênicas" dentro da escola.

Mariana recebeu o dobro de reuniões em comparação à cidade vizinha: oito Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso (QUADRO 2). A primeira foi realizada de forma unificada no mês de fevereiro, recebendo nove professoras, incluindo o público de Ouro Preto.

Não foi possível ter acompanhamento *in loco*, uma vez que a aproximação com o campo de pesquisa se deu a partir de abril, mês em que o número de participantes foi o mesmo que o anterior. Em maio, houve uma leve queda, chegando a seis, subindo para sete no último mês do semestre. Os dados referentes a junho só foram possíveis de serem constatados com o cruzamento de informações entre a Lista de Presença e o Diário de pesquisa de campo. O documento disponibilizado pela coordenação faz referência simplesmente ao mês de março, sem a citação de data, contrariando a lógica dos outros registros. Além disso, constava o registro da presença (feito à mão pela coordenadora) e assinatura deste pesquisador, causando

descompasso entre o Diário e o Cronograma do Encontros, uma vez que as observações só tiveram início um mês depois.

Mariana	Fev	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Presença do Pesquisador	Não	Sim	Sim	Sim	Atividades na escola. Celebração ecumênica.	Ausente	Sim	Sim	Sim	Atividades na escola. Celebração ecumênica, – sarau, outros.
Participantes Sexo Masculino	0	0	0	0		0	0	0	1	
Participantes Sexo Feminino	9	9	6	7		12	10	3	8	
Total	9	9	6	7		12	10	3	9	

Quadro 2 - Reuniões na cidade de Mariana

Fonte: Elaborado pelo autor

Para elucidar a dúvida, primeiro conferiu-se os nomes dos participantes daquele evento e, depois, alguns assuntos e dinâmicas comentadas pelos professores durante a reunião. As anotações pessoais traziam informações muito semelhantes, constatando-se que o mês de março se tratava, na verdade, da reunião de junho. É certo que houve equívoco por parte da coordenação no preenchimento do documento sob a hipótese de que a Lista de Presença tenha sido apresentada ao público do evento sem o cabeçalho preenchido, tarefa que deve ter sido realizada fora do espaço do Encontro em outro momento.

Outro possível equívoco refere-se, ainda, a junho. Um documento faz referência ao dia 22 (de junho), que não coincide com o Cronograma e nem mesmo com o Diário. Não há registro de presença e nem assinatura do pesquisador, mas constam o nome de sete professoras. Verificou-se se a ordem de assinatura era igual a de outros arquivos, o que poderia apontar preenchimento equivocado do cabeçalho do documento por parte da coordenação, mas não houve essa constatação. A Lista difere de todas as outras.

No segundo semestre, o mês de julho, período de férias, foi dedicado, segundo o Cronograma, para atividades ecumênicas nas escolas, a partir da escolha dos professores, alunos e direção para concluir as atividades da primeira parte do ano. Em agosto, Mariana recebeu também os professoras de Ouro Preto, sendo o Encontro unificado como o de fevereiro. Doze educadoras participaram do evento, sendo que não houve observação por parte deste pesquisador. Em setembro, a presença dessas profissionais chegou a dez, mas caiu

para três no mês seguinte. O último Encontro do ano, em novembro, foi unificado e recebeu oito professoras e um professor. Como programado para o mês de julho, as atividades no mês de dezembro foram realizadas dentro das escolas, entre professores, direção e alunos com celebração ecumênica.

Embora os professores da rede pública estadual não sejam o foco da pesquisa, mas, sim a parceria construída entre o Estado e a Igreja para oferecimento do curso de capacitação que recebe docentes da rede municipal e estadual que compõe o *corpus* desta pesquisa, buscou-se junto à Superintendência Regional de Ensino informações sobre o número de professores estaduais. Dados fornecidos pela própria instituição apontam que a rede estadual contava, no ano de 2013, com 23 professores de Ensino Religioso, alguns ocupando cargos em duas escolas, nas cidades de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Ao ser indagada sobre a baixa participação dos professores da rede estadual nos Encontros, a superintendente de Ouro Preto esclareceu:

[...] a Regional de Ouro Preto inteira, Rede Estadual, tem vinte e três professores de Educação Religiosa hoje. [...] Então não é um número muito grande também de professores. É uma aula, um módulo aula por turma, então são poucas aulas de Educação Religiosa. E além de tudo nós temos a questão seguinte, muitos trabalham tanto na Rede Estadual, quanto na Rede Municipal, e às vezes não libera a outra Rede, até Particular mesmo, então o professor às vezes não tem essa disponibilidade do horário que eles marcaram, se programar para poder fazer o curso também. (Superintendente Iracema Ana Darc Pedrosa Mapa).

A coordenadora dos Encontros também fez uma avaliação sobre a presença dos cursistas tendo em vista a abrangência da Superintendência Regional de Ensino, reafirmando o que já havia dito pela sua superintendente. A coordenação explicou que um dos fatores era o acúmulo de cargos por parte dos professores e a ausência de um servidor que cuidasse da disciplina.

Considerando a abrangência acima citada, realmente está menor porque o professor de Ensino Religioso atua, hoje, na maioria das vezes, em diversas escolas para completar o seu cargo devido ter apenas uma aula semanal. E muitos professores de Ensino Religioso trabalham também com outras disciplinas, não podendo se ausentar da escola. Anteriormente havia uma grande frequência em Mariana e Ouro Preto onde nós concentrávamos os Encontros, para facilitar; o de Mariana, do entorno, e também Acaiaca e Diogo de Vasconcelos, e para Ouro Preto, que contemplava Itabirito. Outro fator que influencia é que não há um profissional da Instituição liberado para este fim. Atualmente eu o faço através da Arquidiocese, sem o vínculo do Estado. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

A situação apareceu realmente no Questionário aplicado, quando observada a graduação dos docentes. Apenas uma profissional informou ser graduada em Ensino

Religioso, provavelmente no curso de Pedagogia com ênfase na temática. As demais docentes tinham como base acadêmica os cursos de História, Geografia e Letras. Das seis profissionais que participaram desta coleta de dados, cinco informaram que o local de atuação era a cidade de Mariana e uma citou a cidade de Diogo de Vasconcelos. Apenas uma não estava lecionando, sendo que duas eram concursadas, e as outras duas profissionais estavam atuando com base em contrato temporário na rede municipal. Neste mesmo regime de trabalho, uma professora dava aulas na rede estadual. A idade de três professoras variava entre 31 e 35 anos; uma não forneceu a informação; e as outras duas tinham 55 e 56 anos, respectivamente.

O tempo de trabalho variou de 7 a 15 anos (duas professoras, 7 e 8 anos; duas, com 10 anos de atuação, e outras duas 13 e 15 anos). Em relação à participação nos Encontros de Metodologia, a variação foi de um mês a 14 anos. Duas docentes disseram participar entre 5 e 7 anos, outras duas entre um mês e 2 anos, uma há um mês e a outra não respondeu.

A apresentação do quantitativo de participantes dos Encontros de Metodologia e Filosofia teve como objetivo problematizar o alcance das ações do curso de capacitação, uma vez que a legislação mineira vigente aborda quesitos específicos para os docentes ministrarem a disciplina. Além disso, como citado pela superintendente e pela coordenadora, alguns professores atuam em outras disciplinas, não sobrando tempo para participar das reuniões. Por outro lado, como já visto, as reuniões eram momentos de troca de informações entre os próprios profissionais da educação, ao passo que a SRE e Arquidiocese apresentavam suas orientações oferecendo possibilidades pedagógicas.

CAPÍTULO III - PERSPECTIVAS TEÓRICAS ADOTADAS NOS ENCONTROS DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO EM OURO PRETO E MARIANA

3.1. Modelos de ensino religioso e a proposta pedagógica para os professores

Respeitar a identidade de cada expressão religiosa ou de crença no Brasil é uma tarefa que requer de cada cidadão desprendimento das suas próprias convicções, de conceitos formados, no sentido de ver o outro não como uma ameaça, mas como sujeito portador de identidade a ser concretizada na sociedade. O esforço de compreender e respeitar o outro deve perceber o cenário religioso como um campo que tende a ser, a cada dia, diverso e plural, impulsionado pela ruptura do monopólio religioso, da existência de novas possibilidades de cosmovisões religiosas e do direito estabelecido no regime democrático do cidadão reivindicar o direito à diferença (SANCHES, 2010).

Esse é o desafio a ser enfrentado pelos professores das escolas públicas que devem encarar a manifestação da diversidade, principalmente a religiosa, na sala de aula, sem preconceitos, ainda que sua própria concepção de vida e de religião não comungue com a dos membros da comunidade escolar – ou seja, pais, alunos, professores e outros colaboradores, numa expressão natural e legítima da sociedade. Nela, também há espaço para aqueles que optam por não ter credo religioso, situação que não os reduz como coadjuvantes na construção da cidadania, na vivência de valores e da boa convivência na busca pela paz social. Essa é a perspectiva do diálogo com o outro sem amarras a padrões e normas, compreensão que vai ao encontro da expressão humana em sua totalidade, conforme sua cultura, história e identidade. Para atender na globalidade o universo religioso da clientela estudantil, é preciso que haja por parte da escola uma visão que ultrapasse as fronteiras das igrejas. Lourdes Caron (1997) afirma que:

[...] uma escola que tem sua proposta político-pedagógica com vistas à formação integral do educando pode oportunizar que educandos e educadores façam a experiência da vida socializada e compartilhada. Nela, ambos vivem e convivem com a pluralidade de diferenças culturais. Assim, educandos e educadores podem, também na escola, tentar fazer a experiência da fraternidade universal. Para atender, na globalidade, o universo religioso da clientela estudantil é preciso que a visão e prática ecumênica da ERE ultrapassem as fronteiras das igrejas e cheguem a ir além da visão puramente cristã. A ERE, desenvolvida com esta abrangência, está dentro de uma compreensão integral de ecumenismo. É de suma importância considerar o ecumenismo a partir do diálogo inter-religioso. (CARON *apud* CAETANO 2007, p.222).

Formando cidadãos para a sociedade, a instituição escolar assegura uma educação integral promovendo um ambiente favorável para que não haja dedos apontados para alguém que não seja igual à maioria. Luciana Pacheco Marques (2012) afirma que, historicamente, os nomeados como diferentes foram discriminados e estiveram à margem do convívio social, vítimas de rejeição ou do sentimento de compaixão por parte dos cidadãos considerados normais. A autora diz, ainda, que a escola negou a existência das diferenças no processo pedagógico, sendo que a diversidade era vista como desvio diante da dicotomia normalidade versus anormalidade. A escola, como espaço de socialização e cidadania, ao deixar de negar e demarcar a diferença, promoveria a educação de crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de reconhecer a diversidade, o direito à individualidade e à diferença, sem que houvesse marginalização das identidades que fogem as classificações impostas pela normatividade. Na prática, quer dizer aceitar a outra identidade sem querer impor a forma da maioria. Ora, no passado, os indígenas e os negros escravizados foram brutalmente violentados culturalmente pelo cristianismo, que buscou "dar" a eles a identidade da religião que emergiu das práticas religiosas judaico-cristãs.

Na escola, historicamente, como afirma Marques (2012), todo aquele que é diferente é "convidado" a entrar no padrão da maioria, reproduzindo uma falsa identidade, negando a sua própria expressão de vida. Por meio da disciplina de Ensino Religioso, o diálogo e o ecumenismo⁴³ podem ser uma porta de acesso para uma melhor compreensão das identidades,

⁴³ Para a compreensão teológica cristã clássica, um concílio ecumênico é aquele que tem a participação de Igrejas do mundo inteiro. Apesar disso, o termo ecumênico não tem uso apenas religioso, servindo para a política, a economia e a cultura. A palavra vem de *oikos* (em grego, lugar), relacionado ao qual está a palavra *oikia* para falar de espaço de vida familiar, fruto de uma atividade de construção e administração. No contexto europeu, especialmente nos países do Mar Mediterrâneo, a palavra *oikoumene* passou a significar o mundo habitado e se tornou mais frequente na literatura grega a partir do séc. IV a.C., quando os helenos se encontraram com outros povos, culturas e nações naquele espaço geográfico. Com a dominação romana nos países entorno do Mar Mediterrâneo, surgem os conceitos de helênico, para designar os povos que tiveram forte influência da cultura grega, e bárbaro, para descrever pessoas ou grupos humanos que vinham de povos e regiões cuja distinção da influência cultural não era clara ou era indefinida. Quando o Império Romano impôs seu poder sobre as terras que circundavam o Mar Mediterrâneo, que os soldados chamavam Mare Nostrum, o termo *oikoumene* adquiriu uma dimensão política que complementa a cultural. O ecumênico tem a ver com dimensões da vida como o espaço onde se vive, onde se dá nossa relação com a natureza, onde se tem consciência do mundo; com a geografia, que dá elementos para dimensionar o mundo, especialmente para seus povos; com a cultura, o conjunto de elementos específicos de cada povo por meio do qual as pessoas se relacionam com a realidade para transformá-la e humanizá-la, incluindo as distinções da cultura de um grupo em relação à de outros grupos, apontando para a dimensão política, com a totalidade das experiências humanas em sua diversidade e a complexidade no exercício do poder na sociedade. Enquanto havia apenas uma expressão de fé da religião cristã, com a autoridade religiosa e a secular definidas, com claro fluxo de influências para a matriz religiosa aceita, não havia conflitos. Mas a situação que resultava desse modelo da Pax Romana começou a gerar conflitos. As ações afirmativas do poder central passaram a serem repressivas, logo divergências circunstanciais se tornaram intransponíveis. Nessa situação, o termo *oikoumene* não designava mais um ambiente religioso sem conflitos. Cf. Ecumenismo: perspectiva eclesiológica. Das grandes rupturas ao debate ecumênico atual. RIBEIRO, Antônio Carlos, 2011, p.140.

na medida em que aqueles que se colocam em atitude de exercitá-los se abrem ao reconhecimento das diferenças.

Assumindo essa perspectiva, os Encontros de Metodologia e Filosofia nas cidades de Mariana e Ouro Preto tinham como propostas para a formação dos professores e, conseqüentemente, para práticas pedagógicas com os alunos uma capacitação que propunha o diálogo e o ecumenismo; vertentes que estavam presentes principalmente nas Pautas⁴⁴ e nos materiais socializados nas reuniões e nas orientações por parte da coordenação dos eventos. Para uma melhor compreensão sobre as atividades desse curso de formação, buscou-se conhecer alguns dos modelos de Ensino Religioso com o objetivo de desenvolver a análise de dados. Nos autores Débora Diniz e Vanessa Carrião (2010), Mateus Geraldo Xavier (2006) e João Décio Passos (2007), encontrou-se nomenclaturas diferentes para os modelos, mas que, em alguma medida, os seus conceitos parecem convergir para uma mesma definição. Com base nessa compreensão, definiu-se por reuni-los em três categorias para a realização da análise: Modelo confessional/catequético, Modelo interconfessional/inter-religioso/teológico e Modelo fenomenológico/ciências da religião/ensino de história da religião.

Modelo confessional/catequético:

Ao tratar do Modelo catequético, Passos (2007) explica que a prática catequética faz parte da vida das confissões religiosas quando elas se sustentam na transmissão de seus princípios de fé, de suas doutrinas e seus dogmas. Para Diniz (2010), o objetivo do Ensino Religioso é a promoção de uma ou mais confissões religiosas. Ele é clerical e, de preferência, ministrado por representante de comunidades religiosas. Mateus Geraldo Xavier (2006) lembra que o modelo foi praticado desde as origens do Brasil até o início da República, modificado pela LDB de 1996, com alteração no ano seguinte com a lei 9.475.

Para a escola laica, tal modelo deveria estar superado, tendo em vista o contexto do mundo moderno, com a existência da pluralidade. No entanto, ainda há vestígios ou utilização dessa proposta, como no caso do Rio de Janeiro. Outra situação são as escolas confessionais, da rede privada, que adotam essa perspectiva.

⁴⁴ Ver na seção Anexos.

Modelo interconfessional/inter-religioso/teológico:

Diniz (2010) afirma que o modelo interconfessional tem como objetivo a promoção de valores e práticas religiosas em um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas à sociedade brasileira. É passível, segundo a autora, de ser ministrado por representantes de comunidades religiosas ou por professores em filiação religiosa declarada.

Para Xavier (2006), o modelo, apresentado por ele como inter-religioso, tem como ponto de partida algo que antecede o fenômeno religioso e a fé engajada numa determinada religião. Nessa concepção, a religiosidade viria primeiro, e a fé e a religião seriam sua expressão. Ao explicar a religiosidade, o autor cita o professor e padre Wolfgang Gruen⁴⁵ (2002), para quem a religiosidade é a atitude dinâmica de abertura do homem ao sentido fundamental de sua existência, independente da forma que esse sentido é percebido. O termo ecumenismo não foi exposto pelo autor na apresentação desse modelo, mas está subentendido quando afirma defender que os conteúdos eduquem para a vivência dos valores comuns a todos os credos. A proposta é que seriam estudados os textos dessas tradições e o perfil de seus líderes, a fim de promover a educação na dimensão religiosa como sentido profundo e radical da existência, trabalhando as relações interpessoais e o respeito à liberdade religiosa. Na avaliação do autor, o modelo pretende provocar nos educandos a pergunta pelo sentido, pela transcendência, pela busca de ultrapassar-se e ultrapassar seus sentidos.

Passos (2007) apresenta o modelo teológico por se tratar, em sua visão, de uma concepção que procura uma fundamentação para além da confessionalidade, na superação da prática catequética. Segundo o autor, é um modelo que coloca as questões religiosas em discussão com as demais disciplinas das instituições de ensino e se esforça em promover o respeito e o diálogo entre as religiões dentro de um horizonte de finalidades ecumênicas. Nele, está a convicção de que a religião contribui para a formação integral do ser humano, mas o autor alerta que, em muitos casos, está conectado às crenças religiosas, ao menos enquanto agentes responsáveis pela sua efetivação dentro das escolas. Passos (2007) destaca os riscos de continuidade do modelo catequético no bojo do discurso ecumênico. Para o autor, a teologia não configura, necessariamente, em conteúdos confessionais nas programações do Ensino Religioso, mas a religiosidade é vista como uma dimensão humana a ser educada, considerada como o princípio fundante e o objetivo primordial do Ensino Religioso Escolar.

⁴⁵ Pertencente a Ordem Salesiana, o padre Wolfgang Gruen atua no magistério no diálogo ecumênico e inter-religioso. Desde os anos 1950, tem tido parte ativa na caminhada da catequese, do movimento bíblico e do ensino religioso. Cf: XAVIER, 2006.

Modelo fenomenológico/ ciência da religião/ ensino de história da religião:

Mateus Geraldo Xavier (2006) explica que, enquanto os modelos catequético e inter-religioso priorizam o enfoque confessional do Ensino Religioso e as tradições religiosas e cosmovisões humanas não religiosas, respectivamente, o modelo fenomenológico aponta para o estudo das tradições religiosas explícitas e formais como mediação do ensino religioso, pretendendo não somente responder ao contexto do pluralismo religioso nas escolas, mas também ser uma alternativa à privatização da religião na modernidade e ao fenômeno do laicismo existente no Ocidente. O autor afirma que tal modelo tem sido pensado por diversos educadores e instituições, entre elas o Fórum Nacional e Permanente de Ensino Religioso (FONAPER), com o propósito de levar para a sala de aula a diversidade religiosa no Brasil.

Ao contrário do modelo confessional, que mantém a unidade da fé cristã em suas dimensões fiducial, praxica e racional, e do modelo centrado na educação da religiosidade, que unifica as experiências humanas e religiosas na busca pelo sentido para além das tradições religiosas, a proposta fenomenológica pressupõe uma diferenciação entre a religião como crença e vivência e a religião como fato histórico. A religião é analisada como 'fato religioso'. A afirmação é de que a religião entendida como 'uma confissão, uma doutrina, conteúdo de uma fé na pode ser universalizável, sem mais, numa escola para todos os cidadãos'. (XAVIER, 2006, p.53).

Como explica o autor, o modelo consiste no oferecimento aos alunos dos elementos para compreensão do mundo, da cultura, da história e de si mesmos, para além do contato com uma única tradição religiosa.

Para João Décio Passos (2007), o modelo das Ciências da Religião rompe com os dois primeiros em nome da autonomia epistemológica e pedagógica do Ensino Religioso, dos sistemas de ensino e da própria escola. A autonomia ficaria centrada no âmbito da comunidade científica. Ao classificá-lo como o modelo mais ideal, o autor explica que consiste em tirar as decorrências legais, teóricas e pedagógicas da afirmação da disciplina como área de conhecimento. Em sua visão, o pressuposto dessa modalidade é a educação do cidadão. "O estudo da religião na mesma sequência e intensidade das demais disciplinas visa à educação dos sujeitos a fim de que vivam responsabilmente em sociedade" (PASSOS, 2007, p.67).

Os Encontros de Metodologia e Filosofia em Ouro Preto e Mariana operam justamente a partir do segundo modelo, no qual estão centrados o diálogo inter-religioso e o ecumenismo. Ao tratar sobre o diálogo inter-religioso, Wagner Lopes Sanches (2010) recorre aos conceitos

de flexibilidade e dialogicidade, considerados por ele fundamentais para a existência desse diálogo.

A flexibilidade é a capacidade que uma religião tem de movimentar-se no campo religioso, atendendo às diversas expectativas daqueles e daquelas que buscam responder às suas inquietações de ordem religiosa. A dialogicidade da religião é definida como sendo o potencial de uma religião em dialogar com as mudanças mais gerais em curso na sociedade, sobretudo aquelas que afetam o campo religioso, e em incorporar elementos de outras expressões religiosas num processo de mixagem religiosa⁴⁶. De outra forma, enquanto a expressão flexibilidade da religião refere-se à relação da religião com as expectativas dos sujeitos que aderem a uma concepção religiosa de mundo, a expressão dialogicidade da religião refere-se à relação da mesma com outros atores religiosos e com a sociedade inclusiva. (SANCHES, 2010, p.55-56).

O autor defende que, num campo religioso no qual a dialogicidade e a flexibilidade inexistem, não haverá favorecimento do diálogo entre as diversas religiões. Sanches (2010) explica, ainda, que afirmar a importância do diálogo inter-religioso é consolidar, fundamentalmente, a igualdade entre os parceiros dos diálogos entre os diversos sujeitos presentes, o que não significa, em sua avaliação, que cada um dos parceiros tenha de abandonar suas convicções pessoais inseridas na sua tradição religiosa.

Quanto ao ecumenismo, a perspectiva apresentada por Sanches (2010, p.82) tem como base as igrejas cristãs, num diálogo focado entre as denominações da mesma matriz religiosa.

Podemos apontar, nos dias atuais, dois sentidos para a palavra ecumenismo. Um primeiro sentido está no coração da própria mensagem cristã. É a atitude de abertura para o diálogo, para o conhecimento das diversas tradições cristãs e o reconhecimento da legitimidade destas. Esta atitude está presente na própria mensagem evangélica e deve permear toda a vida daqueles que pretendem ser fiéis a essa mensagem. Os eixos dessa atitude - diálogo, conhecimento e reconhecimento da legitimidade - devem orientar as relações entre os cristãos e as Igrejas na superação das divisões. Um segundo sentido é aquele que diz respeito às diversas formas encontradas pelos cristãos e pelas Igrejas para levar adiante a busca da unidade cristã. É o movimento ecumênico.

Ao trazer a compreensão sobre diálogo inter-religioso e ecumenismo para a investigação, buscou-se analisar a proposta para os Encontros de formação e, principalmente, o que estava no enunciado das Pautas dos Encontros, em que constavam os dizeres "aberto ao diálogo e ao ecumenismo". A intenção era saber se o ecumenismo defendido na reunião era uma compreensão de diálogo entre as religiões cristãs ou um diálogo que se ampliava até

⁴⁶ Muitas das expressões religiosas que surgem a cada dia resultam da composição de diversos repertórios religiosos que são utilizados de forma bastante livre para compor outros. Cf: Sanches, 2010.

alcançar outras denominações religiosas. Quando questionada sobre a sua compreensão em relação ao ecumenismo, a coordenadora explicou:

É de abertura e respeito total ao diálogo com as pessoas, indiferente de sua crença. Abertura. Isso não quer dizer que estamos trabalhando as religiões dentro da escola. É mesmo o sentido dessa abertura. Até mesmo para que todos que venham já se sintam a vontade nos encontros. O espaço da Arquidiocese não inibe essa abertura ao diálogo e ao ecumenismo e sim acolhe o Ensino Religioso com seus professores. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

A afirmativa da coordenadora aponta para um evento aberto a todas as crenças, ponderando que isso não significava, na prática, que as religiões ocupariam espaço prioritário nas práticas pedagógicas. E o que estava posto nos Encontros era justamente o que foi apresentado pela coordenação. Em outras palavras, as portas estavam abertas para as pessoas que quisessem participar, independente da religião, mas sem apropriação das questões religiosas ou concepções de vida fora do cristianismo. A abertura ao diálogo e ao ecumenismo soava apenas como frases de efeito, não se tornando uma prática concreta. Como é possível uma capacitação que está aberta ao diálogo e ao ecumenismo não ter espaço para que as lideranças religiosas, filosofias e correntes de pensamento de diferentes ramificações possam expor suas identidades? A coordenadora apresentou sua justificativa:

A participação de outros representantes já ocorreu muito a saber: Pastor Cícero acompanhava sistematicamente e outros pastores já se fizeram presentes, aliados é lógico ao Pe. Marcelo que acompanhava sistematicamente como Coordenador Arquidiocesano de Pastoral. Como respondi, anteriormente, hoje não há uma comissão desde que as políticas educacionais não mais contemplaram com ênfase o Ensino Religioso. Vale dizer que o Pastor Onofre, da Igreja Presbiteriana, vai falar para a equipe no próximo mês. E, anteriormente, também se falava da Campanha da Fraternidade; ela nasceu na Igreja Católica, sendo em vários anos ecumênica. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

O que foi apresentado anteriormente como compreensão de ecumenismo, na perspectiva de respeito às diversas crenças, desta vez, está concebida num viés puramente cristão, quando foram citadas as figuras religiosas do padre e dos pastores. Os outros representantes apresentados pela coordenação, com base em uma ideia equivocada de diversidade religiosa, contemplam o catolicismo e o protestantismo. Por detrás dessa afirmativa, esconde-se também a centralização do encontro na pessoa da coordenadora. Ao recorrer à citação de outros representantes, deixa vir à tona que os trabalhos, em alguma medida, estariam contando com outras vozes na formação dos professores de Ensino Religioso, o que, em tese, na visão da coordenação, estaria contemplando a diversidade. Mas

é indispensável afirmar que as pessoas do padre e do pastor não representam a diversidade religiosa brasileira, a não ser às suas próprias denominações.

Não existe no país a dualidade entre católicos e evangélicos, mas um amplo campo de opções e possibilidades de experiências religiosas. Ainda que academicamente esses líderes cristãos tenham competência para falar do campo religioso brasileiro, é provável que não conseguiriam apresentar com a mesma intensidade, clareza e autoridade, se comparados a um religioso de outra denominação, caso tivesse a oportunidade de falar de suas experiências de vida, estudos, visão de mundo, livros sagrados ou liturgias ligadas a sua expressão de fé.

Nesse sentido, se faz necessária a pergunta por "outros" que não foram citados, não têm voz nem vez e não existem na perspectiva do curso. Ao falar da *pedagogia de sempre*, no artigo "A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, diversidade e os outros 'outros'", Carlos Skliar (2003, p.46) explica que é uma pedagogia que nega duas vezes e que o faz de uma forma contraditória: "nega que o outro tenha existido como *outro* e nega o tempo em que aquilo - a própria negação 'colonial' do outro - possa ter ocorrido. Não há um outro porque nem é anunciado, nem está aí para anunciar-se".

E quem são os outros? Eles estão escondidos em rasas citações num documento de quatro páginas cedido à investigação, sob a intitulação de *Planejamento - Proposta para 1ª à 4ª série - 1º ao 5º ano/Ensino Religioso - Básico para a construção a paz é o respeito às diversas crenças" para o Ensino Fundamental*⁴⁷. Nele, são citados o Judaísmo, o Budismo, o Islamismo, o Confucionismo, a *Seicho-No-Ie*, a *Hare Krishna*, o Espiritismo, a Maçonaria, a Teosofia e a *Yoga*⁴⁸. Entre as ausências, estão a Umbanda e o Candomblé, negados pela existência dentro de um tempo, realidade histórica e concreta da atualidade e negado na possibilidade de serem vistos como identidade que poderiam falar por si. A situação recusa, inclusive, a religiosidade de parte da sociedade brasileira, mais especificamente do Estado de Minas Gerais que foi o maior plantel escravista do Império. Segundo o Censo 2010, a Umbanda e o Candomblé são as religiões de 0,09% da população mineira. Em Mariana, o percentual chega a 0,02%; e em Ouro Preto, a 0,05%.

A citação das religiões está dentro de um contexto de proposta de trabalho voltado para estudantes de 1º ao 5º ano, dividido em quatro tópicos: 1º - Objetivo geral, "Desenvolver a religiosidade do ser humano que frequenta a escola. É o principal objetivo do ensino religioso, que tem como principal meta a busca do sentido primeiro e último da vida".

⁴⁷ Ver seção Anexo.

⁴⁸ A citação de *Seicho-No-Ie*, *Hare Krishna*, Espiritismo, Maçonaria, Teosofia e Yoga como grupos religiosos é apresentada pelo programa da Arquidiocese de Mariana e SRE/Ouro Preto - "Planejamento - Proposta para 1ª à 4ª série - 1º ao 5º ano/Ensino Religioso".

Nele, desperta a atenção o destaque dado à necessidade de considerar, na escola pública, os educandos de diferentes tradições religiosas e os que não pertencem a nenhum grupo.

O 2º tópico é o das "Competências a serem adquiridas", que tem como título o anúncio que o Ensino Religioso é área de conhecimento e sentido para a vida. Entre os 22 subtópicos, estão o desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola; a valorização de si mesmo e do outro no respeito às diferenças; a construção da identidade pessoal, social, afetiva e sexual; o reconhecimento de si como livre, tomando consciência da liberdade; e percepção da gratuidade dos dons recebidos e da sua razão de ser, predispondo-se a abertura ao transcendente e à acolhida aos dons de Deus.

O 3º tópico trata dos conteúdos, chamados geradores e iluminadores do processo educativo: a honestidade, a solidariedade, o senso crítico, a criatividade, a justiça, a participação consciente, a disposição para o perdão, a esperança, a perseverança na prática do bem e o respeito - ao sagrado, à vida, ao Outro, à natureza, aos bens comuns e à cultura, além de outros valores que contribuam, conforme a proposta, para a humanização do ambiente escolar. No documento, os conteúdos são apresentados a fim de desafiar estudantes e educadores para a pesquisa, a observação e o aprofundamento de aspectos fundamentais e existenciais com as perguntas Quem sou?, De onde venho? Que sentido tem a minha existência?. A orientação apresentada é que "Tenham como eixo a busca do transcendente (Deus), evitando o proselitismo e favorecendo a unidade", trabalhando eixos de natureza antropológica com o objetivo de fazer um paralelo de como respondem as ciências e as religiões.

As denominações religiosas e filosofias citadas anteriormente aparecem no fim, no 4º tópico, intitulado "Respectivos Conteúdos":

- O educando questiona e reflete: **Quem sou eu?**
- E responde: **Sou gente que percebe**, reconhece, sente, questiona, ama, decide, cria.
- Sou alguém importante/sei que sou tenho um nome
- Sou gente logo percebo-me diferente das coisas e dos animais.
- Sou alguém que observa, participa, comunica.
- Portanto alegre-se pelas qualidades e sucessos dos outros
- Entristece-se quando o outro está triste, é maltratado.
- Sou alguém que distingue o que faz bem às pessoas do que faz mal.
- Sou gente que expressa o sentimento através de símbolos do relacionamento humano.
- Fala, gestos, expressões corporais, escrita, desenhos, modelagens, seleção dos objetos.
- Sou gente que admira, preserva, recria,
- Sou alguém capaz de conviver comigo mesmo
- Sou alguém capaz de conviver com o outro
- Sou capaz de reconhecer o meu corpo e respeitá-lo

- Sou alguém capaz de conviver em grupo e por isso reconhece o outro como pessoa humana.
 - Sou alguém que tem uma família e busca a justiça e a paz
 - A Escola promove a Paz.
 - A Sociedade busca e constrói a Paz.
 - Os cristãos se organizam em comunidades para reconhecer e realizar o projeto de Jesus. Procuram assumir a proposta libertadora de Jesus.
 - **A Bíblia principal livro de apoio e orientação para os cristãos.**
 - **Outras religiões que se organizam de acordo com os seus fundadores e buscam orientações em seus livros sagrados.**
- Judaísmo, Budismo, Islamismo, Hinduísmo, confucionismo, outras.**
 Diversos grupos religiosos como Seicho-no-iê, Hare Krishna, buscam a paz. E Espiritismo, Maçonaria, Teosofia, Yoga e outras (sic). (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO..., grifo do autor).

Embora as religiões estejam citadas, causando uma superficial interpretação da valorização da diversidade, não há como deixar de notar a confessionalidade do material quando este preza apenas o livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, e o destaque concedido para Jesus. A mesma medida não foi utilizada para as demais denominações. Se a proposta de Jesus é libertadora, e a dos demais líderes que sequer foram citados? A sua não explicitação poderia ser compreendida como proposta que não liberta, mas aprisiona? As religiões afro-brasileiras e indígenas, que estão na base, na raiz do campo religioso brasileiro, foram omitidas. Essa classificação é apontada por Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.82) sob o ponto de vista de uma identidade. Diz o autor que a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. "Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados".

A ausência das religiões afro-brasileiras já havia sido anunciada por uma analista da educação dentro de um setor da Superintendência Regional de Ensino quando dito que no curso da Arquidiocese, referindo-se aos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, a religião dos afro-descendentes não entrava na formação, ao mesmo tempo em que destacava a presença de padres e pastores⁴⁹. A explicação pode estar no preconceito, na discriminação e na dificuldade de reconhecer a outra identidade, como legítima, como já vem sendo abordado por muitos estudos. As religiões afro-brasileiras são apontadas como demoníacas e, por isso, combatidas por igrejas neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus, e pela ala pentecostal no catolicismo, a Renovação Carismática Católica (ALMEIDA; MONTERO, 2001; CUNHA; CAVALIERE, 2011). As acusações partem dos púlpitos das Igrejas e acabam sendo reproduzidos pelos fiéis, inclusive com a manifestação

⁴⁹ Pesquisa exploratória 22/03/2014.

nos diversos espaços da sociedade, como as escolas e outros setores públicos administrados por cristãos, resultado da histórica repressão religiosa iniciada pelos jesuítas.

O candomblé, a umbanda, o batuque, o tambor de minas, a quimbanda, a macumba continuam sendo depreciadas e desqualificadas, reduzidas a manifestações arcaicas e primitivas, no contexto da discriminação do negro na sociedade brasileira (RELATORIA DE DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO, 2010). Seria oportuno fazer valer a lei 10.639/2003 e a 11.645/2008 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com o objetivo de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. A perspectiva a ser assumida é justamente de educar o cidadão no sentido de assumir como realidade que esses dois grupos étnicos contribuíram nas áreas social, econômica e política na construção do Brasil. Para isso, diversos aspectos da história e da cultura devem ser estudados, o que contempla, naturalmente, a religiosidade desses povos. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010) afirma que, com essas leis, o Estado valoriza a diversidade da sociedade brasileira e promove o fortalecimento da democracia e a formação de cidadãos íntegros, por meio dos sistemas de ensino, das escolas e de seus professores. Para a autora, como reparação devida, as legislações buscam atender demandas dos negros e dos povos indígenas que sofreram crimes de escravização e tentativas reiteradas de extermínio de suas populações. A postura do profissional de educação de encarar a religiosidade diversa como legítima, distanciando de uma interpretação folclórica, coíbe a intolerância religiosa, situações de ridicularização, sofrimento e constrangimento a serem vivenciadas por alunos ou qualquer outro membro da comunidade escolar. Se, no passado, o sincretismo era a fuga para o negro ser aceito na sociedade ou para não ser alvo de perseguição, ainda hoje os membros das religiões afro-brasileiras enfrentam desafios, mesmo diante de um maior debate sobre a pluralidade religiosa e de apoio do Estado com políticas públicas para viverem com total liberdade sua religiosidade sem o risco de serem reprimidos ou serem alvo de chacotas. Nesse sentido, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 operam como instrumentos de transformação de posturas equivocadas e preconceituosas, por meio do ambiente escolar, demonstrando que as culturas afro-brasileira e indígena são expressões legítimas de dois povos que fazem parte da sociedade brasileira e que deram suas contribuições para o país.

De acordo com a Relatoria de Direito Humano à Educação (2010, p.8), muitos estudantes de religiões de matriz africana continuam sendo discriminados nas escolas, o que os faz ocultar seus colares e as marcas de iniciação na religião, enquanto cruzeiros, crucifixos e outros adereços cristãos transitam naturalmente, sem serem alvo de questionamento por parte

da comunidade escolar. A situação não é diferente, segundo o mesmo Relatório, com os profissionais de educação adeptos de matriz africana que, como os estudantes, escondem-se atrás do catolicismo para serem aceitos no grupo. Romper com o sistema opressor e criar um ambiente de paz na escola é possibilitar que todos os cidadãos sintam-se integrantes da sociedade brasileira e vivam a sua identidade sem passar por situações de ridicularização, de vivência de sentimentos de inferioridade.

A negação da diferença se fez presente, ainda, quando citados "outros livros sagrados". A Bíblia cristã foi apresentada como possibilidade, enquanto as demais religiões e crenças foram reduzidas a outros. Não houve, por exemplo, qualquer menção ao Alcorão (Islamismo), a Torah (Judaísmo), a Vedas (Hinduísmo) e ao Livro dos Espíritos ou ao Evangelho Segundo o Espiritismo (Espiritismo). A confessionalidade cristã no "Planejamento" ficou explícita, ainda, quando cita "sugestões para possibilitar a ação pedagógica frente a integração das disciplinas", logo abaixo das "outras" religiões.

Leitura, interpretação e encenação de textos bíblicos que destacam o gesto característico de Jesus ao tomar o pão abençoá-lo e reparti-lo.

- A Última Ceia Mt 26, 17-29 ou Mc 14, 12-25
- Os Amigos de Emaús Lc. 24, 13-31.

Confecção de murais ou álbuns destacando o momento em que as pessoas comem e repartem.

Contato com a Bíblia.

Os conteúdos de Ensino Religioso devem ser trabalhados principalmente nas séries iniciais de forma interdisciplinar.

Referência Bibliográfica:

Parâmetros Curriculares do E.R.E

Programa de Ensino do E.R.E

Bíblia

Const. Federal//LDB ...

CONIC - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (sic). (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO..., grifo do autor).

A citação da Bíblia e do nome de Jesus não deixam dúvidas da tendência proselitista para o cristianismo, o que contraria o discurso de respeito a todas as crenças e de um ecumenismo que ultrapasse as religiões cristãs. A situação é reforçada pela presença do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs como única entidade relacionada a credo religioso. Não aparecem, também, em todo o contexto, qualquer menção sobre os não religiosos. Poderiam ser elaborados argumentos de que, na faixa etária das crianças do 1º ao 5º ano, não haveria uma "decisão" pela não religião. Da mesma forma, para as crianças nascidas em berço católico ou evangélico, a "decisão" foi inculturada pelas famílias. Por outro lado, há de se pensar na capacitação do professor do ponto de vista do conhecimento e na preparação para

conviver com as diferenças. O *Planejamento* é uma adaptação, segundo a coordenação dos Encontros, do livro *Programa para o Ensino Fundamental - Ensino Religioso*, lançado há alguns anos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Não se teve acesso à obra original, que é referenciada no corpo do material elaborado no âmbito das cidades de Ouro Preto e Mariana.

Outro documento analisado é o *Planejamento - 5ª a 8ª série/1º ano do Ensino Médio/6º ano ao 9º ano, 1º ano Ensino Médio*, que apresentou a mesma dinâmica e semelhança, nas quatro páginas, em relação às séries iniciais. O cabeçalho do material provoca a reflexão com a frase "Só haverá paz no mundo quando houver paz entre as religiões", mas contraditoriamente em seu desfecho apenas o cristianismo é referenciado na citação da Bíblia e por meio da pergunta "Quem é Jesus para os cristãos"? Seria Jesus o caminho ou o único caminho para a paz almejada? Ou seria uma paz a ser almejada a partir (ou somente pelo) do cristianismo?

O material, que não tem grafado o termo "proposta", é dividido em Objetivo Geral, Aspectos Pedagógicos e Estratégias. O 1º é semelhante ao das séries iniciais, distribuído em tópicos, trazendo poucos esclarecimentos, o que provoca a sensação de leitura desconexa, sem aprofundamento e explicações, por meio de tópicos e frases soltas. Um exemplo é o item de maior densidade textual, conforme pode ser visto abaixo, exposto conjuntamente a outras "competências a serem adquiridas", mas sem uma ligação clara entre um e outro.

Competências a serem adquiridas:

- O desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola.
 - A consciência do eu para abertura ao outro de forma a construir sua identidade
 - Superação dos conflitos entre o consciente e o inconsciente.
 - É a função transcendente que produz a superação da tensão existente entre a firmeza do ego arraigado na consciência e o impulso oposto do inconsciente em subjugar a consciência. Surge uma espécie de símbolo unificador (movimento) em que ocorre a superação dos conflitos. Um novo caminho encontrado, uma nova imagem, uma expectativa de plenitude e de outras manifestações da sensibilidade humana. Tais manifestações são assim, religiosas por natureza.
 - **Valorização de si mesmo e do outro no respeito as diferenças. (raciais...de crença)**
- Redimensionamento do eu nos diversos grupos.** [sic]. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO..., grifo do autor).

Nos "aspectos pedagógicos", estão os conteúdos para a "5ª e 6ª série/6º ao 9º ano" e "7ª e 8ª série - e ou 8º e 9º ano" [sic]. Na primeira parte, são apresentados, em tópicos, perguntas como "Quem eu sou?", "Com quem vivo?", com alternâncias de frases que têm sua lógica de interpretação quebrada em novos tópicos relacionadas a valores – respeito, perdão e justiça, solidariedade – e outras abordagens referentes a sexo, a perguntas ligadas a questionamentos

existenciais. Na segunda parte, destacam-se as explicações sobre o fenômeno religioso. De acordo com o documento,

[...] se manifesta das mais variadas formas: "pela experiência religiosa de um grupo, pelo modo como as pessoas se relacionam com o sagrado; por ações e gestos cujo sentido transcende as atitudes de que as pratica.

• **O sentir, o reconhecer, o amar, o odiar, o querer, o distinguir, o optar.**

• Principais Religiões do mundo

• Quem é Jesus Cristo para os cristãos

• A Bíblia

Percurso de desenvolvimento da religiosidade do ser humano [sic]. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO..., grifo do autor).

Para colocar em prática, a proposta aos estudantes, as "Estratégias" são trabalhos em equipe, círculo, grupos menores e maiores, técnicas variadas de apresentação e integração, dança sagrada e jogos. O documento ainda trata de atividades amplas a serem realizadas, a saber: trabalho contínuo em prol da paz, celebração da páscoa, celebração ecumênica, celebração da unidade, gincana, sarau, aniversário da vida/ festa da vida, feira cultural religiosa, ação de graças na escola e celebração de natal. Como referência bibliográfica, o material cita a Constituição Federal, a LDB, os Parâmetros Curriculares, o Programa de Ensino Religioso e a Bíblia. É possível compreender, com base na citação de dois tópicos, que a proposta a ser utilizada com estudantes do 5º ao 9º ano possui pontos comuns àquela do 1º ao 4º ano.

O *Planejamento* foi disponibilizado pela coordenação na primeira semana do mês de abril. Durante a pesquisa exploratória, a coordenadora afirmou que o material foi o resultado de uma compilação da proposta da Secretaria de Estado da Educação (Programa para o Ensino Fundamental/ Ensino Religioso), com inferências de outras pessoas no âmbito municipal. Na ocasião, explicou que a essência do material havia sido preservada e que cada escola contava com um exemplar do original disponibilizado pelo Estado. No entanto, segundo a coordenadora, já não era mais possível encontrar novas edições em razão de não ter havido continuidade nas publicações por parte da Secretaria de Estado da Educação.

Sem um contexto e explicações, parece ser um tanto quanto difícil compreender a proposta do Planejamento criado no âmbito das cidades de Ouro Preto e Mariana. Com frases soltas, em tópicos, a reprodução do material pode produzir situações vexatórias para os estudantes, em sala de aula, sem uma proposta de capacitação que contemple a diversidade e correntes de pensamento. Essa problematização nasce justamente da confessionalidade expressa no documento que cita religiões, mas sem dar voz a cada uma delas. Este é o resultado da brecha deixada pelo Ministério da Educação ao não propor Parâmetros

Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso. Seguindo essa lógica, não há o devido acompanhamento e participação por parte da Superintendência Regional de Ensino, deixando que o cristianismo seja priorizado enquanto ficam à margem as "outras denominações", quando Jesus Cristo é referenciado sem a exposição dos nomes de outros líderes religiosos. É o Estado que não cumpre a sua função de fazer valer a laicidade. Embora presente no ordenamento jurídico, é como se não existisse dado o privilégio que o cristianismo tem em detrimento das demais denominações religiosas.

Em relação à Bíblia, compreende-se que a obra reforça as ações proselitistas em meio ao contexto da Celebração da Páscoa e Celebração de Natal, que aparecem dentro de um contexto cristão. Reforça, ainda, a proposta de Celebração da Unidade, que remete ao documento intitulado "Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos" (disponibilizado para esta investigação em meio a outros materiais), no qual havia uma riqueza de citações de personagens bíblicos, como Jesus (Cristo), Espírito Santo, Evangelho de Lucas e Pai-Nosso Ecumênico. Se por um lado, a diversidade não foi contemplada no Planejamento; por outro lado, não há qualquer citação a respeito da laicidade do Estado brasileiro.

3.1.1. Programa estadual defende a perspectiva cristã para o Ensino Religioso

Para compreender o *Planejamento* idealizado no âmbito municipal pela coordenação dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, seria necessário ter acesso ao material da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), voltado para professores do 1º ao 9º ano. Encontrou-se apenas um exemplar do livro intitulado "Programa para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª série - opcional para o Primeiro Ano do Ensino Médio) - Ensino Religioso Vol.IV". Segundo consta na obra, a iniciativa foi fruto de trabalho iniciado em 1993, com a participação de entidades religiosas credenciadas ao Estado, com coordenadores estaduais de Ensino Religioso, professores e especialistas da educação envolvidos em cursos de atualização e pós-graduação em Ensino Religioso, que culminou na publicação no ano de 1997. A obra foi coordenada pela então diretora da Superintendência de Desenvolvimento, da SEE/MG, Elza Marie Petruceli Carayon, que, na época, presidia a Comissão de Ensino Religioso, instituída pela portaria nº6, de 15 de maio de 1996.

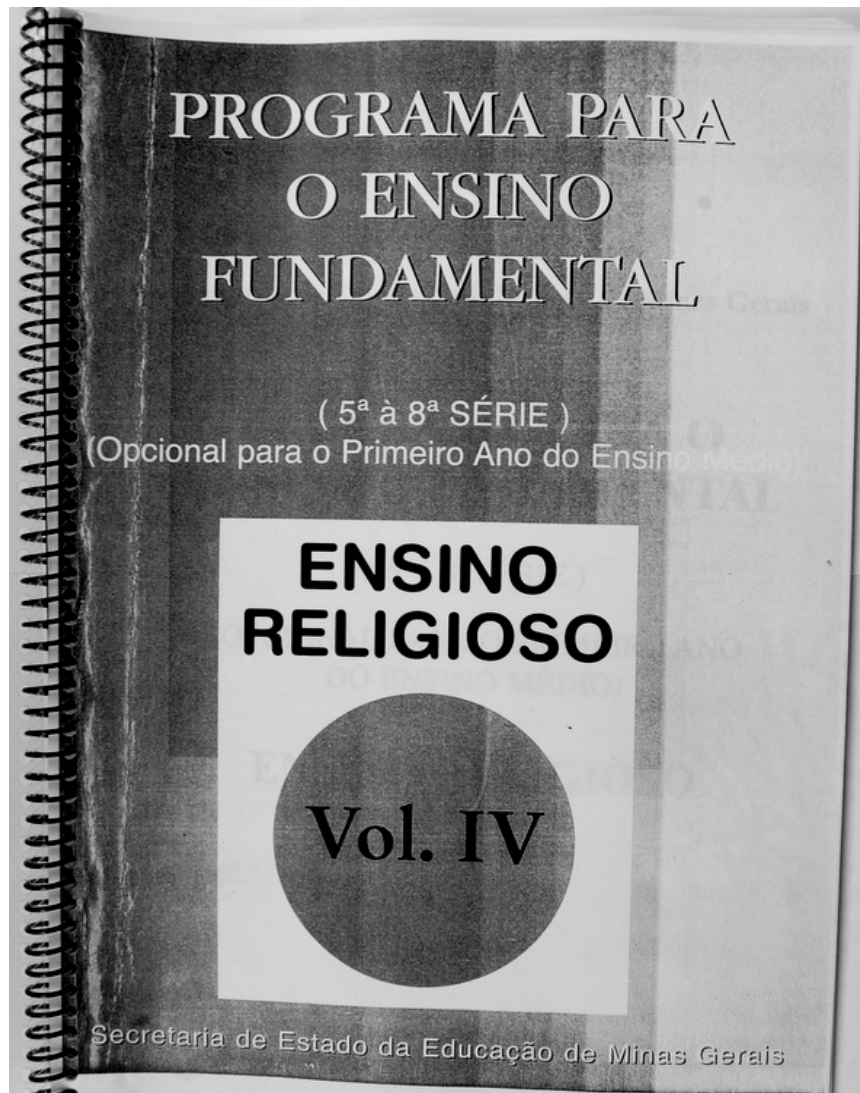


Figura 4 - Programa para o Ensino Religioso
 Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

O trabalho teve a participação dos membros da referida Comissão, entre eles, um padre e dois pastores, e de outro grupo, com mesmo nome, ligado à Regional Leste II⁵⁰ da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Houve, ainda, a colaboração de representantes das SRE, como a de Ouro Preto, e de representantes das denominações religiosas "a serem constituídas como entidade civil e reconhecidas na SEE/MG" (Minas Gerais, 1997, p.3). Compartilharam a missão de coordenar e divulgar o Programa para o Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação e as denominações religiosas e entidades constituídas, tendo como referência a lei 9.475/97 (LDB): por meio dos representantes, a saber: Assembleia de Deus no Brasil, Associação da Igreja Metodista, Associação Evangélica do Brasil - Seção Minas Gerais, Comunidade Evangélica de Confissão

⁵⁰ A Igreja Católica no Brasil divide sua área de atuação em regionais; modelo seguido pelas dioceses e paróquias.

Luterana em Belo Horizonte, Convenção Batista Mineira, Convenção Batista do Estado de Minas Gerais, Igreja Católica Apostólica Romana e Primeira Igreja Presbiteriana. Observa-se que a divulgação e coordenação geral estavam limitadas a igrejas evangélicas e cristãs.

O *Programa para o Ensino Fundamental* foi composto por três capítulos: Pressupostos Históricos, com apresentação da história do Ensino Religioso, síntese da disciplina no Brasil e visão panorâmica em Minas Gerais. É apresentada ao professor, de forma dinâmica e objetiva, uma síntese do período colonial ao republicano, com informações sobre o contexto histórico, político e religioso no Brasil. Nesse tópico, é feita referência ao decreto 119-A, de 1890, que demarcou o início do processo de construção da laicidade no país, e às leis 9.394/96 e 9475/97 (LDB).

Nos Pressupostos Teóricos, constam o embasamento legal para a inclusão e permanência da disciplina, a competência das denominações religiosas constituídas como entidades e das instituições estaduais, além de "alguns princípios operacionais" e das justificativas, apresentadas a seguir.

Considerações sobre a finalidade do Ensino Religioso

- O desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola é um dos objetivos do Ensino Religioso, que tem como principal meta a busca do sentido primeiro e último de vida.

- A educação voltada para o desenvolvimento da religiosidade 'não pode considerar o Ensino Religioso' como simples informação sobre determinada religião ou religiões e suas respectivas manifestações religiosas; este não tem a função específica da formação religiosa própria da comunidade de fé a que pertencem os Educandos e Educandas'; não é considerado, portanto, como ensino de Religião ou Catequese na Escola, como aconteceu ao longo do período imperial, orientado pelos princípios do regime regalista, e prevaleceu, por longo tempo, no período republicano.

- Numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes Tradições e/ou Denominações Religiosas, mas também os que não pertencem a nenhum Grupo Religioso, ou Igreja, e até mesmo os que dizem não ter crença alguma. Todos deverão encontrar na Escola:

- . os fundamentos para valorizar sua crença e respeitar a dos outros; os elementos presentes no íntimo de seu ser, dentre os quais o desejo de prosseguir além do aqui-agora, os questionamentos sobre as razões de seu existir e de optar pela vivência de valores fundamentais, como seres imanentes, na busca do transcendente;
- . o incentivo para participar da construção da sociedade, concebida como comunidade humana, de forma abrangente, onde a atenção e o respeito à dignidade da pessoa humana sejam constantes;
- . as razões para a sua inserção ou não numa comunidade de fé, grupo religioso, ou filosófico;
- . os motivos que o levam a optar por uma religião concreta, onde poderá se esforçar para a vivência dos valores aí propugnados, como forma de manter a unidade do Grupo Religioso e de fortalecer a atitude de pertença e compromisso nesse Grupo;
- . os critérios para uma postura equilibrada, em relação aos questionamentos existenciais, uma vez inserido num contexto sócio-político-cultural, onde pode estabelecer a síntese entre a Ciência, Religiosidade, Fé, Cultura e Realidade Sócio-Política.

- A base cristã, sob o qual se alicerçam a religiosidade e a cultura do povo mineiro, justifica, no momento, a busca de identidade do Ensino Religioso numa perspectiva cristã, aberta ao diálogo entre cidadãos, que descubrem ou redescobrem, juntos, elementos eficazes para o exercício da cidadania, tais como os da religiosidade e da cultura, numa sociedade democrática.

- Há de se ter presente que a escola da rede pública não está fechada para as possibilidades de um ensino inter-religioso, em seu sentido amplo, por onde passem os valores comuns a todas as denominações religiosas, credos, concepções filosóficas, como ocasião de fortalecimento do diálogo, do respeito mútuo, da solidariedade, da participação conjunta, na busca de perspectivas para a construção de uma sociedade humana e humanizadora. (MINAS GERAIS, 1997, p.27-28, grifo nosso).

Nas justificativas, chamam a atenção, pelo menos, três aspectos. O alerta de que o desenvolvimento da religiosidade não deve estar voltado para determinada religião ou religiões. No próprio livro, é apresentado o conceito da religiosidade, como algo que precede a religião, e deve ser compreendido no ambiente escolar independente de religião, como busca de sentido e do significado da vida. Nessa perspectiva, a educação para o desenvolvimento da religiosidade teria o papel de manter vivo o desejo do educando de procurar a realização do seu *ser-aqui-agora*, percebendo o ponto de encontro da razão com a vida, do imanente com o transcendente, isento da carga cultural ou das tradições.

Quando tratamos de religiosidade como função nata ou núcleo da dimensão religiosa do ser humano, principalmente no ambiente escolar, procuramos entendê-la independente de religião ou daquilo que muitos concebem como sobrenatural. (MINAS GERAIS, 1997, p.38).

Como abordado anteriormente, Mateus Geraldo Xavier (2006) descreve a religiosidade como atitude de abertura do homem ao sentido radical de sua existência. Ao alertar que o desenvolvimento da religiosidade não deve estar voltado para a religião, parte-se do princípio de uma possibilidade real de que isso venha a acontecer na prática escolar.

Em seguida, é citado que a base, sob o qual se alicerçam a religiosidade e a cultura do povo mineiro, justifica, no momento, a busca de identidade do Ensino Religioso numa perspectiva cristã, aberta ao diálogo entre cidadãos, que descubrem ou redescobrem, juntos, elementos eficazes para o exercício da cidadania, tais como os da religiosidade e da cultura, numa sociedade democrática. Para a época, há 17 anos, e para os dias atuais, tal justificativa soa como perigosa porque pode ser interpretada com um viés a ser adotado no ensino religioso, ainda que a cultura mineira tenha em sua base a presença cristã, mais especificamente católica. A questão, talvez, seja o reflexo mais direto da ocupação do espaço, por parte dos cristãos, na elaboração do *Programa* por denominações religiosas constituídas como entidades. Nem todas as religiões têm organização e clero articulados, como é o caso do

Candomblé e da Umbanda (CUNHA; CAVALIERE, 2011). Corre-se o risco de uma apropriação dessa questão como um caminho de prática pedagógica, deixando à margem outras concepções de vida e possibilidade de diálogo com o transcendente. Há o risco de dar forma ao outro, considerando a identidade referencial da "base cristã, sob a qual se alicerçam a religiosidade e da cultura do povo mineiro".

Outro aspecto, que parece ser um tanto quanto contraditório com o tópico anterior, é a laicidade que não foi citada, mas está contextualizada na afirmativa de que a escola pública é aberta a todos; lugar de aceitação de estudantes de todos os credos religiosos e daqueles que não possuem nenhuma religião ou crença no sobrenatural. Na escola laica, não deve haver espaço para proselitismo, seja praticado por professores, profissionais da educação ou qualquer outro ator social que tenha acesso ao ambiente escolar. O próprio texto esclarece que a rede pública não está fechada para as possibilidades de um ensino inter-religioso, num sentido amplo que abarque os valores comuns a todas as denominações religiosas, credos e concepções filosóficas. Aqui estariam demarcados o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Ainda nos Pressupostos Teóricos são apresentados "Alguns princípios operacionais": O que propor como projeto global do Ensino Religioso escolar?, Que tipo de homem e mulher se quer ter em vista?, E como trabalhar e para que os conteúdos?. Para as questões, destacam-se como respostas ou possibilidades, expostas no livro, a intenção de o Ensino Religioso contribuir para que os estudantes se encaminhem à compreensão da vida como um todo e descubram a razão de ser e estar no mundo; favorecer o aguçamento de atitude de admiração, senso do sagrado, respeito e outras atitudes próprias de quem se predispõe a encontrar sentido no que é próprio da experiência humana, dentro ou fora da religião; oferecer informações que possibilitem identificar as diferentes denominações religiosas: razão de ser das religiões, suas formas de organização e expressões; e o que distingue as grandes religiões dos movimentos, grupos religiosos e/ou filosóficos diversos. Constam também como proposta de formação do estudante a razão de ser do pluralismo religioso emergente no Brasil e no mundo e o manuseio de livros concebidos como sagrados nas diferenças crenças.

No mesmo capítulo, estão os conteúdos que, segundo o programa, devem levar em conta o desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano, entre elas, a religiosidade. São três vertentes: O primeiro anunciado como "conteúdos geradores e iluminadores do processo educativo" que deve favorecer a humanização do ambiente escolar, independente de credo religioso ou concepção filosófica, com base em valores honestidade, fé, gratidão, diálogo e comunicação, solidariedade, respeito ao sagrado e a propriedade particular. A outra vertente seria o que "desafiasse os educandos e educadores as razões de ser e estar no

mundo", apresentando a perspectiva de questionamentos existenciais - quem sou, de onde venho e que sentido tem minha existência?, como parte de um projeto interdisciplinar que culminaria na preparação cultural e profissional do aluno e no exercício para a vivência da liberdade religiosa, com o cultivo da própria crença e do outro, predispondo alunos e professores para o exercício da cidadania. Na última vertente, estão os conteúdos agrupados a partir do levantamento anual dos educandos e dos pilares objeto da disciplina, distribuídos em cinco eixos. O primeiro deles indica perguntas existenciais (natureza antropológica), levando o leitor a compreender como as ciências, as religiões, as ciências religiosas e os fenômenos culturais e sociopolíticos respondem tais as perguntas do educando, como Quem sou eu?, Onde estou? Com quem convivo, que sentido tem a minha existência, de onde vim e para onde vou?. A seguir, serão apresentados alguns desses tópicos.

Nos Eixos Científicos, as ciências respondem que o Ensino Religioso visa ao desenvolvimento da religiosidade, como função natural do ser humano, e que a morte significa limite e condição do *ser-aqui-agora*. Nos Eixos Teológicos, as religiões defendem em que consiste o fenômeno religioso e quais suas manifestações; as ciências religiosas abordam os fundamentos das religiões e seus paradigmas epistemológicos e sobre o seu campo simbólico, que sentido trazem e como interpretá-los. Por último, os Eixos Culturais e Sociopolíticos. Os fenômenos culturais respondem por meio do pluralismo religioso emergente, práticas religiosas populares e as mudanças de paradigma diante da opção por grupos religiosos, enquanto os fenômenos sociopolíticos explicam onde tem origem a matriz religiosa brasileira e como emerge e por que emerge o atual fenômeno religioso, caracterizado pelo crescente número de grupos ou movimentos religiosos procedentes de diferentes tradições e regiões (MINAS GERAIS, 1997,p.33-34).

No último capítulo do livro, estão os Pressupostos Metodológicos. Com breves textos, as Orientações Psicopedagógicas expõem as temáticas: a educação na perspectiva de ser integral no desenvolvimento harmônico das potencialidades do educando, o papel da educação no desenvolvimento da religiosidade, a religiosidade que precede a religião, as fases da vida e o desenvolvimento da religiosidade e as consequências para a educação.

A introdução aos conteúdos programáticos está dividida em 5ª e 6ª séries e 7ª e 8ª séries. Para as duas primeiras séries, é proposta uma abordagem relacionada à puberdade e seu significado no processo do desenvolvimento humano, do ponto de vista corporal, social, psicológico, à relação consigo e com o outro e às implicações para o desenvolvimento da religiosidade. De forma geral, o texto leva o professor a estar atento às transformações pelas quais passa o estudante na adolescência, tanto físicas quanto psicológicas, no campo de

conflito pessoal e percepção de si e do outro. Os conteúdos e aspectos pedagógicos para os alunos são apresentados num item denominado temário, que reúne 10 tópicos. Chama a atenção dois deles que citam as religiões⁵¹. Com base neles, foram reproduzidas as citações que constam no Planejamento elaborado no âmbito das cidades de Ouro Preto e Mariana e praticado nos Encontros de Metodologia do Ensino Religioso.

O Tema 8 (do temário) faz parte de um conjunto de propostas que tem como objetivo encaminhá-lo "à compreensão das razões de ser e existir, na condição de pessoa historicamente situada, voltado para o significado da vida como um todo, condição para a satisfação de sua necessidade de transcendência" (MINAS GERAIS, 1997, p.52). No tema em questão (como alguém que pergunta: onde estou? com quem?), são tratados conteúdos relacionados à percepção de interação com algum grupo, com a família e com semelhantes, com a possibilidade de experiências, segundo o texto, de fraternidade, respeito, confiança, honestidade, preconceito, e ao pertencimento a uma sociedade. Ao abordar especificamente esse assunto, o Programa apresenta a proposta de Jesus de Nazaré e a de "outros" líderes religiosos.

- A sociedade constitui um espaço de vivência dos valores e de convivência entre as pessoas, em seus respectivos grupos, se voltada para o bem-comum.
- A sociedade reflete os tipos de pessoas provenientes dos respectivos grupos que a constituem.
- Ao mesmo tempo projeta um tipo de ser humano capaz de lhe atribuir novos valores. Há pessoas que se esforçam para que a sociedade seja:
 - mais humana;
 - fraterna e solidária;
 - justa e participativa.
- A sociedade atual é marcada por muitos elementos que impedem as pessoas de viverem dignamente, como seres livres. Dentre eles:
 - a inversão de valores e a má distribuição de renda;
 - relações de dominação;
 - totalização de valores relativos concretizada pela exaltação do ter, do prazer, do poder e da fama.
- A sociedade proposta por Jesus de Nazaré:
 - projeta um mundo de paz;

⁵¹ Priorizou-se o tópico 8 em razão da riqueza de informações e justificativa. A temática 10 "à medida que crescemos, respondemos a outras questões: - O que faço aqui? aborda o cristianismo como a religião da maioria dos brasileiros, faz citações a Bíblia, aos evangelhos, a Jesus Cristo e as peculiaridades das festas religiosas em Minas Gerais, limitando-se a discussão e proposto sobre o campo religioso cristão. "A pesquisa, o estudo e outras atividades em torno da pessoa de Jesus de Nazaré, o Jesus histórico, podem ser ampliados de forma a estabelecer a relação entre o Jesus histórico e Jesus Cristo, ou o Cristo da fé dos cristãos, na perspectiva das opções feitas por seus seguidores, destacando os motivos de tal seguimento. As expressões da religiosidade cristã podem ser assuntos de estudo ou pesquisa, não só para os cristãos, como também para os demais educandos de outras Tradições religiosas e para os que não têm crença alguma, adotando-se para isso uma linguagem isenta de preconceitos ou formas que incentivam tendências proselitistas. [...] As manifestações da religiosidade popular cristã em Minas Gerais, sobretudo nas cidades históricas, são impregnadas de elementos históricos, culturais e sócio-políticos. Podem constituir, portanto, motivos valiosos para o Ensino Religioso, desde o ponto de vista de suas simbologia, como das expressões de resistência de luta pela libertação dos oprimidos, das razões de ser do seguimento de Jesus e outros aspectos" (p.58-60).

- estimula a solidariedade;
- estabelece todos os parâmetros da justiça;
- suscita a esperança;
- vence as barreiras do pré-conceito;
- restabelece a ordem social, onde os direitos e deveres são concebidos como valores universais;
- leva à fraternidade, à convivência de uns com os outros como irmãos, porque admitem Deus como Pai.
- A sociedade proposta por outros líderes religiosos das outras tantas tradições: Islâmica, Budista, Judaica, Hinduísta, Afro, Espírita e outras mais - busca valores advindos de princípios concebidos como verdadeiros e de suas concepções religiosas, diante do que pra seus seguidores é sagrado. Constituímos um povo, com sua identidade própria e que mantém suas raízes na cultura, impregnada de elementos da religiosidade.
- As religiões influenciam:
 - na formação de um povo constituído como nação. Esta remete à ideia de Pátria;
 - na maneira de seus membros conviverem uns com os outros como cidadãos conscientes de seus deveres e de seus direitos. (MINAS GERAIS, 1997, p.56).

Para justificar a confessionalidade cristã, o argumento foi apresentado nos Aspectos Pedagógicos, tendo como base o que já estava posto na Justificativa sobre a finalidade do Ensino Religioso. Prevaleceu o argumento das características culturais ao considerar elementos e costumes para a maioria dos educandos ou suas famílias⁵². Em outras palavras, em um Estado católico, seria aceitável privilegiar o cristianismo em detrimento das "outras" religiões. A Secretaria de Estado da Educação afirma que faz sentido ter como referência Jesus de Nazaré para a evidência e proposta de vivência dos valores fundamentais propugnados. Os "outros" também têm valores. Explica o órgão estatal que os "demais líderes religiosos têm muito a transmitir aos cristãos, assim como os não cristãos têm muito a conhecer, admirar, valorizar e até mesmo vivenciar das propostas apresentadas por Jesus, de modo especial, nos textos do Novo Testamento" (MINAS GERAIS, 1997, p.57). Algumas questões precisam ser consideradas. O discurso da maioria não se sustenta, uma vez que a dignidade humana e os direitos do cidadão não podem ser condicionados ou estabelecidos em razão de uma maioria. Na escola pública, as diferenças precisam ser respeitadas e não condicionadas conforme a referência de uma identidade em razão da quantidade de seguidores e prática religiosa dos mineiros. Reduzir a diversidade religiosa em "demais líderes" é fazer justamente o contrário do que oferece o Programa, de forma contraditória, sobre o reconhecimento da pluralidade, da sociedade democrática e de um ambiente escolar no qual seja possível viver valores. Uma criança em sua iniciação religiosa em igrejas fora do cristianismo certamente não se sentiria à vontade para expressar sua identidade religiosa em comparação às que pertencem ao ramo cristão.

⁵² Em 2000, 78,8% da população mineira pertencia ao catolicismo, segundo o Censo. No ano de 2010, o número caiu para 70,4%.

A contextualização de Jesus e da sociedade mais humana, fraterna e solidária é uma tradução equivocada de que apenas cristãos têm bons costumes ou praticam boas ações. Desconsiderar as pessoas sem religião é o mesmo que dizer que não têm capacidade de ajudar o próximo, ser honesto, reconhecer-se ator social e construtor da cidadania e da paz. Os valores humanos são compreendidos e percebidos por meio das religiões e não das ações? Não reconhecer que os ateus e agnósticos têm valores a ensinar aos cristãos e não cristãos não seria fazer vistas grossas para a possibilidade ou até mesmo a prática de intolerância religiosa? E mais, não seria corroborar para que o professor se mantenha em seus "pré-conceitos", ao invés de respeitar e acolher alunos, seja em qual série for, que assumam não ter religião, na busca da conversão do estudante a algum credo religioso? Expressão midiática, o médico Dráuzio Varella⁵³ reivindicou respeito em um artigo sobre Intolerância Religiosa: "Sou ateu e mereço o mesmo respeito que tenho pelos religiosos". Na ocasião, o médico disse que foi educado para respeitar as crenças de todos, ainda que pudessem parecer bizarras aos seus olhos. Assumir a confessionalidade católica, desprezando o campo religioso brasileiro e as correntes de pensamento, é propor no mínimo um caminho equivocado para o ensino religioso escolar, que deve se pautar pela pluralidade no contexto da laicização do Estado.

Para as outras duas séries (7ª e 8ª), foi apresentado como proposta de trabalho "A Adolescência e suas implicações", passando pela questão hormonal, pela onipotência juvenil. O último tópico diz respeito às consequências para a educação, alertando a necessidade de os professores entenderem os educandos, nas diversas situações da vida dos jovens, como os relacionamentos, as questões educativas relacionadas a doenças sexualmente transmissíveis e a drogas, além do "diante do temor do homossexualismo"⁵⁴. Nesse tópico, em específico, são fornecidas orientações para prestar solidariedade aos educandos nessa condição, com o objetivo de prepará-los para a vida, tendo em vista a rejeição na cultura brasileira, a discriminação que começa na família e se estende na escola, perpassando por toda a sociedade (MINAS GERAIS, 1997, p.66).

O temário dessas séries também é formado por dez tópicos e recapitula aspectos de conteúdos trabalhados no ciclo anterior. De maneira geral, os conteúdos propõem discussões sobre o exercício da liberdade, a formação de consciência ecológica, a educação para o ser religioso e para o desenvolvimento da religiosidade, questões relacionadas aos riscos de morte

⁵³ Ver em <http://drauziovarella.com.br/drauzio/intolerancia-religiosa>.

⁵⁴ O Programa para o Ensino Religioso (1997) refere-se ao relacionamento de pessoas do mesmo sexo ora como homossexualismo, ora como homossexualidade. A primeira terminologia está superada desde 1990, quando a Organização Mundial da Saúde retirou o homossexualismo da lista de doenças mentais. Além disso, houve o entendimento de que o sufixo 'ismo' remetia a enfermidade.

(tráfico de drogas, desportos perigosos, tortura) e à interrupção da vida (suicídio, pena de morte e aborto), transplantes de órgãos e reflexões sobre o mistério da morte nas religiões e na visão cristã.

A religião é citada de forma incisiva em dois momentos. Na temática 6, é abordada a realidade de o indivíduo ser alguém portador de dons, vocação e profissão. Diz o texto que a vocação se caracteriza pela aspiração da pessoa em desenvolver-se, plenamente, a partir das tendências individuais natas, orientadas pela vontade em querer ser, até o esforço contínuo na busca da realização do ser. Quanto à profissão, afirma o material que é uma das maneiras da realização pessoal, porque permite ao ser humano desenvolver sua dimensão criativa. Ao tratar da vocação na perspectiva religiosa, o Programa explica que muitas pessoas, em razão da proposta apresentada pelo líder religioso, estão dispostas a viver e seguir os ensinamentos de Jesus, de Buda e Alan Kardec, conforme os princípios de cada um em seus respectivos seguimentos religiosos (MINAS GERAIS, 1997, p.76-77).

Na temática 9, são abordados aspectos ligados ao pluralismo religioso, mais especificamente ao do Brasil, segundo o texto, constatado pelo surgimento de inúmeros grupos orientados pelo misticismo oriental e ocidental, sustentado por grupos religiosos autônomos e dissidentes de igrejas ou outras entidades religiosas institucionalizadas. São descritas, ainda, o que o texto chama de algumas representações populares do país, destacando Minas Gerais: a religiosidade afro-caboclo-ameríndia, afro-brasileira, espiritismos kardecista, o catolicismo popular brasileiro, o pentecostalismo e neopentecostalismo, as de origem oriental e as originadas de crenças norte-americanas. O tema trata também das principais religiões do mundo, que seriam qualificadas pelo importante papel que desempenham junto aos povos, por sua organização, pelo nível de abrangência nas respectivas regiões do mundo e por sua história com força libertadora e inspiradora de princípios que regem a conduta humana. No rol de principais religiões do mundo, elencadas pelo Programa para o Ensino Religioso, constam o Judaísmo, o Hinduísmo, o Budismo, o Confucionismo, o Cristianismo e o Islamismo. Ao citar tais religiões, o livro pontua que cada uma delas tem sua história, mantém seus textos e objetos sagrados, tem forma própria de se perpetuar no mundo e admite uma proposta de vida apresentada por seus mestres.

O movimento seguinte da obra foi apresentar o conceito de ecumenismo e diálogo inter-religioso. "O ecumenismo, em sentido mais abrangente, em se tratando de Religiões, é entendido como diálogo religioso, o que implica na abertura e efetivação do diálogo entre diferentes denominações" (MINAS GERAIS, 1997, p.85). Importante destacar que o conceito é exposto logo após o Programa citar as grandes religiões, deixando para trás o que foi

classificado de representações populares. É passível de compreensão que a religiosidade afro-brasileira, o espiritismo e "as de origem oriental" não estariam incluídas no diálogo com as "Religiões". Nenhum desses seguimentos foi tratado como denominação religiosa ou religião, mas como representação popular, ainda que acompanhados de citações sobre o catolicismo popular, o pentecostalismo e o neopentecostalismo. Caso esta tenha sido a intenção do Programa para o Ensino Religioso, a construção textual leva a uma leitura equívoca e que afunila o conceito de ecumenismo, como um movimento mais amplo, que ultrapasse as fronteiras do cristianismo, trazendo à tona todas as expressões religiosas. Tal hipótese caminha no sentido de o livro, mais uma vez, adotar uma proposta confessional cristã na abordagem da pessoa de Jesus Cristo, após tratar do ecumenismo e do diálogo inter-religioso.

O conhecimento da pessoa de Jesus Cristo é importante, não só para os cristãos, como também para outros grupos religiosos e para os que não têm crença alguma, mas que podem reconhecer o Mestre de Nazaré como alguém que apresenta uma proposta de vida digna.

= Esse conhecimento inclui:

- Quem é Jesus Cristo para os cristãos.
- Quais os principais ditos e feitos de Jesus de Nazaré.
- Quais os gestos mais significativos da vida de Jesus para os cristãos
- Que tipo de vida Jesus Cristo propõe aos seus seguidores.
- O que os cristãos entendem como Reino de Deus, segundo Jesus Cristo.
- De que forma os cristãos hoje dão continuidade à missão de Jesus Cristo, nas respectivas denominações cristãs.

= A Bíblia constitui o principal conjunto de textos sagrados, através dos quais os cristãos mantêm a memória do Povo de Deus, tendo Jesus Cristo como centro da sua história;

- o que é a Bíblia;
- como se formou e chegou até nós;
- sua importância para os Judeus;
- sua importância para os cristãos;
- razão de ser de sua importância para as diferentes Culturas e Religiões;
- como manuseá-la;
- o que os cristãos compreendem como correta leitura da Bíblia;
- que tipo de leitura da Bíblia alguns setores cristãos caracterizam como sendo uma leitura fundamentalista;
- qual a prática dos grupos ecumênicos sobre a leitura da Bíblia.

= A História do Povo de Deus na Bíblia, nas Tradições e outras fontes utilizadas pelas Igrejas Cristãs:

- através da História do Povo de Deus, os cristãos descobrem muitos sinais da presença Dele na vida de seus Povos e os conserva ainda hoje como manifestação dessa presença em seu meio.
- a História do Povo de Deus traz fatos ou acontecimentos que merecem seleção sob alguns critérios para serem comparados ao que se repete, hoje, de diferentes formas;
- a pessoa de Jesus Cristo é cada vez mais conhecida, à medida que os cristãos fazem novas leituras dos fatos contidos na Bíblia;
- os cristãos concebem tais fatos à luz da fé que alimentou e alimenta o Povo de Deus, em todas as épocas. (MINAS GERAIS, 1997,p.85-86).

Na sequência, não houve qualquer outra menção às religiões não cristãs. Não houve questionamento ou citação sobre quem foi Alan Kardec, Buda ou Maomé, nem foram citados

seus livros ou textos considerados sagrados por seus seguidores. O Programa para o Ensino Fundamental⁵⁵, da Secretaria de Estado da Educação, demonstrou certo esforço para oferecer à escola pública estadual e ao professor de Ensino Religioso um subsídio para ser trabalhado junto aos estudantes. Diante da autonomia da escola, como cita o trabalho, compreende-se que a obra seria adequada na instituição de ensino. Foi justamente isso que foi feito pela coordenação do Encontro de Metodologia do Ensino Religioso.

O livro não deixou de abordar informações importantes para a disciplina, como o contexto do Ensino Religioso no Brasil, a diversidade e o pluralismo religiosos, mesmo que por meio de citações breves e superficiais sobre a existência das religiões não cristãs. A proposta deixou claro que o Ensino Religioso não é mais entendido como ensino da religião ou da catequese, mas, por outro lado, o trabalho enfoca o cristianismo em razão da "base cristã sob a qual se alicerçam a religiosidade e a cultura do povo mineiro" e do cristianismo como religião da maioria dos brasileiros. Pode-se dizer que o Programa é uma proposta ecumênica focada no cristianismo, tendo em vista a pouca exploração da diversidade e das crenças não religiosas, além da ausência das lideranças religiosas de outros ramos do cenário religioso do Brasil. Tal questão, em particular, é uma contradição sobre o que diz um dos itens da Justificativa quando menciona que, numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes tradições e/ou denominações religiosas e os que não pertencem a nenhuma religião. Com uma clara tendência e exposição do líder cristão e da Bíblia, corre-se o risco de uma maior apropriação deste discurso em detrimento às identidades dos educandos e fazer do processo de educação da religiosidade, conforme apresenta o Programa, um processo de catequização do estudante. Nisto está o que Caron (1997) afirmou de visão puramente cristã. Como explicou a autora, a escola pública, a escola laica, deve atender na globalidade o universo estudantil, considerando o ecumenismo com base no diálogo inter-religioso. Não se trata de líderes cristãos falando da diversidade, mas deixar que a diversidade fale sobre si, que a identidade diferente tenha vez e voz para se manifestar.

Por último, como dito na apresentação do Programa e nas Considerações Finais, trata-se de um trabalho que "precisa ser revisto continuamente". Na Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, quando procurada para obter informações e referências sobre o Ensino Religioso, o órgão fez o encaminhamento para a Arquidiocese de Mariana, destacando a instituição como referência para os professores e para a própria instituição pública. Na Igreja,

⁵⁵ Além dos três capítulos, o Programa apresenta uma proposta de Avaliação em Ensino Religioso, Glossário, e Bibliografia complementar com dezenas de títulos, além de endereços de periódicos e a PUC Minas Gerais como referência no oferecimento de curso de habilitação e especialização em ensino religioso.

o único material apresentado para a investigação referente à Secretaria de Estado da Educação foi o exemplar de 1997. Não seria nenhum exagero dizer que o material pedagógico está ultrapassado e superado, considerando o seu lançamento no século passado.

3.1.2. Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso propostos pelo FONAPER

Além do Planejamento, embasado no Programa para o Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais também foram referenciados nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Nem sempre ficavam claras se as citações por parte da coordenação diziam respeito às diretrizes curriculares do Ministério da Educação ou aos parâmetros elaborados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). À pesquisa foram remetidos quatro documentos, semelhantes a fascículos, divididos em 16 páginas, para conhecimento e análise do material trabalhado nas reuniões⁵⁶, nos quais foram expostos dispositivos referentes ao Ensino Religioso, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº9394/96) e a Resolução nº02/1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental, com destaque para elaboração de propostas pedagógicas. É nesse dispositivo que consta o Ensino Religioso como área do conhecimento juntamente a outras disciplinas do currículo da educação básica.

Pode se observar claramente que a proposição do material foi fomentar no professor a consciência e a participação na elaboração de proposta pedagógica dentro da escola, com a inserção do Ensino Religioso, considerando que a disciplina não possui Parâmetros Curriculares estabelecidos pelo MEC. Estes são mostrados ao leitor dentro do contexto dos Parâmetros do FONAPER, mas sem deixar explícito que a entidade é uma organização civil, com vinculações acadêmicas e confessionais, que ocupou uma lacuna deixada pelo Estado. Enquanto outras áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, Língua Materna (indígena e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia Estrangeira, Educação Artística e Educação Física, tiveram parâmetros estabelecidos, o Ensino Religioso foi a exceção, o que motivou a apropriação por parte da entidade.

⁵⁶ Não foi possível identificar se o material fazia parte de algum periódico. Muitos dos documentos compartilhados nos Encontros não possuíam citação de autor ou referência bibliográfica.

O fascículo⁵⁷, ao reproduzir os Parâmetros do Ensino Religioso, expõe que as diretrizes constituem um marco histórico para a educação brasileira, como fruto da ação de pessoas de várias tradições religiosas na construção de uma proposta educacional, que tem como objeto o transcendente. Como tradições religiosas, os Parâmetros do Fórum Nacional compreendem a sistematização do fenômeno religioso a partir das raízes orientais, ocidentais, africanas e indígenas (FONAPER, 2009, p.13). A entidade parte do pressuposto de que na busca do ser humano em sobreviver e dar significação à sua existência, desenvolve-se as mais variadas formas de relacionamento com a natureza, com a sociedade e o transcendente, na tentativa de superar a provisoriedade da vida. Defende o Fórum que, com perguntas existenciais (Quem sou, De onde vim e Para onde vou?), o ser humano desenvolve conhecimentos que possibilitam interferir no meio em que vive e em si próprio, conforme a capacidade de deparar-se com o que lhe é exterior, com problemas e de rebelar-se contra eles.

[...] a ação humana consiste em tornar a Transcendência sua companheira de todas as etapas de aventura como origem de projetos, enquanto desejo e utopia. A recusa à Transcendência é trágica para o ser humano, pois o torna resignado em sua mediocridade. Assim, na raiz de toda criação cultural está a Transcendência, resultando daí um processo ininterrupto de ocultamento - desvelamento: quanto mais este insiste em continuar a se manifestar, exigindo novas decifrações. (FONAPER, 2009, p.32).

A perspectiva defendida pela entidade é que a reflexão do conhecimento possibilita uma compreensão de ser humano como finito e que o conhecimento religioso deve estar disponível a todos o que queiram ter acesso porque todo conhecimento humano é patrimônio da humanidade. Para isso, o FONAPER (2009) alerta para a necessidade de o educador ter uma formação específica, ele ser alguém que naturalmente vive a reverência da alteridade, colocando seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, considerando que família e comunidade religiosa são espaços para a vivência religiosa e para a opção da fé. Nesse sentido, o profissional da educação deveria ter formação específica em pelo menos cinco conteúdos que o Fórum classificou como eixos organizadores: culturas e tradições religiosas, que permitiram o estudo do fenômeno religioso estabelecidos com base em filosofia, história, sociologia e psicologia da tradição religiosa; escrituras sagradas, como meios de transmissão de uma mensagem do transcendente, conforme a fé dos seguidores,

⁵⁷ Considerando que os fascículos alertam o leitor que determinados assuntos foram tratados em um determinado módulo, compreende-se que o material fornecido à pesquisa é um fragmento de um documento mais amplo, haja vista a citação dos módulos 11 e 12. Para causar prejuízos à interpretação e análise do material, com base nesse momento trabalhar-se-á com o livro Parâmetros Curriculares Nacionais do FONAPER.

perpassando pela revelação, história das narrativas sagradas, contexto cultural e exegese; teologias, por meio dos conjuntos de afirmações e conhecimento elaborados pela religião e repassados aos fiéis sobre o transcendente, com o estudo sobre divindades, verdades de fé e vida além da morte; ritos, como série de práticas celebrativas das tradições religiosas formados por rituais, símbolos e espiritualidade; e, por fim, *ethos*, por meio do estudo sobre alteridade, valores e limites.

Na mesma proporção, pode-se dizer que a proposta do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso "conflita com filosofias de vida e tradições religiosas que não têm um Deus como o seu horizonte último, ou tradições que não têm uma teologia elaborada que defina uma identidade para este Sagrado" (DANTAS, 2002, p.102). Para o autor, tal pressuposto, como base no dado da fé que apresenta como indiscutível a existência de um transcendente, precisaria ser revisto, pois desconsidera demandas e características do cenário religioso das últimas décadas, que se ampliou para além dos códigos, símbolos e discursos institucionais, embora, em sua visão, continuem tendo uma grande procura e influência na sociedade. Para Dantas, os conteúdos não devem atender as necessidades de grupos religiosos, mas objetivos do projeto educativo escolar. Por outro lado, ele reconhece que os pressupostos defendidos pelo Fórum Nacional Permanente contribuem para a elaboração do projeto de vida pessoal do aluno, desde o respeito pela diversidade de crenças existentes no Brasil até a sua participação cidadã no meio social, do ponto de vista de uma educação que se pretende integral.

Enquanto Dantas (2002) compreende os pressupostos do FONAPER (2009) como modelo inter-confessional, na abordagem do transcendente como um dado inequívoco, João Décio Passos (2013, p.65), ao falar sobre o modelo ciências da religião, afirma que ele está embutido em recomendações mais atuais de fundamentação, como na proposta do Fórum Nacional Permanente. O ponto de referência seria o estudo dos fenômenos religioso e o conhecimento da religião como parte da educação geral e contribuição para a formação do cidadão.

3.2. A dinâmica e os temas das reuniões de capacitação em Ouro Preto e Mariana

Os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso tinham uma dinâmica muito semelhante na acolhida aos participantes e na apresentação das discussões temáticas. Tanto no Centro Arquidiocesano de Pastoral, em Mariana, quanto no Centro de Formação Humana/ Sociedade São Vicente de Paulo, em Ouro Preto, as reuniões foram precedidas por café da manhã, com momentos descontraídos entre os professores quando se deram as

primeiras observações para a pesquisa. Em Mariana, no andar térreo do prédio, em alguns eventos, foi possível acompanhar diálogos dos docentes acerca do comportamento dos alunos em sala de aula e das dificuldades dos profissionais de educação relacionadas à ausência de material pedagógico. Nas conversas, que nem sempre contavam com a presença da coordenadora, havia referências ao envolvimento da juventude com drogas, à violência na escola, às práticas docentes, a questionamentos de estudantes sobre sexo e seus problemas familiares. Ao contrário da cidade de Mariana, que contava com sala específica para o curso, em Ouro Preto, esse momento de lazer acontecia no mesmo local das reuniões e pouco se pôde acompanhar tais descontrações.⁵⁸

Na sala de atividades das duas cidades, cadeiras estavam postas em círculo para receber professores das redes municipal, estadual e particular. Em cada reunião, o participante recebia uma Pauta, com a programação da reunião e uma Declaração de Presença para o professor participante, documento que se limitava a uma página. No cabeçalho, constava uma espécie de visão do curso – "Ensino Religioso: Área de conhecimento e sentido para a vida"; o objetivo – "Desenvolver a religiosidade do ser humano que frequenta a escola", e o tema específico do dia, que perpassava pela paz. Nas observações, esperava-se, inicialmente, encontrar temas ligados às religiões em um ambiente marcado por relatos, estudos e até presença de lideranças religiosas. O que se registrou foram assuntos neutros e abrangentes, com referências às palavras paz, escola, protagonismo juvenil, alegria, atividades ecumênicas, família, solidariedade, Bíblia, educação e ao Ensino Religioso, como pode ser visto no Quadro 3⁵⁹. Uma pessoa externa às reuniões dificilmente teria alguma compreensão sobre o que exatamente foi abordado em termos de discussões.

Nas temáticas, o ecumenismo apareceu como proposta a ser trabalhada, mas apenas em atividades dentro das escolas nos meses de julho e dezembro, períodos em que não foram programados Encontros de Metodologia e Filosofia. Nesse sentido, a primeira indagação que surgiu foi se a compreensão de ecumenismo era de congregação de igrejas cristãs ou produção

⁵⁸ O Centro Arquidiocesano de Pastoral era formado por diversas salas, tanto no primeiro quanto no segundo andar, identificadas com placas fazendo referências a serviços pastorais, secretaria e coordenação arquidiocesana. Em uma delas, funcionava uma capela, que, a convite da coordenadora, foi visitada. Por Mariana contar com espaço separado para o lanche, buscou-se chegar com certa antecedência à abertura das reuniões, vislumbrando a possibilidade de interação com o grupo, em que se deu parte da coleta de dados.

⁵⁹ A paz foi um subtema trabalhado nos textos, nas dinâmicas, nos depoimentos e nos trabalhos em grupos. Ouviu-se relatos de professores sobre alunos indisciplinados nas aulas ligadas a outras disciplinas, mas que estariam aceitando bem o Ensino Religioso de forma mais tranquila, sem causar dificuldades de relacionamento entre os colegas e o docente. Uma professora destacou a necessidade de se ter o Espírito Santo como ajuda celestial para dar conta de superar desafios dentro da escola. Sobre essas questões, havia sempre uma orientação da coordenação sobre a importância de o aluno não ser mandado para fora da sala de aula da disciplina de Ensino Religioso, ficando explícita a tentativa, quase que missionária, de "recuperação" do estudante indisciplinado.

de diálogo inter-religioso de forma mais ampla. A coordenadora explicou que era de abertura e respeito total ao diálogo com as pessoas, indiferente da crença, mas pontuou ao dizer que isto não queria dizer que as religiões estavam sendo trabalhadas dentro da escola. De fato, nos encontros, era pronunciado algumas vezes que a reunião era aberta ao diálogo e ao ecumenismo, informações que constavam na Declaração de participação.

Mês	Temas
Janeiro	Férias
28/fev* - MA	Ensino Religioso e a construção da paz
09/abr – MA	Paz na escola
16/abr – OP	
08/mai – MA	Protagonismo Juvenil e Paz
15/mai – OP	
14/jun – MA	Construir a paz vivendo a alegria
Julho	Atividades ecumênicas na escola
08/ago* MA	Família, Juventude, Solidariedade e Paz
11/set – MA	Bíblia e a Construção da Paz
12/set –OP	
03/out – MA	Educação e paz
01/out –OP	
28/nov* - MA	Celebração de Ação de Graças - Educação, Gratidão e Paz
Dezembro	Celebração ecumênica na escola/sarau
Reuniões OP - Ouro Preto/MA - Mariana *Reunião unificada em Mariana	

Quadro 3 - Temas das reuniões dos Encontros de Ensino Religioso
Fonte: Elaborada pelo autor/Cronograma das Reuniões

Depois dos temas, o segundo movimento de análise englobou os tópicos da Pauta, que não apresentaram definições aprofundadas, como numa ementa, possibilitando a real compreensão sobre o objetivo proposto para o Encontro. Novamente, para um leitor externo aos eventos era provável que tais itens pouco esclarecessem sobre o que exatamente estava sendo proposto para os eventos. Quatro exemplos serão apresentados (QUADRO 4), a seguir, com o objetivo de demonstrar a superficialidade dessas informações. Para isso, foram escolhidos os primeiros e os últimos Encontros de cada semestre: fevereiro⁶⁰, junho, agosto e novembro.

⁶⁰ Como as observações tiveram início apenas no mês de abril, alguns documentos para análise foram disponibilizados para a pesquisa ao longo do ano de 2013. Em relação à Pauta do mês de fevereiro (dia 28), algumas informações são controversas. Segundo um convite enviado às secretarias municipais de Itabirito/Ouro Preto e outro direcionado a uma "instituição educativa", este com assinatura à mão da coordenadora, o primeiro evento do ano seria realizado na cidade de Mariana, reunindo também os docentes de Ouro Preto. A coordenação disponibilizou dois documentos para a pesquisa sobre fevereiro, porém, as informações são controversas. Enquanto num documento o tema da reunião é "Ensino Religioso e a Construção Paz" [sic], no outro é "Protagonismo Juvenil e Paz". A divergência está presente também nos tópicos: um documento fala de

Os itens das Pautas apresentaram informações superficiais, sem nenhum aprofundamento. O encontrista, num primeiro momento, de forma geral, também não tinha condições de identificar o que seria exatamente trabalhado nas orações, nas dinâmicas, nas socializações, nos textos e nas interações. Não eram oferecidos, por meio das pautas, quais textos ou referências bibliográficas estavam sendo trabalhados. Ao longo do ano, nenhuma religião foi citada, mas houve apropriação no mês de abril da "Celebração ecumênica - Páscoa", no contexto do tema "Paz na Escola". Junto ao tópico constavam na Pauta, ainda, "socialização de experiências significativas", textos significativos, "Filme Juntos - Bolero de Ravel" e "Como construir a paz na escola". Se num momento, a coordenadora falava da alegria pascal, da Semana Santa e da programação do Encontro Regional dos Evangélicos de Mariana; em outro, uma das participantes dizia ser necessário a presença do Espírito Santo para ajudá-las na função de educadora.

A abordagem cristã esteve presente também no mês de setembro. Com pouco mais de detalhe, o esquema de trabalho da Pauta apresentava sete tópicos, e um deles propunha que cada grupo de professor escolhesse um texto bíblico considerado importante para a prática pedagógica. A questão motivadora do debate era "Como estimular os educandos a se interessarem por mensagens de vida contidas na Bíblia e em outras fontes para desenvolver melhor sua religiosidade?". O objetivo daquele encontro era "construir a paz no mundo, que é uma grande família, lendo, meditando e vivendo a palavra, fonte de vida". Um dos textos socializados pela coordenadora foi um Estudo Bíblico – Conhecendo a Bíblia, creditado a Dom Orani João Tempesta. No documento, em uma única página, a palavra Bíblia apareceu 21 vezes; enquanto o de Jesus (ou Cristo), sete vezes. Costumeiramente, nesse mês, a Igreja Católica reforça em sua prática litúrgica reflexões sobre o livro sagrado.

conteúdos curriculares, entre os demais itens, e, o outro, faz referência à oração às mães e ao "cronograma 2013 – resgate ao 1º encontro". Na Declaração de presença, na segunda parte da Pauta, nos dois casos, consta que o professor participou da reunião no dia 15 de maio, enquanto o cabeçário já havia anunciado se tratar de 28 de fevereiro. Apenas no documento "Protagonismo Juvenil e Paz", consta assinatura a mão da coordenadora. Nos três documentos assinados, a tinta da caneta utilizada foi de cor azul, não se tratando, portanto, de fotocópia. Por e-mail, foi solicitado esclarecimento, mas não houve resposta. Então, para a pesquisa, considerou-se como o primeiro evento do ano o documento que delineava como tema específico "Ensino Religioso e a Construção da Paz" por entender que o tema paz constava em todos os outros documentos analisados, corroborando, assim, o fato da citação de conteúdos curriculares/programas de ensino. O outro documento sobre o protagonismo juvenil foi considerado referente a maio em razão da citação da oração às mães, mês em que se homenageia nacionalmente as mães, ao fato do dia 15 de maio corresponder no cronograma a um evento em Ouro Preto. Além disso, nas anotações do diário de campo, consta o tema protagonismo juvenil. A Pauta faz referência ao resgate ao 1º encontro ao citar o cronograma 2013, ainda que este item não esteja grafado no outro documento.

1º semestre		
	28/fev/13	14/jun/13
1	Técnica de apresentação e integração	Técnica de apresentação e integração: dinâmica do abraço
2	Mensagem: Oração/textos reflexivos - (revistas pedagógicas)	Mensagem: juninas e de namorados - Construção coletiva
3	Ensino Religioso. Interdisciplinaridade e Vida	Oração - Alegria dos textos reflexivos - (educadores nobres)
4	Ensino Religioso e a Construção da Paz	Dinâmica de grupo para discutir a questão: Como acabar com a violência construindo a Paz vivendo a alegria? Use a criatividade para apresentar
5	Conteúdos Curriculares/Programa de Ensino/PCN(s)	Ensino Religioso e o Perfil do Professor
6	Como a escola Use a criatividade para apresentar um ato de paz [sic]	Cronograma - 2013 - 2º semestre
7	Socialização de experiência significativa das escolas	Socialização de experiências significativas das escolas
8	Outros:	Outros:
9	Avaliação	Avaliação
10	Agradecimentos	Agradecimentos
2º semestre		
	8/ago/13	28/nov/13
1	Dinâmica de integração: (abraço) e dinâmica: morte/vida	Dinâmica de integração: Mensagem
2	Oração: Música família - Chitãozinho e Xororó - música Pe. Zezinho	Oração dinamizada - Música
3	Cite um grande evento ou ação presenciada por você, nestes últimos meses, que comprova realmente que o mundo é ou deve ser uma grande família	Ação de Graças
4	Dinâmica de grupo: Considerando o relato acima, discuta a questão: Como educador, o que fazer para que o mundo seja uma grande família de protagonistas da paz e solidariedade, em casa, na escola, comunidade e sociedade? Concretize-o usando a criatividade (oficina, teatro)	Socialização do agradecimento de forma criativa das experiências significativas das escolas considerando os encontros de Ensino Religioso no ano em curso
5	Ensino Religioso e o Perfil do Professor	Outros:
6	Cronograma - 2013 - 2º semestre	Agradecimentos
7	Socialização de experiências significativas das escolas	*****
8	Outros:	*****
9	Agradecimentos	*****
10	*****	*****

Quadro 4 - Tópicos das Pautas
Fonte: Elaborado pelo autor

Além de textos entregues pela coordenação, os participantes também compartilhavam entre os colegas material utilizado em sala de aula, embora em menor escala. A dinâmica dos Encontros contava, ainda, com músicas reproduzidas em aparelho de som, dinâmicas de grupo, textos e canções impressas. Ao longo do ano, entre os materiais recebidos nas reuniões e remetidos à pesquisa fora dos eventos, contabilizou-se 50 documentos. A maior parte do material dizia respeito a textos religiosos, 34% do total, e a textos diversos, correspondendo a 28% dos documentos. Instruções normativas e músicas representaram 12% cada uma; poemas somaram 10%, seguidos de desenho e dinâmica, com 2% cada uma.

Considerou-se textos religiosos todo o material que estivesse intitulado como oração ou que fizesse referência a citações bíblicas ou a nomes de líderes religiosos, como a *Celebração Ecumênica*, a *Semana de oração pela unidade dos cristãos* e a *Oração e o perdão*. Neste caso, o documento intitulado *Deus quer falar com você* foi colocado como religioso em razão das citações bíblicas que propunham leituras em momentos de tristeza, pecado ou para a pessoa que estivesse necessitando de oração. Da mesma forma, classificou-se o texto que falava do reino de Deus e o material referente à *Romaria dos Trabalhadores*, que citava a Paróquia de Fátima e a Arquidiocese de Mariana.

Em textos diversos, foram reunidos todos os documentos que não se enquadravam nos religiosos, como o *Valor do meu corpo*, *Escola e celular em discurso afinado*, *Prisão sem fim*, *Amigos sem folhas* e *Bullying na escola*. Destaca-se, especificamente, o *Conto Budista para a promoção da paz*, que apresenta a figura de pelo menos dois samurais e narra uma breve história sobre um guerreiro que queria derrotar um samurai. Embora o título do documento tenha feito referência ao budismo, o seu conteúdo nada relata sobre Buda, a religião budista e os seus seguidores. A mesma definição foi feita em relação ao texto *Uma pequena parábola* que trazia a história de um monge e seus discípulos, mas sem qualquer referência à religião. Num terceiro documento, constava um personagem oriental segurando uma torta, ilustrando uma receita de *Torta mundial*. Eram citados valores e sentimentos, como felicidade, liberdade, confiança, amizade, entre outros, como ingredientes para a produção do que o documento apresentava como torta mundial. Nos três últimos materiais citados (*Conto Budista para a promoção da paz*, *Uma pequena parábola*, *Torta mundial*), parece que havia uma intenção de apresentá-los como instrumentos que contemplassem a diversidade religiosa, mas nenhum deles foi considerado, na análise, como materiais religiosos, dada a superficialidade e a abordagem folclórica. Enquanto o cristianismo foi apresentado de forma rica, com detalhes de citações bíblicas e personagens; os "Outros" ficaram à margem numa abordagem superficial, senão fantasiosa.

Tipo de Material	Números Absolutos	Números Percentuais
Textos religiosos	17	34%
Textos diversos	14	28%
Instruções normativas	6	12%
Músicas	6	12%
Poemas	5	10%
Desenho	1	2%
Dinâmicas	1	2%
Total	50	100%

Quadro 5 - Materiais socializados nos Encontros de Metodologia
 Fonte: Material socializado em 2013 nos Encontros de Metodologia e Filosofia

Entre os documentos que compuseram as instruções normativas⁶¹, constavam os Parâmetros do FONAPER, os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC e o Planejamento do Ensino Religioso, elaborado no âmbito dos municípios de Ouro Preto e Mariana. Na categoria músicas⁶², seis documentos reuniram oito canções. Três delas faziam referência ao Padre Zezinho, professor de comunicação, pregador, escritor, compositor, radialista, entre outros atributos na Igreja Católica. O sacerdote é autor de mais de 1500 canções e mais de 300 obras, entre livros, CDs, e vídeos⁶³. Outros cantores foram citados: Chitãozinho e Xororó, Roupas Nova e Jorge e Mateus. Os poemas reuniram os nomes de Vinícius de Moraes, Cora Coralina, Efigênia Coutinho, Dorothy Law Nolte, Chico Buarque de Holanda e Edu Lobo. O único desenho (de borboletas) que compôs o levantamento de material socializado nos Encontros de Metodologia e Filosofia não tinha título e contextualização. A última categoria apresentada no Quadro 5 foi a das dinâmicas, referente a um cumprimento árabe.

Um segundo movimento na análise foi identificar os grupos religiosos citados nos materiais socializados nos Encontros de Metodologia. Inicialmente, contabilizou-se referências bíblicas e textuais, citações a líderes religiosos, imagens e músicas⁶⁴. O que se encontrou foi uma ampla referência ao cristianismo, com números muito baixos relacionados à diversidade religiosa. Diante dos dados, decidiu-se contabilizar apenas citações bíblicas e referências ao nome de Jesus Cristo, considerando que seriam suficientes para demonstrar a

⁶¹ Não foram contabilizados os livros Programa para o Ensino Fundamental e os Parâmetros do Fonaper, por compreender que estes serviam de fontes para elaboração do Planejamento 2013.

⁶² Considerou-se apenas documentos avulsos.

⁶³ Ver <http://www.padrezezinhocj.com>

⁶⁴ Não foram consideradas nesta análise as Instruções Normativas e os Poemas.

prevalência dos cristãos frente a outras ramificações religiosas, o que representou 96% do material.

Religião	Presença no material didático (absoluto)	Presença no material didático (absoluto)
Cristãs	125	96%
Orientais	3	2%
Islâmicas	1	0,93%
Indígenas	1	0,93%
Total	130	100,00

Quadro 6 - Grupos religiosos predominantes nos materiais dos Encontros de Metodologia
Fonte: Material socializado em 2013 nos Encontros de Metodologia e Filosofia

Considerou-se representativos das religiões orientais, ainda que de forma superficial, o conto budista, o personagem da torta mundial, o monge e seus discípulos. Observou-se não o conteúdo, mas a referência aos orientais, o que totalizou 2%. No caso do Islamismo, compreendeu-se um *Cumprimento árabe*, cantarolado nas reuniões, como uma citação indireta (0,93%).

Os indígenas tiveram também pouca representatividade (0,93%). No documento intitulado *Celebração início do ano letivo (ecumênico)*, foi feita uma rápida e superficial citação, por meio de uma oração que teria sido composta por uma comunidade da Malásia. Diz o texto:

LEITOR 1: Ô Deus, maravilhoso Criador, rogamos-te pelas belezas que vemos ao nosso redor, pela infinita variedade de tua criação, os céus, as montanhas, os vales, as planícies os rios e os mares. Agradecemos a ti pelo dom da vida e pelas oportunidades que nos dá de participar como teus assistentes criadores. Dá-nos, por teu Espírito vivificador, a graça de nunca recuarmos diante de nossas responsabilidades na preservação de tua criação. (CELEBRAÇÃO...,2013)⁶⁵.

No documento analisado e nas reuniões, a riqueza da cultura indígena brasileira não foi apropriada, o que poderia ter sido colocado em prática por meio da lei 11.645/2008. O texto, referente à celebração ecumênica, apresenta um grupo distante do Brasil que nada tem a ver com a realidade do campo religioso do país.

Não foi identificada nenhuma referência aos espíritas, à umbanda e ao candomblé nos materiais socializados nas reuniões de capacitação de Ensino Religioso. Na Arquidiocese de Mariana, apenas em duas reuniões constatou-se narrativas sobre as matrizes africanas, proferidas por professores que disseram ter trabalhado a cultura e a história afrobrasileira.

⁶⁵ Cf.: Ver na seção Anexos.

Diante da forte presença de figuras e citações cristãs nos Encontros de Metodologia, perguntou-se à coordenadora se havia alguma dificuldade na abordagem sobre outras religiões.

Nenhum problema, e sim obrigação. É um dos conteúdos a ser trabalhado no Ensino Religioso no Ensino Fundamental. Em encontro anterior fizemos aqui um complemento para o planejamento onde foi destacado e anexado pelos professores momentos em que precisamos trabalhar com eles as religiões. Os educandos precisam conhecer as religiões e também as demais filosofias existentes. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

Se falar de religiões era uma obrigação e os educandos precisavam conhecê-las porque havia a ausência de temas ligados às matrizes africanas, ao islamismo, ao judaísmo, ao espiritismo, além da crença indígena dentro dos encontros de formação de professores? Se a iniciativa tinha como um dos objetivos socializar experiências, não seria aquele espaço ideal para trabalhar a diversidade religiosa brasileira? Para essa questão, a coordenadora explicou que o aprofundamento havia acontecido anterior às participações deste pesquisador e que teriam contemplado as matrizes indígena e africana.

Na verdade, este aprofundamento aconteceu anterior a sua participação nos encontros. Convidávamos pessoas diferentes para melhor compreensão. Começamos com a matriz indígena, africana, temos o material que foi passado para os professores. Hoje, com um amadurecimento maior e praticidade dos encontros optamos pela sensibilização para a prática docente pautada no respeito à diversidade de crenças trabalhando o como: Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso. Acolhendo a sua ponderação afirmo que a Arquidiocese vai reorganizá-lo à médio prazo. Quanto aos professores que chegam, eles recebem o planejamento que foi construído coletivamente no Estado de MG e aprimorado nas bases. Nele consta todos os conteúdos a serem trabalhados, inclusive os que não conseguimos fazer em nosso minicurso, em curto prazo. Voltando no nosso planejamento listamos o material a saber: a Bíblia, principal livro de apoio e orientação para os cristãos e nesse mesmo encontro que outras religiões que se organizam de acordo com os seus fundadores, buscam orientação em seus Livros Sagrados. Aí citamos e registramos o judaísmo, budismo, islamismo, hinduísmo, confucionismo, dentre outras. O planejamento que foi para o ano de 2013 e que volta agora para o ano de 2014 com seus acréscimos e aqui continuando diversos grupos religiosos, como (...) (*Hare Krishna*) buscam a paz, muitas pessoas buscam a paz em filosofias de vida tais como Espiritismo, Maçonaria, Filosofia, Yoga. Foi citado no encontro ao término de trabalho dos grupos. Destacamos esse ponto aqui para que não falássemos apenas nos cristãos considerando essa diversidade e pluralidade. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

Note-se que, sem citar a Superintendência Regional de Ensino, a coordenação afirmou que a Arquidiocese de Mariana vai reorganizar a proposta do Encontro, ao mesmo tempo em que reconhece que alguns conteúdos não foram trabalhados no minicurso. Chama atenção, ainda, que ao se falar de livro sagrado, destacou-se a Bíblia cristã, mas não foram

mencionados nominalmente, por exemplo, o Alcorão, do Islamismo, a Vedas, do Hinduísmo, a Torah, do Judaísmo, ou qualquer obra do Espiritismo, como o Livro dos Espíritos. Como esses temas não eram pautados, os diálogos nas reuniões costumeiramente estavam correlacionados ao Papa Francisco, ao Encontro Regional de Evangélicos de Mariana, a Semana Santa, a Páscoa, ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), além da Campanha da Fraternidade e do Festival da Vida de Mariana. Sobre a Campanha, argumentava-se aos cursistas que era uma atividade ecumênica, não centralizada na Igreja Católica. Segundo a página do CONIC na internet⁶⁶, o modelo ecumênico vem sendo adotado desde o ano 2000, a cada cinco anos, com a participação de diversas igrejas cristãs. No tocante ao Festival da Vida, dizia-se que trabalhava a Campanha da Fraternidade⁶⁷.

Ainda sobre os diálogos, ouvia-se como muita frequência por parte da coordenação a afirmação de que a oração Pai-Nosso era considerada universal e de que ela deveria ser rezada em todos os lugares. A afirmativa da universalidade não causava qualquer tipo de estranhamento nos professores cristãos. Nas reuniões, não havia ninguém que questionasse se tal oração era rezada pelos índios, pelos orientais ou por pessoas sem religião. Todas as pessoas que possuem ou não uma religião rezam o Pai-Nosso? É certo que não, mas a afirmação de que o Pai-Nosso era uma oração universal era ouvida sem contestações. Nos diálogos, em todas as vezes que a coordenadora citava o nome de Jesus Cristo, tentava-se esboçar certo distanciamento de sua religião católica, utilizando a afirmativa "o líder Jesus". Em determinada reunião, a coordenadora disse: "Como não conhecer o líder Jesus?". Ou, então, ao se referir ao arcebispo local, dizia líder maior da Igreja Católica em Mariana. Quando falava do Papa, citava "o líder maior da Igreja Católica vem ao Brasil". Estas questões inicialmente contrastavam ao que estava previsto na pauta e às constantes afirmações sobre respeito às diversas crenças, à abertura ao diálogo e ao ecumenismo. Contraste maior eram afirmativas de que a disciplina não era meio de catequização de aluno para nenhuma religião e que o respeito à diversidade do outro, já era contribuir para a construção da paz. A centralidade no cristianismo foi um dos aspectos que mais se destacou nas observações nos Encontros de Metodologia, a ponto de questionar-se como os temas e dinâmicas eram preparados e qual material era considerado livro de cabeceira pela coordenadora.

⁶⁶ Ver mais <http://www.conic.org.br/>

⁶⁷ Na página eletrônica e oficial, consta que o evento foi idealizado pelo falecido arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes, em sintonia com a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entre os realizadores, estão a Prefeitura de Mariana e o Ministério da Cultura. Cf.: <http://www.festivaldavidacom.br>.

Eu procuro livros, pautando nos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso, no Programa de Ensino Fundamental que foi feito já há bastantes anos, mas é sempre atualizado, os Livros Sagrados. Eu busco também muito ler livros ligados ao religioso. E procuro saber como é que é o religioso nas demais religiões, através da internet e através de livros mesmo que eu gosto de estudar. Planejo os encontros dentro da necessidade e da realidade em que vivemos. Eu sou de Mariana, conheço um pouco mais a realidade nossa, eu conheço bem e também tem o mundo das realidades vizinhas. Então procuro pautar dentro dessas necessidades e do contexto nosso, o contexto de Minas, o contexto do Brasil e o contexto do mundo também. Tudo que acontece. [...] O livro: Jesus e a Samaritana. Aquele processo todo de Jesus caminhando com a Samaritana me faz lembrar o professor caminhando com o aluno; esse é um livro fantástico, aberto mesmo ao diálogo, que é Jesus e a Samaritana. Tem Ensino Religioso e Práxis, outro bom livro e muitos outros. E os livros Sagrados, a Bíblia. Todos os encontros são planejados, não tem nenhum que vem sem pauta. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

A realidade de Ouro Preto e Mariana pode ser compreendida de forma diversa e plural. Embora sejam cidades tradicionalmente católicas, outras identidades religiosas estão presentes nos dois municípios, o que se traduz em diversidade nas salas de aula. Enquanto os cristãos somam 94% em cada um dos municípios, os sem religião representam em torno de 4%. Os espíritas são 0,7% da população de Mariana e 1,3% da de Ouro Preto. Os pertencentes à umbanda e ao candomblé somam, juntos, 0,02% e 0,05% nas duas cidades. Conforme a realidade apresentada pelo Censo 2010 poderia haver isonomia na abordagem sobre as religiões dentro das reuniões de capacitação do Ensino Religioso. Ao contrário, a defesa do respeito à diversidade, da abertura ao diálogo e ao ecumenismo soaram como frases de efeito, mas não se concretizou na prática do encontro.

Religiões	Mariana 54.219 habitantes	Ouro Preto 70.281 habitantes
Católica Apostólica Romana	79,3%	83%
Evangélica	14,7%	11%
Sem religião	4%	3,7%
Espírita	0,7%	1,3%
Umbanda/candomblé	0,02%	0,05%
Outros	1,28%	0,95%
Total	100%	100%

Quadro 7 - Diversidade religiosa em Ouro Preto e Mariana
Fonte: Elaborada pelo autor/IBGE - Censo 2010

Enquanto nos textos religiosos havia uma clara citação e referência ao cristianismo, os orientais foram citados de forma folclórica em historietas, sem apropriação de líderes religiosos ou livros sagrados. Da mesma forma, a breve citação da comunidade indígena na celebração ecumênica deixou na superficialidade a religiosidade daqueles que primeiro

habitavam o Brasil. Aos espíritas e às religiões afro-brasileiras foram negados a possibilidade de existência, por não terem sido nem mesmo citados.

Em seu estudo sobre a diversidade cultural nos livros de Ensino Religioso, Débora Diniz (2010) afirma que a hegemonia cristã tem efeitos para além da discriminação religiosa. "O silêncio e as generalizações são estratégias retóricas que não só promovem uma visão de mundo como absoluta, mas também provocam a recusa do reconhecimento da diversidade como igual". É a outra identidade que não é citada e nem considerada como realidade no país, que traz em sua posição o que Tomaz Tadeu da Silva (2000) disse sobre dividir o mundo social entre "nós e eles". A inexistência dos espíritas e das religiões afro-brasileiras aponta para uma classificação sobre o que é ou não religião baseada em uma identidade, pois, deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. É a negação das diferenças, é o outro que deve ser anulado e apagado (SKLIAR, 2003; MARQUES, 2012), restando apenas a abordagem folclórica como discurso de respeito às diversas crenças, abertura ao diálogo e ao ecumenismo.

Tanto no material pedagógico quanto nas reuniões, observou-se uma super valorização do cristianismo. Em alguns momentos, ficava clara a intenção de distanciar a pessoa de Jesus Cristo da religião ou outros líderes cristãos das denominações. Para tal, recorria-se constantemente, nas reuniões, à justificativa de que não era possível não conhecer o líder Jesus. A mesma lógica pode ser observada no Planejamento e no Programa para o Ensino Religioso. Em relação à coordenação dos Encontros de Metodologia e Filosofia, é preciso destacar que, aparentemente, parecia não haver má fé nas abordagens feitas junto aos professores. A prática pedagógica apontava para orientações no sentido de esclarecer que o Ensino Religioso escolar não poderia ser instrumento de evangelização. A situação ficava evidente em cada reunião quando se repetia que o Encontro era aberto ao diálogo e ao ecumenismo. Da mesma forma, a questão estava anunciada nas Declarações de participação concedidas aos docentes. Pode-se observar que a circulação nas reuniões de materiais como o *Conto Budista*, a *Torta Mundial*, *Uma Pequena Parábola* e o *Conto Árabe* pareciam ser compreendidos pela coordenadora como abordagens que contemplavam a diversidade religiosa. Por outro lado, a coordenadora não apresentou qualquer dificuldade no fornecimento de documentos para análise. Ao contrário, em alguns momentos, fosse nos Encontros, na presença dos docentes, ou durante a pesquisa exploratória, o trabalho desenvolvido por este pesquisador era destacado como instrumento que poderia ser utilizado para colaborar na prática pedagógicas das reuniões de formação e socialização dos professores.

Durante as observações ficou evidenciado que os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso operam como lugar de aprendizado e socialização de práticas pedagógicas, com a anuência da Secretaria de Estado da Educação, por meio da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto. Pode-se afirmar que os eventos priorizaram o cristianismo, com citações superficiais sobre a diversidade religiosa, práticas pedagógicas que contemplam o modelo interconfessional, com um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas no país (DINIZ, 2010). A religiosidade foi apresentada como possibilidade a ser educada, como algo que estaria antes da religião, para a vivência de valores comuns a todos os credos (XAVIER, 2006).

Em relação ao Planejamento, pode-se afirmar que sua base de sustentação foi o Programa para o Ensino Fundamental lançado em 1997 pela Secretaria de Estado da Educação, que conferiu ao cristianismo superior valor por ser a religião da maioria dos brasileiros e pelo fato de estar ligada à cultura predominante no Estado de Minas Gerais. Já os Parâmetros Curriculares Nacionais do FONAPER pareciam exercer pouca influência no Planejamento, mas não deixou de convergir principalmente em relação a questões existenciais com as perguntas Quem sou eu?, De onde vim?, Para onde vou?. Como abordado, para a pesquisa, foram apresentados documentos semelhantes a fascículos e não o livro lançado pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Embora como pilar das reuniões de capacitação, de forma geral, as Instruções Normativas pouco apareciam nas reuniões com citações diretas, leituras ou diálogos. A dinâmica dos Encontros estava pautada diretamente nos temas das Pautas e nos textos socializados pela coordenadora e pelos docentes na perspectiva de sensibilização para uma prática docente que estaria pautada no respeito à diversidade de crenças.

Dada a necessidade de abordagem da diversidade religiosa nas escolas públicas, no contexto da laicidade do Estado, o modelo das Ciências da Religião é uma proposta que pode ser adotada no sentido de romper com a confessionalidade e a interconfessionalidade, abarcando os diversos credos e correntes de pensamento, oferecendo ao aluno elementos para a compreensão do mundo, da cultura e da história (XAVIER, 2006). O problema dos modelos Catequético e Inter-religioso é que ficam propícios à apropriação das religiões hegemônicas do país, impondo em algum momento, seja diretamente ou indiretamente, suas verdades particulares, tendo como referencial, por exemplo, a moral cristã.

A perspectiva fenomenológica da religião teria como objetivo a educação dos sujeitos a fim de que vivam responsabilmente em sociedade, despoltizando o Ensino Religioso do

campo de negociação das confissões religiosas, tendo como foco a compreensão do mundo, da cultura e da história, ultrapassando o contato como uma única tradição religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral investigar e analisar como a laicidade do Estado Brasileiro e a diversidade religiosa eram tratadas nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, realizados nas cidades de Ouro Preto e Mariana, em 2013, voltados para a formação de professores das redes pública e privada.

Como disciplina regular das escolas públicas de Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 9.394/1996, posteriormente alterada pela lei 9.475/1997, o Ensino Religioso deve ser ministrado nas instituições educacionais, com matrícula facultativa por parte dos alunos, sem que haja ações de proselitismo, como integrante da formação básica do cidadão, respeitando a diversidade religiosa no Brasil.

A legislação em vigor regulamenta que seu oferecimento é normatizado pelos sistemas de ensino que definem, ouvindo entidade civil composta por denominações religiosas, conteúdos, normas para habilitação e admissão de professores. Na leitura realizada sobre a educação no Brasil, constatou-se que a laicidade do Estado, por força da Constituição de 1891, provocou uma nova configuração para a educação, retirando-a dos cuidados da Igreja Católica para administração do Estado. O ensino se tornou leigo, na versão da lei, nos estabelecimentos públicos, ficando livre nas escolas confessionais, rompendo com a estrutura oriunda do período colonial.

Ficou claro que as mudanças posteriores na Carta Magna (1934, 1937, 1946, 1967 e 1988) foram acompanhadas de perto pelos católicos que buscaram reintroduzir e manter, por força de articulação política, o ensino religioso nas escolas públicas. Campo minado, com tensões, a disciplina teve configurações diversas, como facultativa aos estudantes e, em algum momento, não obrigatória para "mestres e alunos", variando no oferecimento nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais. Grupos antagônicos se articulavam. De um lado, os favoráveis defendiam o Ensino Religioso escolar como um direito do cidadão; e, do outro, os contrários, uma escola laica acima de crenças e disputas religiosas.

A força articuladora da Igreja Católica culminou na vigente Constituição Federal de 1988, com o oferecimento da disciplina como matrícula facultativa nos horários normais das escolas públicas de ensino. A Igreja se fez presente, ainda, junto a outros atores sociais, nas discussões da LDB de 1996 e nas alterações de 1997, que teve como resultado a regulamentação de serem ouvidas as entidades civis, com participação das denominações religiosas, por parte dos sistemas de educação que definiriam os conteúdos do Ensino Religioso escolar e normas para habilitação e admissão de professores.

Por meio da pesquisa, concluiu-se que, em Minas Gerais, com base nos documentos analisados, a estrutura montada pelo Estado para suporte à disciplina estava permeada de princípios e líderes cristãos, na polarização entre evangélicos e católicos, seja na instância da entidade civil com as denominações religiosas, por meio do Conselho de Ensino Religioso (CONER), na da Secretaria de Estado da Educação, com a Comissão Central de Ensino Religioso (COMCER), ou na da Superintendência Regional de Ensino (SRE), com a Comissão Regional de Educação Religiosa (CRER). Esta, como instrumento de atuação direta com os municípios, imprimiu uma proposta baseada nos princípios cristãos, reproduzindo o programa estabelecido pelo Estado que defendia a escola laica, aberta a todos, com respeito à diversidade, mas com ênfase no cristianismo por constar como religião da maioria dos brasileiros e base da cultura mineira. A investigação permitiu identificar que a legislação vigente em Minas Gerais, a 15.435/2005, alterada por duas vezes em 2014, delimitou a atuação dos cursos de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso que, em Mariana e Ouro Preto, são oferecidos sob o nome de Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Sem o apoio da Comissão Regional de Educação Religiosa (CRER), no âmbito da Superintendência Regional de Ensino, as capacitações continuam sendo oferecidas de forma institucionalizada, mas não de forma documentada. Com apoio do órgão estatal, as reuniões estiveram centralizadas na pessoa de uma agente pastoral da Arquidiocese de Mariana, que anteriormente participava da estrutura de apoio criada pela Secretaria de Estado da Educação. Nessa perspectiva, os encontros recebiam influência, ainda, dos lugares de realização, pertencentes à Igreja Católica, permeados de símbolos e significados religiosos cristãos.

Nas observações que se deram nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso e na pesquisa documental concluiu-se que os eventos receberam forte influência do catolicismo, seja nos materiais socializados pela coordenadora e professores ou pelo lugar de realização das reuniões. Embora enaltecidas documentalmente ou durante as capacitações, o respeito às crenças e a abertura ao diálogo e ao ecumenismo não se concretizavam. Seja pela abordagem quase que folclórica das religiões indígenas e orientais, seja pela ausência de lideranças religiosas que pudessem falar de sua própria identidade. A ausência do candomblé, da umbanda, do espiritismo, do ateísmo e do agnosticismo, entre outras denominações, nos materiais pedagógicos apontou para uma valorização e centralização do cristianismo como prática religiosa. Sob a tutela da Secretaria de Estado da Educação, trata-se, por parte da coordenação dos Encontros, de uma classificação silenciosa, quem sabe até despretensiosa, talvez, mas incisiva sobre o que é e o que não é religião.

Considerando que tais encontros estão incorporados como ferramentas de capacitação na Superintendência Regional de Ensino, recebendo professores da rede municipal e estadual, os eventos não podem operar sem observar a laicidade do Estado brasileiro, como forma de permitir a manifestação da diversidade religiosa. A ausência de acompanhamento severo e estratégico por parte da SRE/OP, ainda que a parceria seja institucionalizada e não formalizada, cria um ambiente favorável para apropriação do Ensino Religioso sob uma vertente confessional. As escolas públicas são os espaços de promoção do bem e devem ser protegidas de interesses particulares (DINIZ, 2010).

Seja no ambiente escolar ou na formação de professores, o proselitismo religioso deve ser combatido, e a diversidade religiosa deve ocupar seu espaço de forma que seja garantido às religiões e correntes de pensamento a manifestação sobre a sua própria identidade. Dessa forma, o respeito à diversidade, às religiões e às crenças estaria acontecendo, num processo que permitiria, talvez, a prática do diálogo inter-religioso que ultrapassasse os muros do ecumenismo cristão. No caso específico dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, em Mariana e Ouro Preto, pode se afirmar que, embora a laicidade esteja prevista no ordenamento jurídico, o Estado não tem cumprido o seu papel no sentido de garantir a igualdade entre as religiões e correntes de pensamento no campo da formação de professores do Ensino Religioso. Pode-se afirmar que tais Encontros de Metodologia e Filosofia não formam professores para a diversidade religiosa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ATEUS E AGNÓSTICOS. Perguntas e Respostas. Disponível em: < <http://atea.org.br/index.php/aea>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

ATLAS DIGITAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE MINAS GERAIS. Inscrito no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional. Disponível em: <<http://www.atlasdigitalmg.com.br>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

AZEVEDO, Fernando de *et. al.* Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores 1953. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 15, n. 44, p.282-299, maio/ago. 2010.

_____.Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de condorcet. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 735-762, set. 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec69.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2012.

_____. Câmara dos Deputados. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____.Câmara dos Deputados. Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9475-22-julho-1997-365391-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____.Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Diversidade religiosa e direitos humanos: reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade. Marga Janete Ströher, Deise Benedito, Nadine Monteiro Borges (Orgs.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAETANO, Maria Cristina. *O Ensino Religioso e a Formação de seus Professores: dificuldades e perspectivas*. 2007. 386 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CAPEZ, Fernando. *Laicidade não significa hostilidade contra fé*. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-01/nao-religiao-oficial-nao-significa-hostil-crencas>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diálogo Inter-Religioso*. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/articulistas/dom-luiz-demetrio-valentini/13057-dialogo-inter-religioso>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CORALINA, Cora. Pensador. Frases e Pensamentos. Disponível em: <<http://pensador.uol.com.br/frase/ODIyMTE3/>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa*. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. *Metodologia Científica*. Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio; CAVALIERE, Ana Maria. O Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: PAIXÃO, Lea. P.; ZAGO, Nadir. (Org.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2011. p.110-127.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Religiões: A descolonização religiosa da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p. 183-213, set/out/nov/dez. 2004.

DANTAS, Douglas Cabral. *O Ensino Religioso na Rede Pública Estadual de Belo Horizonte, MG: história, modelos e percepções de professores sobre formação e docência*. 2002. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Ed Atlas SP, 1995.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt; LUI, Janaína de Alencar. O ensino religioso e a interpretação da lei. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 237-252, jan./jun. 2007.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e Ensino Religioso no Brasil*. Brasília: Letras Livres/ EdUnB/ UNESCO Brasil, 2010.

ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, Espaço e Subjetividade - A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

FISCHMANN, Roseli. *Estado Laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil - Santa Sé*. São Paulo: Factash Editora, 2012.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Minas Gerais. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=censodemog2010_relig>. Acesso em: 17 mar. 2014.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério. *O Ensino Religioso é área de conhecimento? Por quê? O que é uma área de conhecimento?* Grupo de Pesquisa, Educação e Religião. Disponível em: <http://www.gper.com.br/index.php?sec=biber&secaoId=8&categoriaId=32>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério; RODRIGUES, Edile Fracaro. A identidade do Ensino Religioso no contexto da laicidade. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 47-59, out./dez. 2010.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. A laicidade (s) e república (s): As liberdades face à religião e ao Estado. XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2009. *Anais...* Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=371%3Aana-is-do-encontro-frs-gts-mrs-e-sps-&catid=1021%3A33o-encontro&Itemid=229>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____. Estado versus igreja: teoria e prática da laicidade “à francesa”. XXXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG. 2012. *Anais...* Disponível em: <portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=438%3Aanais-do-encontro-mrs-gps-sps&catid=62%3A35o-encontro&Itemid=353>. Acesso em: 19 mar. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber*. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: UFMG, 1997.

LEMOS, Paulo (Org.). *OURO PRETO - 300 anos de imagem*. Ouro Preto: LEGraphar, 2011.

LIMA, Adriano Gouveia; TORRES, Mayza Morgana Chaves. Estado laico e símbolos pseudo-oficiais. In: *Revista do Ministério Público*. Ministério Público do Estado de Goiás. Goiânia, n. 20, p.17-26, jan./dez. 2010. - Goiânia : ESMP-GO.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análises do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, RS v. 16, n. 2, p. 23-30, maio/ago. 2012.

MARQUES, Luciana Pacheco. Cotidiano Escolar e Diferenças. *Educ. Foco*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 101-117, mar./ jun. 2012.

_____. As diferenças na educação. *Revista de Educação do Congeime*, São Paulo, ano 16, n. 30, junho/2007.

MINAS GERAIS. Agência Minas. *Educação inaugura prédio restaurado da SRE de Ouro Preto*. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/educacao-inaugura-predio-restaurado-da-sre-de-ouro-preto-2/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Assembleia Legislativa. Lei n. 15.434, de 5 de janeiro de 2005. Dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino. *Minas Gerais Diário do Executivo*, Belo Horizonte, MG, 6 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2005&num=15434&tipo=LEI>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. Assembleia Legislativa. Lei 21.133, de 10 de janeiro de 2014. Altera a lei n° 15.434, de 5 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21133&comp=&ano=2014>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

_____. Assembleia Legislativa. Lei 21.333, de 26 de junho de 2014. Dispõe sobre o prêmio por produtividade em metrologia legal e qualidade industrial de produtos, institui a gratificação pelo desenvolvimento de atividade de fiscalização, cria a carreira de médico universitário no âmbito da universidade estadual de Montes Claros – Unimontes – e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21333&ano=2014&tipo=LEI>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Programa para o Ensino Religioso*. 1997.

MONTERO, Paula. Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: Repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p.167-183, 2012.

MONTERO, Paula; ALMEIDA, Ronaldo de. Trânsito Religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.edulaica.net.br>>. Acesso em: 1º mai. 2014.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - ENSINO RELIGIOSO. Fórum Nacional de Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola - Minas Gerais, anos 30. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v.17, p.56-63, jun.1993.

RANQUETAT, Cesar Ranquetat Jr. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Tempo da Ciência*, v. 15, n. 30, p. 59-72, 2008.

SANCHES, Wagner Lopes. *Pluralismo Religioso*. As religiões no mundo atual. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. *Pluralismo religioso: entre a diversidade e a liberdade*. 2010. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - Superintendência Regional de Ensino; ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Planejamento: Proposta para 1ª à 4ª série - 1º ao 5º ano/Ensino Religioso - Básico para a construção a paz é o respeito às diversas crenças" para o Ensino Fundamental. Ouro Preto: [s.n.], 20-?.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - Comissão Central de Educação Religiosa - COMCER: Orientação n.1/2000 da COMCER. Belo Horizonte, 2000.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Ambiente como Elemento de Comunicação. *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación*. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/gt12.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, Editora UFPR, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, Ailton Trindade da. *O Ensino Religioso no Sistema Público de Ensino: Uma proposta para a formação do profissional docente*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Escola e discriminações: Negros, Índios, Cultura Erudita. In: SOARES, Leôncio *et al.* *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 771p.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

REES, Dilys Karen; MELLO, Heloísa Augusta Brito de. A investigação etnográfica na sala de aula de segunda língua/língua estrangeira. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 30-50, jun. 2011.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O conceito de lugar. *Arquitextos*, Vitruvius, São Paulo, ano 0, n. 87.10, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

RELATORIA DE DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO. Informe Preliminar. In: *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*. 2010. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/321_Informe%20preliminar%20Miss%C3%A3o%20Intoler%C3%A2ncia%20Religiosa.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2014.

RIBEIRO, Antônio Carlos. Ecumenismo: perspectiva eclesiológica. Das grandes rupturas ao debate ecumênico atual. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 127-152, jan./mar. 2011.

ROJAS, Raúl Soriano. *Manual de Pesquisa Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Rev. Bras. Ci. Soc.* São Paulo, v.22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VARELLA, Drauzio. *Intolerância religiosa*. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/drauzio/intolerancia-religiosa/>>. Acesso em: 1º mai. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da Inclusão Escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, Século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 263-286, abr. 2010.

VIEIRA, Luciano Pereira *et al.* Igreja - sociedade política: a importância, o poder e a manifestação do aspecto político e jurídico. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 42, 1º jun. 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/66>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

XAVIER, Mateus Geraldo. *Contribuição do ensino religioso no acesso à fé*. Uma leitura teológico-pastoral. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

APÊNDICE**APÊNDICE A – Questionário Aplicado às Professoras****Pesquisa Mestrado em Educação – UFOP****Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos****Questionário**

Esta entrevista tem por objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado sobre o Ensino Religioso Escolar que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Solicito sua colaboração voluntária com respostas que possam contribuir para o objetivo desta investigação. Assim que a pesquisa for finalizada, você terá acesso aos resultados através de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto.

A qualquer momento você poderá obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP.; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones (31) 3559-1368 ou 1370.

Obrigado por sua participação.

Nome _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Idade ____ Sexo: () M () F
 Cidade _____ onde
 trabalha _____ Estado: _____
 Telefone: _____ celular: _____
 E-mail: _____

1. **Você se considera:** () pardo/a () preto/a () branco/a () amarelo/a
 () indígena () Outros: _____
2. **Religião:** () Católica () Evangélica () Pentecostal () Testemunha de Jeová
 () Espírita () Espiritualista () Umbanda () Candomblé () Judaica ()
 Budismo () Orientais () Esotérica ()
 Outra: _____
3. **Atualmente, qual é a sua situação funcional?**
 () Efetivo concursado () Contrato temporário
4. **Qual é a sua formação?** _____
5. **Possui Pós-graduação?** _____ **Qual?** _____
6. **Você leciona há quanto tempo?** _____
E no Ensino Religioso? _____
7. **Trabalha em quantas escolas (citar municipal, estadual, particular):**

() uma () duas () três ou mais

_____ desde: _____
_____ desde: _____
_____ desde: _____

8. Há quanto tempo participa dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso? _____

9. De que forma estes Encontros de Metodologia e Filosofia contribuem para sua prática docente em sala de aula?

10. O que te motiva a participar dos Encontros?

11. Você já testemunhou ou vivenciou situações de preconceito (racial, gênero, religioso) na sala de aula entre os alunos ou por parte de seus colegas professores?

12. O fato de as cidades de Mariana e Ouro Preto possuírem monumentos e tradição religiosa facilita a sua abordagem sobre o Ensino Religioso Escolar?

13. Em que local você tem o costume de participar dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso? Qual sua avaliação sobre o espaço onde são realizadas estas reuniões?

14. Em sua avaliação, qual é o papel da disciplina de Ensino Religioso?

15. Quais religiões estão representadas em sua sala de aula a partir do credo religioso professado por seus alunos?

16. Existe algum aluno ateu ou agnóstico? _____

17. De que forma você trabalhada a diversidade religiosa em sala de aula?

18. Como você explicaria a laicidade no Estado Brasileiro?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas para as professoras

Pesquisa Mestrado em Educação – UFOP

Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

Esta entrevista tem como objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado sobre o Ensino Religioso Escolar que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Solicito sua colaboração voluntária com respostas que possam contribuir para o objetivo desta investigação.

A fim de evitar constrangimentos, além de assegurar a confidencialidade dos dados que ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, também atribuirei nome fictício para você, visando manter o anonimato.

Assim que a pesquisa for finalizada, você terá acesso aos resultados através de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto.

A qualquer momento você pode obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones 31 3559-1368 ou 1370.

Obrigado por sua participação.

Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____ **Idade:** ____ **Sexo:** () M () F
Escola onde trabalha _____

1. Qual é a sua formação docente? Possui especialização? Qual?
2. Por que você escolheu ser professor de Ensino Religioso? Há quanto tempo trabalha nesta área?
3. Em sua avaliação, qual a importância da disciplina Ensino Religioso para os estudantes?
4. Qual sua avaliação em relação a participação dos alunos nas aulas de Ensino Religioso?

5. Por que você participa do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?
6. Quais práticas e/ou informações dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso você utiliza no dia a dia em sua prática docente?
7. Você participa de outros eventos de formação, a exemplo dos Encontros de Metodologia? Quais? Quem oferece?
8. A partir do convívio escolar, como você percebe a visão de seus colegas professores em relação a disciplina Ensino Religioso?
9. O fato de as cidades de Mariana e Ouro Preto possuírem monumentos e tradição religiosa facilita a sua abordagem sobre o Ensino Religioso Escolar?
10. Você se preocupa em identificar a opção religiosa dos alunos? Por quê?
11. De que forma você aborda a diversidade religiosa durante as aulas de Ensino Religioso?
12. Você já testemunhou preconceitos de natureza religiosa ou de outra ordem na escola?
13. Você percebe a interferência de alguma instituição religiosa na prática escolar?
14. Como você explicaria a laicidade no Estado Brasileiro?
15. Sabe informar se a biblioteca da escola onde trabalha possui livros e/ou periódicos relacionados a laicidade do Estado Brasileiro e a diversidade religiosa? Poderia indicar algum?
16. Sem a presença de material didático distribuído pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, você se sente preparado (a) para ministrar a disciplina Ensino Religioso? Justifique.
17. Você pertence a alguma denominação religiosa? Qual?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE – Professoras

PESQUISA: Ensino Religioso Escolar - Mestrado em Educação – UFOP**Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Esta entrevista sobre o Ensino Religioso Escolar, que o Sr (a) está participando de forma voluntária, tem o objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Uma das razões principais para a condução desta pesquisa é a oportunidade de se conhecer os processos relacionados aos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Com sua permissão, a entrevista será gravada e terá a duração entre 10 e 45 minutos. A fim de evitar constrangimentos, além de assegurar a confidencialidade dos dados que ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, também atribuirei nome fictício para o Sr. (a), visando manter o anonimato.

Assim que a pesquisa for finalizada, o Sr (a) terá acesso aos resultados através de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto.

A qualquer momento o Sr (a) poderá obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones 31 3559-1368 ou 1370.

Ciente, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de sua participação nesta pesquisa.

Mariana, 08 de março de 2014.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do entrevistador - Gláucio Antônio Santos

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Coordenadora dos Encontros
de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso

PESQUISA: Ensino Religioso Escolar - Mestrado em Educação – UFOP

Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Esta entrevista sobre o Ensino Religioso Escolar, que o Sr (a) está participando de forma voluntária, tem o objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Uma das razões principais para a condução desta pesquisa é a oportunidade de se conhecer os processos relacionados aos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Com sua permissão, a entrevista será gravada e terá a duração entre 30 e 90 minutos. Assim que a pesquisa for finalizada, o Sr (a) terá acesso aos resultados por meio de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto. Os dados ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto.

A qualquer momento o Sr (a) poderá obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones (31) 3559-1368 ou 1370.

Ciente, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de sua participação nesta pesquisa.

Mariana/MG, 25 de março de 2014.

Sueli de Souza Soares - Entrevistada

Gláucio Antônio Santos - Entrevistador

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista - Coordenadora dos Encontros de Metodologia e
Filosofia do Ensino Religioso

Pesquisa Mestrado em Educação – UFOP

Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA - Sueli de Souza Soares

Esta entrevista tem por objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado sobre o Ensino Religioso Escolar, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Solicito sua colaboração voluntária com respostas que possam contribuir com esta investigação.

Os dados desta pesquisa ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Assim que a pesquisa for finalizada, você terá acesso aos resultados através de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto.

A qualquer momento você pode obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones 31 3559-1368 ou 1370.

Obrigado por sua participação.

Nome: _____
Data de nascimento: ____ / ____ / ____ **Idade:** ____ **Sexo:** () M () F
Escola onde trabalha _____

1. Qual é a sua formação docente? Possui especialização? Qual?
2. Por que a Sra. escolheu ser professora de Ensino Religioso? Há quanto tempo trabalha nesta área?
3. O que te motiva a atuar como Articuladora do Ensino Religioso? Articuladora não é o mesmo que coordenadora?

4. Em sua avaliação, qual a importância da disciplina Ensino Religioso para os estudantes?
5. Como nasceram os Encontros de Ensino Religioso e há quanto tempo existem em Ouro Preto e Mariana?
6. Por que em Ouro Preto e Mariana se deu o nome de Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?
7. A Sra. participa de eventos de formação na área do Ensino Religioso? Quais? Quem oferece?
8. Diante da abrangência da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto, porque poucas professoras de Ensino Religioso participam dos Encontros, com quórum entre 5 e 10? Na sua visão, porque não há a participação de homens?
9. Os professores recebem em cada Encontro uma pauta com a declaração de participação e a descrição de carga horária. Qual a necessidade destas informações? O Encontro tem como proposta ser um curso de capacitação/qualificação?
10. Como é a sua preparação para a definição de temas e dinâmicas para a realização dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?
11. Qual é o perfil religioso dos professores que participam dos Encontros de Ensino Religioso?
12. Nos Encontros, em alguns momentos, as professoras socializam textos e experiências da sala de aula. Como articuladora, qual é a sua avaliação sobre este processo?
13. A Sra. acredita que esta socialização de materiais e experiências são transformadas em práticas pedagógicas para a sala de aula? Por quê?
14. A Sra. sempre afirma nos Encontros que a religião é inerente ao ser humano. E o que a Sra. diria sobre aqueles que não tem religião ou que não crêem em Deus?
15. Nas pautas dos Encontros e durante os eventos sempre é exposto que a reunião (o Encontro) é aberta ao diálogo e ao ecumenismo. Qual é o conceito de ecumenismo compreendido pela coordenação dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?

16. De que forma este diálogo e ecumenismo acontece na prática?
17. Por que os Encontros de Ensino Religioso não aprofundam em temas ligados a outras religiões (ou formas de diálogo com o transcendente) fora do cristianismo, como as matrizes africanas, o islamismo, o judaísmo e o espiritismo, além da crença indígena?
18. A laicidade no Estado Brasileiro também é um tema ausente nas pautas dos Encontros de Ensino Religioso. Por quê?
19. Sem a presença de material didático distribuído pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Sra. acredita que os professores estão preparados para ministrar a disciplina Ensino Religioso?
20. Num outro momento, a Sra. afirmou que os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso em Ouro Preto e em Mariana são fruto de parceria entre a Arquidiocese de Mariana e a Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto. Estas instituições fazem acompanhamento sistemático das reuniões? De que forma?
21. Por que os Encontros de Ensino Religioso são realizados em espaços da Arquidiocese de Mariana - no Centro Arquidiocesano de Pastoral, na cidade de Mariana, e na sala da Sociedade São Vicente de Paulo, no prédio do Centro de Formação Humana, na cidade de Ouro Preto?
22. A Sra. acredita que os Encontros de Ensino Religioso nestes espaços da Arquidiocese são empecilho para participação de professores ou lideranças ligados a outras denominações religiosas?
23. A Sra. pertence a alguma denominação religiosa? Qual?

APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Superintendente Regional de
Ensino de Ouro Preto

PESQUISA: Ensino Religioso Escolar - Mestrado em Educação – UFOP

Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Esta entrevista sobre o Ensino Religioso Escolar, que o Sr (a) está participando de forma voluntária, tem o objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Uma das razões principais para a condução desta pesquisa é a oportunidade de se conhecer os processos relacionados aos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso.

Com sua permissão, a entrevista será gravada e terá a duração entre 30 e 90 minutos. Assim que a pesquisa for finalizada, o Sr (a) terá acesso aos resultados por meio de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto. Os dados ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto.

A qualquer momento o Sr (a) poderá obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro CEP; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones (31) 3559-1368 ou 1370.

Ciente, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de sua participação nesta pesquisa.

Mariana/MG, 27 de março de 2014.

Iracema Ana D'Arc Pedrosa- Entrevistada

Gláucio Antônio Santos - Entrevistador

APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista – Superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto

Pesquisa Mestrado em Educação – UFOP

Pesquisador responsável: Gláucio Antônio Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Superintendência Regional de Ensino (SRE) - Ouro Preto

Esta entrevista tem por objetivo a coleta de dados para a pesquisa de Mestrado sobre o Ensino Religioso Escolar, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Solicito sua colaboração voluntária com respostas que possam contribuir com esta investigação.

Os dados desta pesquisa ficarão sob a guarda do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Assim que a pesquisa for finalizada, você terá acesso aos resultados através de publicações acadêmicas e seminários que poderão ser realizados nas cidades de Mariana e/ou Ouro Preto.

A qualquer momento você pode obter informações comigo e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Universitário Morro do Cruzeiro Cep; 35400-000 – Ouro Preto – MG - Fones 31 3559-1368 ou 1370.

Obrigado por sua participação.

Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____ **Idade:** ____ **Sexo:** () M () F
Cargo e local de trabalho: _____

1. Em sua avaliação, qual a importância da disciplina Ensino Religioso para os estudantes?
2. Como se deu a parceria entre a SRE Ouro Preto e a Arquidiocese de Mariana para a realização dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?
3. Esta parceria foi celebrada em que data? É possível termos cópia dos documentos referentes a esta parceria/convênio?

4. Por que estes eventos receberam o nome de Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso?
5. Os professores recebem em cada Encontro uma pauta com a declaração de participação e a descrição de carga horária. Qual a necessidade destas informações? O Encontro tem como proposta ser um curso de capacitação/qualificação?
6. A SRE orienta os professores de Ensino Religioso a participarem do Encontro? Por quê?
7. Há algum acompanhamento da SRE sobre os trabalhos desenvolvidos pela Articuladora ou em relação a presença dos professores? De que forma? Que avaliação a SRE faz sobre o desenvolvimento e o desempenho dos envolvidos nestas duas questões?
8. Nos Encontros, em alguns momentos, as professoras socializam textos e experiências da sala de aula. Como a SRE avalia esta prática?
9. Sem a presença de material didático distribuído pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, os professores de Ensino Religioso estão preparados para ministrar a disciplina?
10. Por que os Encontros de Ensino Religioso são realizados em espaços da Arquidiocese de Mariana - no Centro Arquidiocesano de Pastoral, na cidade de Mariana, e na sala da Sociedade São Vicente de Paulo, no prédio do Centro de Formação Humana, na cidade de Ouro Preto?
11. O fato de os Encontros de Ensino Religioso serem realizados nestes espaços católicos, alguma vez, foi alvo de questionamento? Em sua opinião, os eventos nestes locais não ferem o princípio da laicidade no Estado Brasileiro, correndo-se o risco de haver a prática de proselitismo religioso?
12. Quantos professores de Ensino Religioso atuam nas escolas de Ouro Preto e Mariana? E nas cidades de abrangência da SRE Ouro Preto?
13. Existe alguma orientação/recomendação da Secretaria de Estado da Educação à SRE Ouro Preto ou projeto pedagógico referente a disciplina Ensino Religioso? É possível termos cópia?

14. Durante os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso e na própria pauta dos eventos é apresentado que a reunião é aberta ao diálogo e ao ecumenismo. Como a SRE Ouro Preto compreende o ecumenismo e a abertura ao diálogo?
15. A senhora pertence a alguma denominação religiosa? Qual?

ANEXO

PLANEJAMENTO

Proposta para 1ª à 4ª SÉRIE- 1º ao 5º ano

ENSINO RELIGIOSO

“Básico para a construção a paz é o respeito às diversas crenças.”

OBJETIVO GERAL

DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA É O PRINCIPAL OBJETIVO DO ENSINO RELIGIOSO, QUE TEM COMO PRINCIPAL META A BUSCA DO SENTIDO PRIMEIRO E ÚLTIMO DA VIDA.

Numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes Tradições Religiosa, mas também os que não pertencem a nenhum grupo religioso, ou Igreja, e até mesmo os que dizem não ter crença alguma.

Todos deverão encontrar na escola

- Os fundamentos para valorizar sua crença e respeitar a dos outros.
- Os elementos presentes no íntimo de seu ser, dentre os quais o desejo de prosseguir além do aqui - agora, os questionamentos sobre as razões de seu existir e de optar pela vivência de valores fundamentais, como seres imanescentes, na busca do transcendente.

ENSINO RELIGIOSO É ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA VIDA..

COMPETÊNCIAS A SEREM ADQUIRIDAS

- O desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola.
- A consciência do eu para abertura ao outro de forma a construir sua identidade.
- Superação dos conflitos entre o consciente e o inconsciente.
- **Valorização de si mesmo e do outro no respeito as suas diferenças. (raciais... de crença)**
- **Redimensionamento do eu nos diversos grupos**
- Compreender que a família hoje, não pode ser entendida só a partir de laços biológicos , pois as pessoas se agrupam e convivem no dia a dia , buscando suas realizações de outras formas.

- **Reconhecer na escola um dos melhores espaços de convivência entre educandos e educadores, comunidade local, famílias ENTIDADES RELIGIOSAS E OUTROS SETORES, ONDE AS ATITUDES DE RESPEITO, SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA concorram para a formação da concepção de Pátria, favorável ao exercício da cidadania.**
- **Construção da identidade no dia a dia. Identidade, pessoal, social, afetiva e sexual.**
- Reconhecer que a presença do outro, não os fazem sair de si mesmo. São porém situações fundamentais para sua vida. O outro possibilita a construção da identidade.
- segurança, conquistada em parceria, num processo interativo.
- Reconhecer-se alguém dotado de conhecimento, vontade, liberdade, que possibilitam a realização como um ser pessoal e existencial.
- **Reconhecer-se livre tomando consciência da liberdade, como característica do ser humano e a exercita como alguém que : possibilita a realização como pessoa;**
- Fortalecer a vontade para o respeito ao outro, reconhecendo-o no seu direito de também realizar-se como pessoa.
- Alguém portador de dons que possibilitam sua realização pessoal, como: ser criativo, apto a desenvolver tendências natas;
- Ser lúdico voltado para o que aspira como conquista
- Vocacionado à realização como ser pessoal e social.
- Consciência de si, aqui – agora, voltado para a busca do sempre mais e do seu vir a ser sempre, o que lhe permite a concepção da plenitude do ser.
- Contribuir para a compreensão da vida como um todo e reconhecer o sinal da presença de Deus no mundo e nas pessoas.
- Perceber a gratuidade dos dons recebido e sua razão de ser, predispondo-se a abertura ao transcendente e a acolhida aos dons de Deus.
- Reconhecer-se alguém que busca o significado da existência, no convívio com os demais, como ser cultural e sócio – político.
- Reconhecer-se alguém que tem o direito a uma educação de qualidade, onde a dimensão religiosa tenha o seu espaço garantido e assumido, como direito do cidadão e dever do estado.
- Ter esperança

Conteúdos 1ª à 4ª séries – 1º ao 5º ano.

- Conteúdos geradores e iluminadores do processo educativo: em função do cidadão concebido como sujeito do seu desenvolvimento e da busca da realização como pessoa.
- Que favoreçam a busca da humanização do ambiente escolar, possibilitando uma educação para a vivência dos valores comuns a todos os credos.
 - a honestidade
 - a solidariedade
 - o senso crítico
 - a criatividade
 - a justiça
 - a participação consciente
 - a disposição para o perdão
 - a esperança
 - a perseverança na prática do bem.
 - **O respeito** ao Sagrado,
à Vida,
ao Outro
À Natureza
Aos bens comuns e à Cultura
- A fé
- A meditação
- A alegria
- A celebração da vida
- O diálogo e a comunicação

- A partilha
- A gratuidade
- A responsabilidade
- A gratidão - Outros...

Conteúdos que desafiem educandos e educadores para a pesquisa, a observação e o aprofundamento de aspectos fundamentais e existenciais.

- Favoreçam a busca de respostas para os questionamentos existenciais do educando (Eixos de natureza antropológica. QUEM SOU EU? DE ONDE VENHO, QUE SENTIDO TEM A MINHA EXISTÊNCIA.
- Orientem o educando para a busca da verdade.
- Tenham como eixo a busca do transcendente (Deus), evitando o proselitismo e favorecendo a unidade.

Trabalhar os Eixos de natureza Antropológica e fazer um paralelo de como respondem as ciências e as religiões. (ver Programa a de Ensino pág.34 e 35.

Respectivos Conteúdos:

- O educando questiona reflete: **Quem sou eu?**
- E responde: **Sou gente que percebe**, reconhece ,sente,questiona,ama, decide, cria.
- Sou alguém importante / sei que sou tenho um nome
- Sou gente logo percebo-me diferente das coisas e dos animais.
- Sou alguém a conviver com os outros.
- Sou alguém que observa, participa, comunica.
- Portanto alegra-se pelas qualidades e sucessos dos outros
- Entristece-se quando o outro está triste, é maltratado.
- Sou alguém que distingue o que faz bem às pessoas do que faz mal.
- Sou gente que expressa o sentimento através de símbolos do relacionamento humano.
- Fala, gestos, expressões corporais, escrita, desenhos,modelagens, seleção dos objetos.
- Sou gente que admira, preserva, recria.
- Sou alguém capaz de conviver comigo mesmo
- Sou alguém capaz de conviver com o outro
- Sou capaz de reconhecer o meu corpo e respeitá-lo
- Sou alguém capaz de conviver em grupo e por isso reconhece o outro como pessoa humana.
- Sou alguém que tem uma família e busca a justiça e a paz
- A Escola promove a Paz.
- A Sociedade busca e constrói a Paz.
- Os cristãos se organizam em comunidades para conhecer e realizar o projeto de Jesus. Procuram assumir a proposta libertadora de Jesus.
- **A Bíblia principal livro de apoio e orientação para os cristãos.**
- **Outras religiões que se organizam de acordo com os seus fundadores e buscam orientações em seus livros sagrados.**

Judaísmo, Budismo, Islamismo, Hinduismo, confucionismo, outras.

Diversos **grupos religiosos como Seicho-no-iê, Hare Krishna, buscam a paz. E muitas pessoas buscam a paz em filosofias de vida tais como:**

Espiritismo, Maçonaria, Teosofia, Yoga e outras.

Sugestões para possibilitar a ação pedagógica frente a integração das disciplinas:

Leitura, interpretação e encenação de textos bíblicos que destacam o gesto característico de Jesus ao tomar o pão abençoá-lo e repartí-lo.

- **A Última Ceia** Mt 26,17-29 ou Mc 14,12-25
- **Os Amigos de Emaús** Lc. 24, 13-31

Confecção de murais ou álbuns destacando o momento em que as pessoas comem e repartem.
Contato com a Bíblia

Os conteúdos de Ensino Religioso devem ser trabalhados principalmente nas séries iniciais de forma interdisciplinar.

Referência Bibliográfica:

Parâmetros Curriculares do E.R.E./

Programa de Ensino do E.R.E.

Bíblia/

Const. Federal// LDB ...

CONIC Conselho Nacional das Igrejas Cristãs

*

PLANEJAMENTO

5ª a 8ª Série/ 1º ano do Ens. Médio
6º ano ao 9º ano, 1º ano Ensino Médio

ENSINO RELIGIOSO

1º ao 5º ano

Professor (a)
Escola:

“Só haverá paz no mundo quando houver paz entre as religiões”

OBJETIVO GERAL

DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUËNTA A ESCOLA É O PRINCIPAL OBJETIVO DO ENSINO RELIGIOSO, QUE TEM COMO PRINCIPAL META A BUSCA DO SENTIDO PRIMEIRO E ÚLTIMO DA VIDA..

Numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes Tradições Religiosa, mas também os que não pertencem a nenhum grupo religioso, ou Igreja, e até mesmo os que dizem não ter crença alguma.

Todos deverão encontrar na escola

- Os fundamentos para valorizar sua crença e respeitar a dos outros.
- Os elementos presentes no íntimo de seu ser, dentre os quais o desejo de prosseguir além do aqui - agora, os questionamentos sobre as razões de seu existir e de optar pela vivência de valores fundamentais, como seres imanescentes, na
- busca do transcendente.

ENSINO RELIGIOSO É ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA VIDA..

COMPETÊNCIAS A SEREM ADQUIRIDAS :

- O desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola.
- A consciência do eu para abertura ao outro de forma a construir sua identidade.
- Superação dos conflitos entre o consciente e o inconsciente.
- É a função transcendente que produz a superação da tensão existente entre a firmeza do ego arraigado na consciência e o impulso oposto do inconsciente em subjugar a consciência Surge uma espécie de símbolo unificador (movimento) em que ocorre a superação dos conflitos. Um novo caminho encontrado, uma nova imagem, uma expectativa de plenitude e de outras manifestações da sensibilidade humana. Tais manifestações são assim, religiosas por natureza.
- **Valorização de si mesmo e do outro no respeito as suas diferenças. (raciais... de crença)**
- **Redimensionamento do eu nos diversos grupos**
- Compreender que a família hoje, não pode ser entendida só a partir de laços biológicos , pois as pessoas se agrupam e convivem no dia a dia , buscando suas realizações de outras formas.
- **Reconhecer na escola um dos melhores espaços de convivência entre educandos e educadores, comunidade local, famílias ENTIDADES RELIGIOSAS E OUTROS SETORES, ONDE AS ATITUDES DE RESPEITO, SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA concorram para a formação da concepção de Pátria, favorável ao exercício da cidadania.**
- **Construção da identidade no dia a dia. Identidade, pessoal, social , afetiva e sexual.**
- Reconhecer que a presença do outro, não os fazem sair de si mesmo. São porém situações fundamentais para sua vida.
- segurança, conquistada em parceria, num processo interativo.
- Reconhecer-se alguém dotado de conhecimento, vontade, liberdade, que possibilitam a realização como um ser pessoal e existencial.
- **Reconhecer-se livre tomando consciência da liberdade, como característica do ser humano e a exercita como alguém que : possibilita a realização como pessoa;**
- Fortalece a vontade para o respeito ao outro, reconhecendo-o no seu direito de também realizar-se como pessoa.

- Alguém portador de dons que possibilitam sua realização pessoal, como: ser criativo, apto a desenvolver tendências natas;
- Ser lúdico voltado para o que aspira como conquista
- Vocacionado à realização como ser pessoal e social.
- Consciência de si, aqui – agora, voltado para a busca do sempre mais e do seu vir a ser sempre, o que lhe permite a concepção da plenitude do ser.
- Reconhecer-se um potencial de habilidades e disposições natas que se desenvolvem ao longo da sua existência.
- Usar a liberdade e realizar-se pessoal e comunitariamente.
- Reconhecer-se alguém que busca o significado da existência, no convívio com os demais, como ser cultural e sócio – político.
- Ter esperança

ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Esta primeira fase faz uma recapitulação da fase anterior, pois o ciclo evolutivo é progressivo e se processa em função da maturidade, sem queima de etapas.

1ª fase: O educando continua a questionar sobre o seu ser aqui – agora.

2ª fase : Sou alguém identificado e reconhecido como ser humano.

3ª fase O outro é alguém semelhante a mim, mas ao mesmo tempo distinto.

CONTEÚDOS 5ª e 6ª série / 6º ao 9º ano.

- Quem sou eu?
- Com quem convivo?
- Como convivo?
- Por quê e responde: Entre mim e o outro há distinção na maneira de :
- Ser
- Pensar
- Agir
- E Relacionar-se, aceitando o outro na sua individualidade , no respeito à liberdade, na valorização das qualidades e no reconhecimento de suas limitações.
- Respeito
- Consciência do cotidiano
- Perdão
- Justiça
- Solidariedade
- Como alguém que continua a questionar : De onde vim? Para onde vou?
- E se coloca diante das Ciências, das Religiões, da sensibilidade humana, na conjuntura cósmica, busca respostas a esse e outros questionamentos.
- Responsabilidade
- O educando questiona e reflete sobre sua vida em relação com o mundo
- Que sentido tem a minha existência?
- De onde vim?
- Para onde vou?
- **Como alguém que pergunta: Onde estou e Com quem? E redescobre que:**
- Em um universo mais amplo, além da interação com o cosmo, ninguém vive sozinho, mas em intensa relação com o seu semelhante,
- **Somos gente, em processo de crescimento, ou condição de homem e mulher.**
- Reconhecendo e convivendo com o próprio sexo como dom natural;
- Predispor-se melhor relacionamento consigo e com o outro.
- Respeito ao próprio corpo e do outro.
- As conseqüências bio- psico sociais
- A medida que crescem respondem a outras questões :
- O que faço aqui e por que?

- Reconhece que não veio ao mundo por acaso:
- Pelo modo de ser, de agir, de pensar, na comunidade local,
- Reconhecendo e optando pelos valores fundamentais para a vida de qualquer cidadão.
- Reconhecem a Deus como pai e os seus semelhantes como irmãos.
- Na religião cada um tem sua maneira de relacionar com o outro absoluto que admitem como Deus.

7ª e 8ª série - e ou 8º e 9º ano

- Quem sou eu
- **Como convivo comigo mesmo e com o mundo, como um sistema orgânico . E responde como um ser existencial e pessoal.**
- **Consciente de que o ser humano :**
- **Distingue-se dos demais seres pela qualidade de vida.**
- Pertence ao grupo dos únicos seres vivos, conscientes de si mesmo como sujeitos.
- Percepção dada ao juízo, apto ao raciocínio. Portador de emoções.
- Suscetível de conhecimentos
- Regido pela vontade.
- Apto ao exercício da liberdade.
- Pensar e agir com justiça diante dos atentados à vida.
- O ser humano é um vir a ser , o que acontece, fazendo-se ser.
- O fenômeno religioso se manifesta das mais variadas formas: pela experiência religiosa de um grupo, pelo modo como as pessoas se relacionam com o sagrado; por ações e gestos cujo sentido transcende as atitudes de quem as pratica.
- **O sentir, o reconhecer, o amar, o odiar, o querer, o distinguir, o optar.**
- Principais Religiões do mundo
- Quem é Jesus Cristo para os cristãos
- A Bíblia
- Percurso de desenvolvimento da religiosidade do ser humano.

Estratégias:

- Trabalhos em Equipes
- Círculo
- Grupos menores
- Grupos maiores
- Técnicas variadas, entre elas de apresentação e integração (linha da vida, dedos, coração...)
(Ver as cinco de 2006)
- Dança Sagrada ou movimento circular...
- Lúdico :Jogos e outros.
- Referências Bibliográficas:
- Const. Federal, LDB, Parâmetros Curriculares e Programa de Ensino Religioso, Bíblia e outros.

Atividades amplas:

- **Trabalho contínuo em prol da Paz**
- **Celebração da Páscoa**
- **Celebração Ecumênica**
- **Celebração da Unidade (semana) (maio)**
- **Gincana**
- **Sarau / Salmo**

- Aniversário da Escola / Festa da Vida
 - Feira cultural (Religiosa)
 - Ação de Graças na Escola e com as demais escolas)
 - Celebração Natal / outros...
-
- Proposta de Planejamento 5ª a 8ª série- 6º ao 9º ano
 - Pontos comuns para 1ª a 4ª série 1º ao 5º ano.

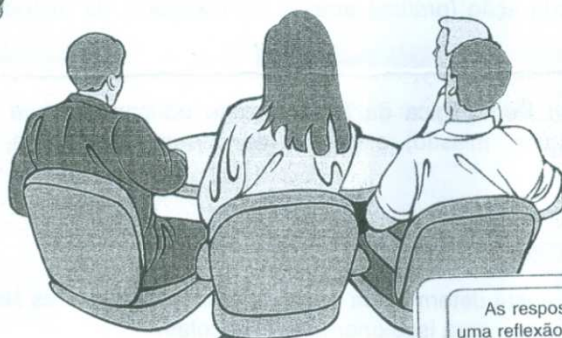
Sueli de Souza Soares
Artic. Do Ensino Religioso Escolar da
Arquidiocese de Mariana (Região Norte)
Jurisdição/ S.R.E / Ouro Preto /SEE-BH

1

Proposta pedagógica



*Sua escola tem uma proposta pedagógica clara?
Você conhece a proposta pedagógica da sua escola?
Como está o Ensino Religioso na proposta pedagógica da sua escola?
Você participou da construção dessa proposta?*



As respostas a questões como estas remetem a uma reflexão sobre a natureza e o conteúdo de uma proposta pedagógica, que se caracteriza por ser um conjunto de princípios, de diretrizes que orientam o planejamento e a ação da escola. Assim, a escola nela se reflete, com suas posturas, seus valores, suas opções pedagógicas a respeito de todo o processo educativo.

(Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental instituídas pela Resolução nº 2/98 – CEB.)

A década de 90 foi marcada por dois novos desafios para a escola: a descentralização e a integração.

Colaborou, para isto, de modo significativo, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9.394/96) que promulga a tão decantada autonomia da escola e as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental que visam assegurar uma integração nacional, ainda que a política dos Parâmetros (PCN) busque isto.

Portanto, com o ano 2000 nasce a preocupação e a ocupação com a construção da Proposta Pedagógica da Escola a partir:

- da LDBEN 9.394/96;
- das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Você já deve estar inteirado sobre uma proposta pedagógica.

Sem perder de vista o conteúdo da Resolução nº 2 do CNE-CEB, que orienta as Propostas Pedagógicas, é importante lembrar que toda proposta pedagógica:

- *reflete uma linha, um jeito de pensar e compreender a realidade ou o objeto do conhecimento – (filosofia);*
- *é uma direção onde se quer chegar – (objetivo);*
- *encaminha uma organização, um processo para se chegar lá – (pedagogia);*
- faz acontecer uma determinada ação (prática) através do conteúdo, da metodologia e do sistema de avaliação.



A construção da Proposta Pedagógica da Escola exige educadores que tenham pontos de partida (princípios, missão) e pontos de chegada (objetivos, metas) comuns.



que a proposta pedagógica está determinada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental que para isso orientam as escolas?



A proposta pedagógica é uma construção do trabalho coletivo da escola.

RESOLUÇÃO CEB Nº 2 DE 7 DE ABRIL DE 1998

(Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art.9º § 1º, Alínea “c” da Lei n.º 9131 de 25 de novembro de 1995 e o Parecer n.º CEB 004/98, de 29 de janeiro de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a serem observadas na organização curricular das unidades escolares integrantes dos diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Diretrizes Curriculares Nacionais são o conjunto de definições doutrinárias sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação, que orientarão as Escolas Brasileiras dos Sistemas de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas Propostas Pedagógicas.

Art. 3º São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

I – As Escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

- a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática;
- c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade e da diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

II – ao definir suas Propostas Pedagógicas, as Escolas deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

III – as Escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação entre os processos de conhecimento, como os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

.....

IV – Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise estabelecer a relação entre a Educação Fundamental e:

a) a **Vida cidadã** através de sua articulação entre vários dos seus aspectos como:

1. a Saúde
2. a Sexualidade
3. a Vida familiar e Social
4. o Meio Ambiente
5. o Trabalho
6. a Ciência e a Tecnologia
7. a Cultura
8. as Linguagens;

b) as **Áreas de conhecimento**:

1. Língua Portuguesa
2. Língua Materna (para populações indígenas e migrantes)
3. Matemática
4. Ciências
5. Geografia
6. História
7. Língua estrangeira
8. Educação Artística
9. Educação Religiosa
10. Educação Religiosa (na forma do art. 33 da LDB)

V – As Escolas deverão explicitar, em suas propostas curriculares, processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a Educação Fundamental e a Vida cidadã; os alunos, ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de ser protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

VI – As Escolas utilizarão a Parte Diversificada de suas propostas curriculares para enriquecer e complementar a Base Nacional Comum, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades.

VII – As Escolas devem trabalhar em clima de cooperação entre a direção e as equipes docentes para que haja condições favoráveis à adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das estratégias educacionais, em consequência do uso adequado do espaço físico, do horário e calendário escolares, na forma dos arts. 12 a 14 da LDB.

Artigo IV – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vale a pena aprofundar o conhecimento do que dizem as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, em seu Parecer nº 4/98. Essas Diretrizes deram origem à Resolução nº 2/98, que as acolheu, homologou e instituiu.

Veja alguns pontos fundamentais.

As propostas pedagógicas das unidades escolares devem observar as Diretrizes Nacionais e os demais dispositivos legais.

Dessa forma, ao definir suas propostas pedagógicas, as escolas estarão compartilhando princípios de responsabilidade, num contexto de flexibilidade teórico/metodológico de ações pedagógicas, em que o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos educacionais revelem sua qualidade e respeito à equidade de direitos e deveres de alunos e professores.

Ao elaborar e iniciar a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ministério da Educação propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras, “a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes”.

Ao planejar suas propostas pedagógicas, seja a partir dos PCN, seja a partir de outras propostas curriculares, os professores e equipes docentes, em cada escola, buscarão as correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e o universo de valores e modos de vida de seus alunos.

Atenção especial deve ser adotada para evitar que as propostas pedagógicas sejam reducionistas ou excludentes, levando aos excessos da “escola pobre para os pobres”, ou dos grupos étnicos e religiosos apenas para si.

Ora, a instituição de uma Base Nacional Comum com uma Parte Diversificada, a partir da LDBEN, supõe um novo paradigma curricular que articule a Educação Fundamental com a Vida Cidadã.

O significado que atribuímos à Vida Cidadã é o exercício de direitos e deveres de pessoas, grupos e instituições na sociedade, que, em sinergia, em movimento cheio de energias que se trocam e se articulam, influam sobre múltiplos aspectos possibilitando, assim, o viver bem e a transformação da convivência para melhor.

Assim as escolas, com suas propostas pedagógicas, estarão contribuindo para um projeto de nação, em que aspectos da Vida Cidadã, expressando as questões relacionadas com a Saúde, a Sexualidade, a Vida Familiar e Social, o Meio Ambiente, o Trabalho, a Ciência e a Tecnologia, a Cultura e as Linguagens, se articulem com os conteúdos mínimos das Áreas de Conhecimento.

Três observações são especialmente importantes:

- a) A busca de definição, nas propostas pedagógicas das escolas, dos conceitos específicos para cada área de conhecimento.
- b) A compreensão de que propostas curriculares das escolas e dos sistemas, e das propostas pedagógicas das escolas, devem integrar bases teóricas que favoreçam a organização dos conteúdos do paradigma curricular da Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada: Tudo, visando ser conseqüente no **planejamento desenvolvimento e avaliação** das práticas pedagógicas em quaisquer que sejam as orientações em relação à organização dos sistemas por séries, ciclos, calendários específicos, etc.
- c) A cautela em não adotar apenas uma visão teórico-metodológica como única resposta para todas as questões pedagógicas. Os professores precisam de um aprofundamento continuado e de uma atualização constante em relação às diferentes orientações originárias da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Psicolinguística e Sociolinguística e outras ciências afins.

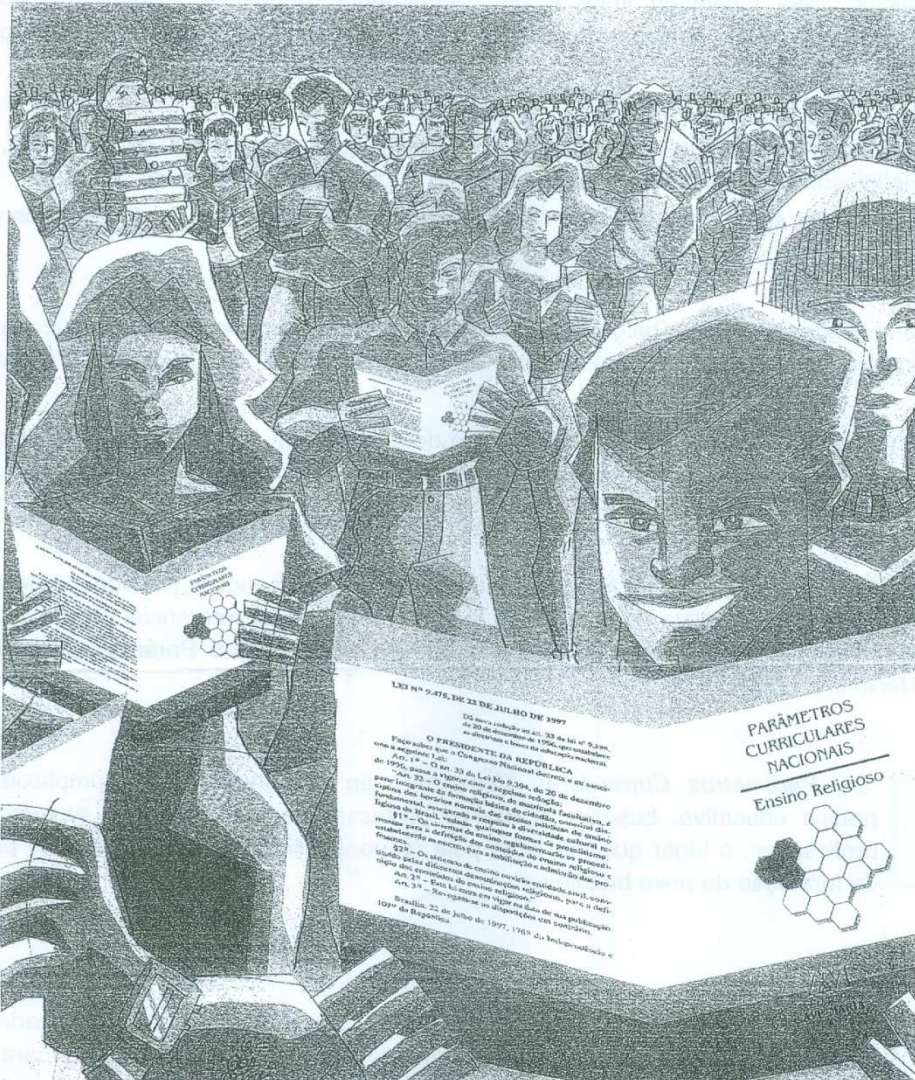
Através de possíveis projetos educacionais regionais dos sistemas de ensino, através de cada unidade escolar, transformam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais em currículos específicos e propostas pedagógicas das escolas.



Note bem

É neste contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais que o Ensino Religioso, como as demais áreas do conhecimento, necessita ser estruturado.

1 Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Religioso



O Ensino Religioso no Brasil já construiu seus Parâmetros Curriculares.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem um norteamento educacional para as escolas brasileiras “a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação passe a atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica, necessariamente, o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes” (PCN volume 1, introdução, p. 13).

Pautado por esse espírito, o conhecimento religioso está presente nas escolas, pois o Ensino Religioso, no Brasil, também já construiu os seus “Parâmetros Curriculares”.

Para entender sua elaboração pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, faz-se necessária a pontuação de algumas situações históricas:

- a) o contexto do Ensino Religioso no Brasil desencadeou a articulação de educadores que instalaram a 26/09/95 o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER);
- b) um dos compromissos do FONAPER é o de articular um currículo que, pela unidade do território nacional, possa constituir o Ensino Religioso como disciplina do contexto escolar;
- c) a política de educação do Ministério da Educação (MEC), nesse período, se desenvolve na mesma perspectiva do FONAPER: a construção de um referencial para a renovação e reelaboração da proposta curricular que se originou dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).



Note bem

“Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*”, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro”.



Para você pensar

“Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*” reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho”.

“Diretrizes Curriculares Nacionais são o conjunto de definições doutrinárias sobre os principais fundamentos e procedimentos na Educação Básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas Pedagógicas”.

Previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN nº 9.394/96) no artigo 9º, inciso IV, as Diretrizes definem, para todo o território nacional, “o paradigma curricular que visa estabelecer a relação entre Educação Fundamental e:

a) **Vida cidadã**, através da articulação entre os seus vários aspectos como:

1. a saúde
2. a sexualidade
3. a vida familiar
4. o meio ambiente
5. o trabalho
6. a ciência e a tecnologia
7. a cultura
8. as linguagens

b) **Áreas do conhecimento:**

1. Língua Portuguesa
2. Língua Materna (para populações indígenas e migrantes)
3. Matemática
4. Ciências
5. Geografia
6. Língua Estrangeira
7. Educação Artística
8. Educação Física
9. Educação Religiosa (na forma do artigo 33 da LDBEN)



Note bem

Ensino Religioso apresenta-se como uma das disciplinas integrantes da área de conhecimento da Base Comum Nacional determinada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que são obrigatórias, e no próximo módulo serão estudadas.

Desta forma, o Ensino Religioso está contemplado na LDBEN (artigo 33) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental através do Parecer 04, de janeiro de 98 e da Resolução 02, de abril de 98 — Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Como para as demais áreas do conhecimento, também o Ensino Religioso possui seus Parâmetros Curriculares (PCNER), elaborados em 1996, anteriores, portanto, à Lei nº 9.475/97 que alterou o artigo 33.



Glossário

Você encontra no glossário os termos:

- parâmetros
- diretrizes

Veja como o MEC apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais:

“Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*” auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor. Algumas possibilidades para sua utilização são:

- rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem e maneiras de avaliar;
- refletir sobre a prática pedagógica, tendo em vista uma coerência com os objetivos propostos;
- preparar um planejamento que possa de fato orientar o trabalho em sala de aula;
- discutir com a equipe de trabalho as razões que levam os alunos a terem maior ou menor participação nas atividades escolares;
- identificar, produzir ou solicitar novos materiais que possibilitem contextos mais significativos de aprendizagem;
- subsidiar as discussões de temas educacionais com os pais e responsáveis”.



Note bem

“O nosso objetivo é contribuir, de forma relevante, para que profundas e imprescindíveis transformações, há muito desejadas, se façam no panorama educacional brasileiro, e posicionar você, professor, como o principal agente nessa grande empreitada”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem-se num referencial para orientar e garantir a qualidade da educação no país e como tal:

- “por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas”;
- “o conjunto de proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes”. PCN-MEC

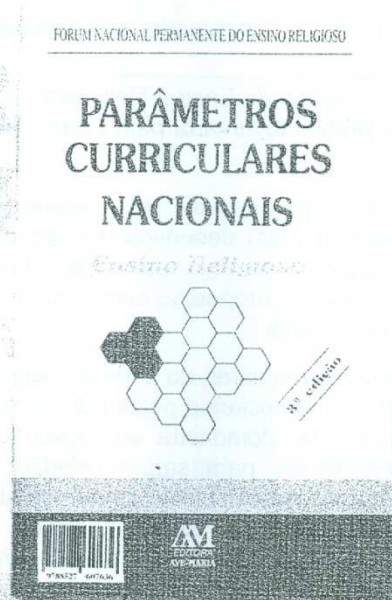


Acordando

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) desempenham uma relevante função política na história do Ensino Religioso, ao se tornarem referencial decisivo:

- para alteração do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que incorpora a sua concepção de Ensino Religioso;
- na construção da proposta pedagógica pelas escolas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, em que o Ensino Religioso é uma área de conhecimento (cf. Resolução 02 de abril de 98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE).

2 Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso



Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso constituem um marco histórico da educação brasileira:

“Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores, conseguiram juntas encontrar o que há de comum numa proposta educacional que tem como objeto o Transcendente.

Por tradições religiosas aqui se compreende a sistematização do fenômeno religioso a partir de suas raízes orientais, ocidentais, indígenas e africanas, que exige, para seu ministério (ou mister), um profissional de educação sensível à pluralidade, consciente da complexidade sociocultural da questão religiosa e que garanta a liberdade do educando sem proselitismo.

Esta proposta original responde à necessidade de fundamentar a elaboração dos diversos currículos do Ensino Religioso na pluralidade cultural do Brasil.

Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso

A história do desenvolvimento da disciplina Ensino Religioso desenrola-se no bojo da tradição pedagógica do Brasil, marcada, fundamentalmente, por uma tendência tradicional de escola, em que predominam:

- a visão acumulativa de conteúdos (programas a serem ensinados);
- a concepção bancária de aprendizagem (conteúdos a serem adquiridos pelos educandos);
- a função reprodutiva de professor (propostas pré-elaboradas por especialistas, autores, etc.)

Uma panorâmica sobre os currículos de Ensino Religioso, vigentes até 1998 no Brasil, com raras exceções, demonstra essa prática levantada pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso:

- A concepção de currículo é perpassada pela elaboração de um rol de conteúdos, compreendido como programa a ser desenvolvido. Importa o que ensinar e o para que ensinar; o sentido, a utilidade e o domínio real do que deve ser aprendido são de menor importância. Assim, a maioria das propostas curriculares do Ensino Religioso se resume em conteúdos a serem repassados.
- Na construção de propostas curriculares do Ensino Religioso predomina a exposição de valores a serem absorvidos e vivenciados pelos educandos. E essa forma tradicional de repassar conteúdos “acerca de” demonstra um descompasso entre os propósitos do currículo “preparar os educandos para serem cidadãos críticos, membros solidários, participativos, justos e fraternos numa sociedade democrática” e a prática que impede os educandos de, entre outras coisas, tomar decisões, solicitar a colaboração dos companheiros, a debater e se expor sem medo de ser sancionado negativamente por ter uma opinião diferente daquela que a chamada maioria professa, ou mesmo de não tê-la.
- A prática pedagógica demonstra que a construção de currículos é feita por técnicos, especialistas, cabendo ao professorado apenas a formulação de objetivos e metodologias para seu desenvolvimento. Dessa forma, criou-se a mentalidade de que os conteúdos apresentados nos livros didáticos são os únicos possíveis e pensáveis, mesmo que apresentados por outras pessoas...



Note bem

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a necessidade de explicitação sobre a concepção de ensino e aprendizagem que determina a compreensão dos papéis:

- de professor e aluno;
- da metodologia;
- da função social da escola;
- dos conteúdos a serem trabalhados na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo

e
o que
se faz!

Ensino Religioso em mudança

“A educação, exatamente por lidar, sistematicamente, com processos de elaboração de idéias, está permanentemente requisitando uma mudança ou um repensar de afirmações e de certezas.

O que esta primeira reflexão tem a dizer ao Ensino Religioso? Inicialmente temos de rever a história desta área, porque na realidade temos lidado com um esforço secular de transformar as escolas em “paróquias” e as paróquias em “escolas”. Lidando com crianças, adolescentes e jovens, trabalhamos com o acento da iniciação litúrgica ou da formação humana durante o período de aula.

Ao lermos os livros escolares ou analisarmos programas do Ensino Religioso encontramos uma forte preocupação com os aspectos metodológicos e/ou de como facilitar a iniciação das novas gerações nesta ou naquela proposta de religião. Mesmo os que tentam apresentar uma perspectiva ecumênica são, na realidade, explicitamente cristãos, pois em geral não contemplam efetivamente outras tradições religiosas.

O artigo 33 da LDBEN 9.394/96, em sua nova redação, afirma que o Ensino Religioso é parte integrante da formação do cidadão e assegura a inclusão da disciplina em horário normal da escola, respeitando a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedando quaisquer formas de proselitismo.

A Lei refere-se à escola pública, mas com certeza os alunos das escolas confessionais também possuem um perfil pluralista. É também competência destas escolas formar cidadãos que saibam compreender e lidar com a religiosidade humana, com o fenômeno religioso.

Diante deste referencial proposto pelo referido artigo da Lei nasceu a necessidade de se iniciar um processo de operacionalização de uma nova proposta para o Ensino Religioso. Neste sentido é que os Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso oferecem subsídios para a construção da estrutura da disciplina”.

Ir. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira



Os PCNER contêm:

- os elementos históricos do Ensino Religioso já estudados nos módulos 1 e 3 deste curso;
- os critérios para organização e seleção de conteúdos, estudados neste módulo;
- os pressupostos didáticos a serem estudados nos módulos 11 e 12.



Você sabia que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso foram elaborados pelo Fórum em 1996 e orientaram a nova redação artigo 33 da LDBEN nº 9.394/96 no ano de 97?



3

O tratamento didático no Ensino Religioso



O tratamento didático refere-se basicamente à forma de organizar os conteúdos e de trabalhá-los para que possam subsidiar a construção do conhecimento. É o fazer pedagógico, “em nível de análise e conhecimento na pluralidade cultural da sala de aula, salvaguardando assim a liberdade da expressão religiosa do educando” (PCNER – p. 38).

A abordagem didática deve respeitar uma sequência cognitiva, para que o processo de aprendizagem se dê numa continuidade.

Se “aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção”⁶, para que isso aconteça é necessário que se considerem no Ensino Religioso:

- os conhecimentos anteriores dos educandos, ou seja, sua bagagem cultural religiosa;
- a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente em função da pluralidade e diversidade brasileira;
- a possibilidade de aprofundamento que o processo escolar desencadeia (cf. PCNER).



Note book

Os conhecimentos que o educando traz do seu meio social são conhecimentos do senso comum, assistemáticos, empíricos, sincréticos, desarticulados, desorganizados, fragmentados. E os apresentados pela escola são conhecimentos científicos, sistemáticos, organizados, articulados, sintéticos, coerentes, com visão de totalidade.

O modo como o professor trata didaticamente os conteúdos permite que o educando estabeleça relações, interações, conexões entre os conhecimentos que traz do seu meio social com os conhecimentos religiosos dos seus colegas, e aqueles apresentados pela escola – **informação** – num processo contínuo de **observação** e **reflexão**.

Esse “ambiente” pedagógico proporciona elementos para a emergência do questionamento existencial, a busca do sentido da existência e a sensibilização para o mistério.



Para você pensar

Metodologia do fenômeno religioso supõe:

- observação;
- reflexão;
- informação.

6. Moretto, Vasco. *Capacitação Opet*. Curitiba, 1997.

“O educando vai construindo, por exemplo, o significado dos símbolos religiosos a partir de conhecimentos já existentes e da percepção da importância e diferença do seu significado nas várias tradições religiosas.

É aos poucos que o educando vai atualizando o seu conhecimento, refletindo sobre as diversas experiências religiosas à sua volta, percebendo o florescer do seu questionamento existencial, formulando respostas de vidas, analisando o papel das tradições na estrutura e manutenção das diferentes culturas, compreendendo todo o significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas e refletindo a atitude moral diferenciada como consequência do fenômeno religioso.

Então, é no cotidiano, no dia-a-dia, na relação complexa do seu próprio conhecimento com o conhecimento religioso do outro que o educando sensibiliza-se para o mistério. E, ao ler e perceber o gênero literário mítico, vê no rito a sua realização.

O conhecimento religioso compreende o ser humano numa perspectiva própria, entrando em discussão um elemento perene: a questão do sentido da existência, visto que nele o Transcendente se manifesta. Quando o educando observa essa presença claramente no cotidiano, faz a passagem do psíquico-moral para a Transcendência.”⁷



No Ensino Religioso aprendendo a conviver com diferentes Tradições Religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando das diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento.

Quando a didática é de construção e não de reprodução de conteúdos a “pré ocupação” do professor não é com a programação preestabelecida por textos, sejam didáticos ou de planos de ensino pois a “ocupação” do professor centra-se, então, na mediação entre o conhecimento (objeto) e o educando (sujeito).

Esta “arte de ensinar” tem, hoje, norteado uma nova didática no Brasil:

Tratamento didático tradicional

- 1º Dominar os conteúdos a serem repassados.
- 2º Selecionar recursos, técnicas, estratégias, atividades para a aprendizagem dos conteúdos.
- 3º Estabelecer um objetivo específico para o conteúdo a ser repassado.
- 4º Organizar instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Tratamento didático na atualidade

- 1º Caracterizar os educandos (teoricamente e a partir de seu convívio social).
- 2º Estabelecer um objetivo como meta a ser atingida pelos educandos (aprendizagem).
- 3º Traçar os encaminhamentos necessários para acompanhar esta aprendizagem (avaliação).
- 4º Valer-se de conteúdos estabelecidos em blocos para atingir a meta.
- 5º Tratar o conhecimento na perspectiva da totalidade em que cada aula soma-se à construção a ser completada, valendo-se dos diferentes recursos, técnicas, estratégias, etc.



O professor, que pela própria formação conhece o processo evolutivo infanto-juvenil, precisa compreender a evolução do pensamento religioso e lembrar-se de que há sempre uma inter-relação de todos os aspectos desse desenvolvimento. Muitas vezes, a maturidade intelectual não condiz com a maturidade religiosa: encontramos pessoas cujo pensamento científico é altamente desenvolvido, mas conservam uma mentalidade infantil no que diz respeito às coisas da religiosidade. Daí a importância do trabalho do Ensino Religioso na escola, enquanto área do conhecimento, no sentido de alcançar um equilíbrio entre esses dois tipos de pensamento. Ressalve-se que esse equilíbrio é necessário, sem se pretender o nível de “certezas” que a Ciência advoga.

7 PCNER, p. 40.

Não se pode esquecer, neste particular, as observações feitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de que: *o contexto da sala de aula e a dinâmica dos acontecimentos vão além de um padrão idêntico de intervenção para os alunos, pois trazem questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal, sendo necessário mudar muitas vezes uma aula já planejada, em função das manifestações dessas variáveis.*

No tratamento didático é necessário prever, como nas outras disciplinas.

- **A organização social das atividades**, construída a partir de múltiplos fatores que se inter-relacionam como:
 - capacidade de tomar posições, expor idéias e ideais, elaborar projetos pessoais, participar cooperativamente de projetos coletivos, saber o que quer – isto é autonomia;
 - consideração da singularidade, dando valor e respeito à diferença como princípio de equidade – isto é diversidade;
 - atmosfera de diálogo, trabalhos grupais, com regras e normas de funcionamento – isto é interação e cooperação;
 - condições para uma motivação interior, para a necessidade e a vontade de aprender – isto é ter disponibilidade para a aprendizagem.
- **A organização do tempo e espaço**, construída a partir de um “ambiente religioso” pela:
 - metodologia (condução do processo ensino-aprendizagem)
 - construção coletiva;
 - dinâmica que facilita a interiorização, pela forma de observar e interpretar o fenômeno religioso;
 - definição clara das atividades e organização em grupos;
 - disponibilização de recursos e materiais próprios para esta disciplina;
 - definição do tempo para a execução, de modo que os educandos tomem suas decisões, controlem a realização e construam mecanismos de auto-regulação.
- **A seleção de materiais e recursos**, construída sempre a partir da colaboração que os educandos trazem do seu convívio social, portanto:
 - na diversidade;
 - na liberdade;
 - com visão ampla;
 - em função do diálogo e da reverência.

Assim, o tratamento didático do conhecimento religioso dá-se a partir das relações que os educandos vão estabelecendo como o objeto de estudo do Ensino Religioso, que é o fenômeno religioso. E isso se dá na perspectiva da concepção do conhecimento, vista no Módulo 3. Assim, a relação sujeito (educando) objeto (fenômeno religioso) se estabelece pelo tratamento didático que supõe observação, reflexão, informação.



ANEXO B - Carta Convite para Diretores - Cronograma 1º Semestre 2013



Ilmo.(a) Diretor, (a)
Paz e bem,

Cumprimentando-o (a) com estima e alegria, a Arquidiocese de Mariana confirma a realização dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso durante o ano de 2013, *conforme entendimentos verbais com os professores de Ensino Religioso e cronograma anexo.*

Vale ressaltar que o primeiro encontro deste ano unirá os dois setores **Mariana e Ouro Preto** e será realizado no dia **28 de fevereiro (5ª feira)**, no horário de **8h30min, às 12h30min, no Centro Arquidiocesano de Pastoral**, situado à Rua Dom Silvério, 51- Centro - Mariana.

Na oportunidade convidamos os professores de Ensino Religioso dessa Instituição para participarem destes encontros que muito contribuirão para a prática pedagógica do Ensino Religioso Escolar, aberto ao diálogo e ao ecumenismo.

Cientes da atenção de V. S^a. agradecemos.

Cordialmente,


Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso

OBS: Os próximos encontros serão nos meses de abril, maio e junho

Abril: 09 (3ª feira), maio: 08 (4ª feira) e junho: 14(6ª feira), em Mariana

Abril: 16 (3ª feira), maio: 15 (4ª feira) e junho: 21 (6ª feira), em Ouro Preto

Ilmo. Sr (a)
DD. Diretor (a)
Instituição Educativa

ANEXO C – Cronograma – 2º semestre

**CRONOGRAMA REGIONAL DE ENSINO RELIGIOSO****2013- Setor Mariana - Segundo semestre**

Julho - atividade ecumênica na escola a escolha dos professores e alunos com a direção concluindo o semestre - férias

Agosto - Semana da Família

08– quinta-feira- Encontro Regional de formação - Semana da Família – folclore...
Horário: 8h às 12h30min em, Mariana, no Centro Arquidiocesano de Pastoral
Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Setembro - Mês da Bíblia

11-4ª feira- Encontro Regional de formação - mês da Bíblia
Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Mariana, no Centro Arquidiocesano de Pastoral
Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Outubro – Dia das crianças – professor- profissionais

03 –5ª feira.- Encontro Regional formação
Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Mariana, no Centro Arquidiocesano de Pastoral
Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Novembro – Dia de Ação de Graças

28 – 5ª feira – Celebração de Ação de Graças – Socialização do agradecimento pela vida das respectivas escolas públicas e particulares.
Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Mariana, no Centro de Convenções ou Centro Arquidiocesano de Pastoral
Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas- alunos- direção – demais profissionais e comunidade.

Dezembro - Natal - confraternização

Dezembro- Atividades realizadas na escola como um todo encerrando as atividades do ano
Celebração ecumênica – sarau, outros.



CRONOGRAMA REGIONAL DE ENSINO RELIGIOSO

2013- Setor Ouro Preto - Segundo semestre

Julho - atividade ecumênica na escola a escolha dos professores e alunos com a direção concluindo o semestre - férias

Agosto - Semana da Família

08 – quinta-feira- Encontro Regional de formação - Semana da Família – folclore...

Horário: 8h às 12h30min em, Mariana, no Centro Arquidiocesano de Pastoral

Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Setembro - Mês da Bíblia

12-5ª feira- Encontro Regional de formação - mês da Bíblia

Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Ouro Preto, no Centro de Promoção Humana

Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Outubro – Dia das crianças – professor- profissionais

1º –3ª feira.- Encontro Regional formação

Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Ouro Preto, no Centro de Promoção Humana

Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas

Novembro – Dia de Ação de Graças

28 – 5ª feira – Celebração de Ação de Graças – Socialização do agradecimento pela vida das respectivas escolas públicas e particulares.

Horário: 8h 30min.às 12h 30min em, Mariana, no Centro de Convenções ou Centro Arquidiocesano de Pastoral

Público: Professores de Ensino Religioso – Entidades Religiosas- alunos- direção – demais profissionais e comunidade.

Dezembro - Natal - confraternização

Dezembro- Atividades realizadas na escola como um todo encerrando as atividades do ano Celebração ecumênica – sarau, outros.

ANEXO D - Pautas e Declaração de Participação dos Encontros de Metodologia



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO 28.02 2013
TEMA: ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA

OBJETIVO: DEENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA.. BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: ENSINO RELIGIOSO E A CONSTRUÇÃO PAZ

PAUTA

1. Técnica de apresentação e integração:
2. Mensagem: Oração / textos reflexivos –(revistas pedagógicas)...
3. Ensino Religioso. Interdisciplinaridade e Vida.
4. Ensino Religioso e a Construção da Paz
5. Conteúdos Curriculares / Programa de Ensino/ PCN(s)
6. **Como a escola** Use a criatividade para apresentar um ato de paz.
7. Socialização de experiência significativa das escolas
8. Outros:
9. Avaliação
- 10- Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que.....
....., professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro de Promoção Humana, em Ouro Preto.

O encontro acima citado aconteceu no dia 15(quinze).05 2013, no horário de 8h30min.até 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.

Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição- S.R.E-O.P



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO 28.02 2013
TEMA: ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA

OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA.. BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: PROTAGONISMO JUVENIL E PAZ

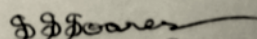
PAUTA

1. Técnica de apresentação e integração: (Crachá)
2. Mensagem: Oração / Mães - textos reflexivos –(revistas pedagógicas)...
3. Ensino Religioso e Música
4. Cronograma – 2013- resgate ao 1º encontro
5. Com base, em sua prática pedagógica crie uma dinâmica de grupo para discutir a questão: **Como a educação pode favorecer o protagonismo na escola, de forma que o aluno, em especial o jovem seja um protagonista da paz?** Use a criatividade para apresentar um ato de paz.
6. Socialização de experiência significativa das escolas
7. Outros:
8. Avaliação
- 10- Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins
que..... professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro de Promoção Humana, em Ouro Preto.

O encontro acima citado aconteceu no dia 15(quinze).05 2013, no horário de 8h30min.até 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição- S.R.E-O.P

ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO

- ENSINO RELIGIOSO É ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA.
- BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: PAZ NA ESCOLA

- COMO CONSTRUIR A PAZ NA ESCOLA
- CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA - PÁSCOA
- SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS
 - TEXTOS SIGNIFICATIVOS
 - FILME JUNTOS – BOLERO DE RAVEL *(email)*
 - OUTROS
 - AGRADECIMENTOS

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE:

.....,PARTICIPOU DO ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO, ABERTO AO DIÁLOGO E AO ECUMENISMO, NO CENTRO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL, EM MARIANA, NO DIA 09.04.2013, DE 8H30MIN ÀS 12H30MIN. TOTALIZANDO UMA CARGA HORÁRIA DE QUATRO (4)HORAS.


SUELI DE SOUZA SOARES

ARTICULADORA DO ENSINO RELIGIOSO- ARQUIDIOCESE DE MARIANA- JURISDIÇÃO – SRE/ O.P

OBS: PRÓXIMOS ENCONTROS DE ENSINO RELIGIOSO, EM MARIANA:
08 DE MAIO (4ª FEIRA) E 14 DE JUNHO (SEXTA –FEIRA) NO CENTRO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL

ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO-ARQUIDIOCESE DE MARIANA-
CENTRO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL – 08.05.2013

ENSINO RELIGIOSO É ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA.

TEMA: PROTAGONISMO JUVENIL E PAZ

- BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

- PAUTA

- MOMENTO DEVOCIONAL- ORAÇÃO – MÚSICA

- COM BASE, EM SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA, CRIE UMA DINÂMICA DE GRUPO PARA DISCUTIR E APRESENTAR A SEGUINTE QUESTÃO:

- COMO A EDUCAÇÃO PODE FAVORECER O PROTAGONISMO NA ESCOLA, DE FORMA QUE O EDUCANDO, EM ESPECIAL, O JOVEM SEJA UM PROTAGONISTA DA PAZ?

- SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DAS ESCOLAS

- TEXTO: ENSINO RELIGIOSO.

- OUTROS

- AGRADECIMENTOS

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE:

.....,PARTICIPOU DO ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO, ABERTO AO DIÁLOGO E AO ECUMENISMO, NO CENTRO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL, EM MARIANA, NO DIA 08.05.2013, DE 8H30MIN ÀS 12H30MIN. TOTALIZANDO UMA CARGA HORÁRIA DE QUATRO (4)HORAS.

S. Soares
SUELI DE SOUZA SOARES

ARTICULADORA DO ENSINO RELIGIOSO- ARQUIDIOCESE DE MARIANA- JURISDIÇÃO – SRE/ O.P

OBS: O PRÓXIMO ENCONTRO DE ENSINO RELIGIOSO, EM OURO PRETO SERÁ EM,;

21 DE JUNHO (SEXTA -FEIRA) NO CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA..



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO 14.062013
TEMA: ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A
VIDA - ALEGRIA - FESTAS JUNINAS

OBJETIVO: DEENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE
FREQUENTA A ESCOLA.. BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O
RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: CONSTRUIR A PAZ VIVENDO A ALEGRIA

PAUTA

- 1- Técnica de apresentação e integração: Dinâmica do abraço
- 2- Mensagem: juninas e de namorados – Construção coletiva
- 3- Oração – Alegria textos reflexivos –(educadores nobres...)
- 4- Dinâmica de grupo para discutir a questão: **Como** acabar com a violência
construindo a Paz vivendo a alegria? Use a criatividade para apresentar
- 5- Ensino Religioso e o Perfil do Professor
- 6- Cronograma – 2013- 2º semestre
- 7- Socialização de experiência significativa das escolas
- 8- Outros: 9- Avaliação
- 10- Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins
que....., professor (a) de
Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso,
aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro Arquidiocesano de Pastoral, em
Mariana/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 14 (quatorze de junho, 2013,) no horário
de 8h30min. até 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


Steli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S.R.E-O. P



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO- 08.08.13

ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA

OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA./BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: FAMÍLIA, JUVENTUDE, SOLIDARIEDADE E PAZ

OBJETIVO: CONSTRUIR A PAZ NO MUNDO QUE É UMA GRANDE FAMÍLIA.

PAUTA

- 1- Dinâmica de integração: (abraço) e dinâmica: morte / vida
- 2- Oração: Música família- Chitãozinho e Xororó – música Pe. Zezinho
- 3- Cite um grande evento, ou ação presenciada por você, nestes últimos meses, que comprova realmente que o mundo é ou deve ser uma grande família.
- 4- Dinâmica de grupo: Considerando o relato acima discuta a questão: **Como educador, o que fazer para que o mundo seja uma grande família de protagonistas da paz e solidariedade, em casa, na escola, comunidade e sociedade?** Concretize-o usando a criatividade. (oficina, teatro,)
- 5- Ensino Religioso e o Perfil do Professor
- 6- Cronograma – 2013- 2º semestre
- 7- Socialização de experiências significativas das escolas
- 8- Outros: Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que... professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro Arquidiocesano de Pastoral, em Mariana/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 08(oito de agosto -2013,) no horário de 8h30min. até 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.

Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S. R.E - O.P



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO- 11.09.13

ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA
 OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA./BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: BÍBLIA E A CONSTRUÇÃO DA PAZ

OBJETIVO: CONSTRUIR A PAZ NO MUNDO, QUE É UMA GRANDE FAMÍLIA LENDO, MEDITANDO E VIVENDO A PALAVRA, FONTE DE VIDA.

PAUTA

- 1- Dinâmica de integração:
- 2- Oração dinamizada (construção coletiva) - Música
- 3- Dinâmica de grupo: Escolha um texto bíblico que de acordo com o grupo é muito importante para a prática pedagógica.

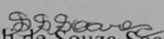
Considerando que o Ensino Religioso é área de conhecimento e de sentido para a vida, discuta a questão: Neste mundo da tecnologia e do progresso **Como estimular os educandos a se interessarem por mensagens de vida contidas na Bíblia e em outras fontes para desenvolver melhor sua religiosidade?** Use a criatividade para apresentar.

- 4- Textos e sugestões de atividades
- 5- Socialização de experiências significativas das escolas
- 6- Cronograma – 2013- 2º semestre
- 7- Outros: Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que... professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro Arquidiocesano de Pastoral, em Mariana/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 11(onze de setembro-2013,) no horário de 8h30min. As 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


 Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S. R.E - O.P



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO- 12.09.13

ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA
 OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE
 FREQUENTA A ESCOLA./BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO
 ÀS DIVERSAS CRENÇAS.

TEMA: BÍBLIA E A CONSTRUÇÃO DA PAZ

OBJETIVO: CONSTRUIR A PAZ NO MUNDO, QUE É UMA GRANDE FAMÍLIA
 LENDO, MEDITANDO E VIVENDO A PALAVRA, FONTE DE VIDA.

PAUTA

- 1- Dinâmica de integração:
- 2- Oração dinamizada (construção coletiva) - Música
- 3- Dinâmica de grupo: Escolha um texto bíblico que de acordo com o grupo é muito importante para a prática pedagógica.


Considerando que o Ensino Religioso é área de conhecimento e de sentido para a vida, discuta a questão: Neste mundo da tecnologia e do progresso **Como estimular os educandos a se interessarem por mensagens de vida contidas na Bíblia e em outras fontes para desenvolver melhor sua religiosidade?** Use a criatividade para apresentar.

- 4- Textos e sugestões de atividades – (Entrevista)
- 5- Socialização de experiências significativas das escolas
- 6- Cronograma – 2013- 2º semestre
- 7- Outros: Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que... professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro de Promoção Humana, em Ouro Preto/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 12(doze de setembro-2013,) no horário de 8h30min. As 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


 Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S. R.E - O.P

EDUCAR É A FORMA QUE TENHO DE ME IMORTALIZAR. UM EDUCADOR NÃO MORRE NUNCA.
RUBEM ALVES



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO- 03.10.13

ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA
OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA./BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.
TEMA: EDUCAÇÃO E PAZ
OBJETIVO: CONSTRUIR A PAZ NA EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAR O MUNDO.

PAUTA

- 1- Dinâmica de integração: Mensagem ao educador Continue...
- 2- Oração dinamizada - Música
- 3- Textos e sugestões de atividades
- 4- Socialização de experiências significativas das escolas considerando os encontros de Ensino Religioso
- 5- Ação de Graças em Novembro- Como comemorar? Na escola – coletivamente
- 6- Outros:
- 7- Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que... professor
(a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro Arquidiocesano de Pastoral, 51- centro em Mariana/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 03 (de outubro- 2013,) no horário de 8h30min. As 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S. R.E - O.P



ENCONTRO DE METODOLOGIA E FILOSOFIA DO ENSINO RELIGIOSO- 28.11.13

ENSINO RELIGIOSO: ÁREA DE CONHECIMENTO E DE SENTIDO PARA A VIDA
OBJETIVO: DESENVOLVER A RELIGIOSIDADE DO SER HUMANO QUE FREQUENTA A ESCOLA.
/BÁSICO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ É O RESPEITO ÀS DIVERSAS CRENÇAS.
TEMA: EDUCAÇÃO, GRATIDÃO E PAZ
OBJETIVO: SOCIALIZAR O QUE HOVE DE MAIS SIGNIFICATIVO NA ESCOLA ATRAVES DE
AGRADECIMENTO E DE FORMA CRIATIVA.

PAUTA

- 1- Dinâmica de integração: Mensagem -
- 2- Oração dinamizada - Música
- 3- Ação de Graças:/

Socialização do agradecimento de forma criativa das experiências significativas das
escolas considerando os encontros de Ensino Religioso no ano em curso.

- 4- Outros:
- 5- Agradecimentos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que... ..
professor (a) de Ensino Religioso, participou do Encontro de Metodologia e Filosofia do
Ensino Religioso, aberto ao diálogo e ao ecumenismo, realizado no Centro Arquidiocesano
de Pastoral, 51- centro em Mariana/ MG.

O encontro acima citado aconteceu no dia 28 (de novembro- 2013,) no horário de 8h30min.
As 12h30min, totalizando uma carga horária de 4(quatro) horas.


 Sueli de Souza Soares

Articuladora do Ensino Religioso - Arquidiocese de Mariana – Jurisdição-S. R.E - O.P

Obs Próximo encontro -2014 13.02.2014

CONTO BUDISTA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

Em Tóquio, no Japão, havia um grande samurai, já idoso, que dedicava sua vida a ensinar o fundamento "zen" aos jovens. Apesar de sua idade, corria a lenda de que ele ainda era capaz de derrotar qualquer adversário.

Certa tarde, um guerreiro, conhecido por sua total falta de escrúpulos, apareceu por ali. Querida derrotar o samurai e aumentar sua fama.

O velho aceitou o desafio e o jovem começou a insultá-lo. Chutou algumas pedras em sua direção, cuspiu em seu rosto, gritou insultos, ofendeu seus ancestrais. Durante horas fez tudo para provocá-lo, mas o velho permaneceu impassível.

No final da tarde, sentindo-se já exausto e humilhado, o impetuoso guerreiro retirou-se.

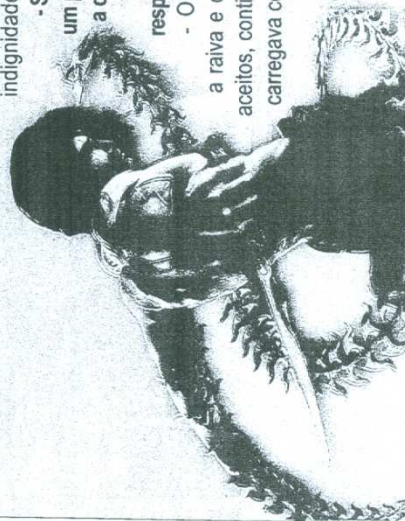
Desapontados, os alunos perguntaram ao mestre como ele pudera suportar tanta indignidade.

- Se alguém chega até você com um presente, e você não o aceita, a quem pertence o presente?

- A quem tentou entregá-lo - respondeu um dos discípulos.

- O mesmo vale para a inveja, a raiva e os insultos. Quando não são aceitos, continuam pertencendo a quem o carregava consigo.

A sua paz interior depende exclusivamente de você. As pessoas não podem lhe tirar a calma. Só se você permitir...



● Em dupla, sob a orientação do professor, leiam a estória e pesquise o significado das palavras: samurai, zen, adversário, escrúpulos, insulto, ancestral, impassível, impetuoso, indignidade, discípulos.

● Feita a pesquisa, respondam às questões:

1. Quem é o idoso da estória?
2. Quem é o jovem da estória?
3. No entender da dupla, o jovem agiu certo ou errado? Por quê?
4. E o idoso, agiu certo ou errado? Por quê?
5. De que forma podemos utilizar este ensinamento em nossas vidas?



Ei! Não esqueça de visitar o site: www.otranscendente.com.br. No link do menu MENSAGENS você encontra o material que acompanha este tema.

OFICINA DE PAZ

DISCUTINDO O TEMA...

★ Leia e comente com seus colegas.



Torta mundial

Ingredientes secos

- 2 ½ xícaras de Felicidade espalhe niveladamente;
- 1 ¼ de xícara de Liberdade distribua igualmente;
- 1 ½ xícaras de Confiança rale e misture na vasilha;
- 1 pitada de Riso peneire pela mistura;
- 1 pitada de Pessoas Ajudantes irradie a partir do centro.

Molhados

- 2 xícaras de Respeito despeje e misture bem;
- 1 ½ xícaras de Limpeza espalhe no fundo da forma;
- 1 xícara de Entendimento misture por toda a massa;
- ¼ xícara de Amizade misture até o ponto de massa.

Cobertura

- 1 ½ xícaras de Paz espalhe sobre a torta acabada;
- 1 colher de sopa de União polvilhe por cima;
- 1 colher de chá de Amor polvilhe levemente por toda parte.

Preparo

1. Espalhe limpeza no fundo de uma forma com a circunferência do Equador.
2. Junte amizade, respeito e entendimento em uma vasilha. Deixe descansar por um minuto.
3. Junte pessoas ajudantes, confiança, felicidade, liberdade e riso em uma vasilha separada. Bata por um minuto.
4. Misture todos os ingredientes por dois minutos e coloque na forma.

Criado por um estudante da China



DISCIPLINA: EDUCAÇÃO RELIGIOSA

SÉRIE:

Assunto: Ensinamentos que orientam a vida das pessoas

Leia a história abaixo e depois responda.

UMA PEQUENA PARÁBOLA

Monge e discípulos iam por uma estrada e, quando passavam por uma ponte, viram um escorpião sendo arrastado pelas águas. O monge correu pela margem do rio, meteu-se na água e tomou o bichinho na mão. Quando o trazia para fora, o bichinho o picou e, devido à dor, o homem deixou-o cair novamente no rio. Foi então que a margem tomou um ramo de árvore, adiantou-se outra vez a correr pela margem, entrou no rio, colheu o escorpião e o salvou. Voltou o monge e juntou-se aos discípulos na estrada. Eles haviam assistido à cena e o receberam perplexos e penalizados. "Mestre, deve estar doendo muito! Porque foi salvar esse bicho ruim e venenoso? Que se afogasse! Seria um a menos! Veja como ele respondeu à sua ajuda! Picou a mão que o salvara! Não merecia sua compaixão!" O monge ouviu tranquilamente os comentários e respondeu: "Ele agiu conforme sua natureza, e eu de acordo com a minha."

- a) Descubra a mensagem transmitida pela história. Para ficar mais fácil, elimine os x.

Exsxta paxrxáxbxoxla nxxs faxz rxxfxlxxbllr a fxxrxmxa dxe mxexlxhxxr cxxmxprxxexnxxdxxr e axcexixtxxr axs pxexsxxoxaxs cxxm qxuxem nxxs rxxlxaxcixoxnxxmxoxs. Nxxo pxxdxemxxs e nxxm txxmxxs o dxixrxxixto dxe mxuxdxxr o oxutxxo, mxaxs pxxdxemxxs mxexlxhxxrxxr nxxsxxas prxóxxrxixaxs rxxaxçóxxs e axtxixuxdxs, sxaxbxxnxxo qxuxc axdxá uxím dxá o qxuxc txxm e o qxuxc pxxdx. Dxxvxxmxxs faxzxxr a nxxsxxa paxrxte cxxm mxuxixto axmxxr e rxxsxpxexixto axo prxóxxixmxx. Cxaxdxá qxuxaxl cxxnxxfxxrxmxx: sxuxa nxxtxuxrxxzxx, e nxxo cxxnxxfxxrxmxx a dxo oxutxxo.

- b) O que esse ensinamento pode orientar em nossas vidas?



O Melhor é Viver em
Família
Aperte mais esse laço

ORAÇÃO PELA FAMÍLIA

Senhor Deus!
Abençoe os pais na sua sublime missão na família.
Que todos eles sejam colaboradores teus, fazendo da sua vida e missão uma doação total.
Que eles sejam sensatos, humildes, carinhosos e sábios.
Abençoe todas as mães. Que elas tenham muita força e sabedoria para sempre ser o templo da vida e do amor que vem de Ti.
Abençoe todos os filhos e filhas. Que eles aprendam com a sabedoria e a vida dos seus pais. Que sejam humildes, simples, compreensivos.
Que todas as famílias sejam abençoadas, protegidas, iluminadas, fortalecidas, Nas quedas, dai força; Na dor, serenidade; No desespero, esperança Na dúvida, fé.
Em todos os momentos, muita sabedoria, amor e paz.
Abençoe nossas famílias Senhor Deus! Que elas sejam o verdadeiro templo da vida, do respeito, da amizade. Que em todos os lares reine a harmonia e a felicidade.
Que ninguém vá dormir sem dar e receber o perdão
Que nenhuma família conheça a traição, a desunião, o ódio.
Ilumine todas as nossas famílias!
Amém.



Pastoral Familiar
Paróquia Santíssima Trindade
Ponte Nova -MG

SEMANA NACIONAL DA FAMÍLIA - 18-08-2013

Ensino Religioso

Celebração início do ano letivo (ecumênica)

Acolhida: Prezados irmãos e irmãs na fé e toda a comunidade escolar sejam bem vindos nesta celebração da vida.

Saudação: QUE BOM QUE VOCÊ VEIO / MÚSICA / PAZ - ROUPA NOVA - Icaro...

DIR: A paz de Deus, criador do universo e Senhor da vida, que em Jesus Cristo e no Espírito Santo nos tornou um povo de irmãos e irmãs, esteja sempre com vocês.

TODOS: Ela está no meio de nós.

DIR: Vamos demonstrar de maneira concreta que a Paz está no nosso meio dando um abraço em quem está ao nosso lado.

Entrada da Bandeira da PAZ - MÚSICA: Beto GUEDES "Sal da Terra"

Dir: Nosso Deus faz novas todas as coisas. De acordo com o texto de Ap.21, 3, hoje somos chamados a contemplar o anúncio que o senhor nos faz através de João: Vi então um novo céu e uma nova terra. É Deus que nos acena com a promessa de um novo céu e uma nova terra, com um mundo melhor onde seu projeto amoroso será fonte de felicidade para todos os seus filhos e filhas. Louvada seja a Trindade Santa que nos cria, nos salva e nos santifica para sermos herdeiros de tão grandes promessas.

Leitor 1: A beleza do nosso país reside justamente na diversidade cultural e religiosa de seu povo. Temos de quebrar as barreiras que nos impedem de dialogar com aqueles e aquelas que pensam e que agem de forma diferente mas que têm o mesmo objetivo: a valorização da VIDA

	<u>IGUAIS</u>	
Tenho irmãos, tenho irmãos aos milhões		Mas numa coisa nós somos iguais
Em outras religiões		Buscamos o mesmo amor
Pensamos diferente		Queremos a mesma luz
Oramos diferente		Sofremos a mesma dor
Louvamos diferente		Levamos a mesma cruz
Mas numa coisa nós somos iguais		Um dia talvez quem sabe (3x)
Buscamos o mesmo Deus		Descobriremos que somos iguais
Amamos o mesmo Pai		Irmão vai ouvir irmão
Queremos o mesmo céu		E todos se abraçarão
Choramos os mesmos ais		Nos braços do mesmo Deus
Tenho irmãos, tenho irmãos aos milhões		Nos ombros do mesmo pai.
Em outras religiões		
Falamos diferentes		Pe. Zezinho
Cantamos diferente		
Pregamos diferente		

Reconhecimento das faltas:

DIR: Diante de Deus que, com seu Espírito, vem em socorro de nossa fraqueza, ficando em silêncio, tomemos uma atitude de quem se reconhece fraco diante da missão que Ele nos confia de preservar a vida, toda a natureza e evangelizar os corações humanos. Convido _____ para direcionar este momento.

DIR: Somos Igreja para dar testemunho do amor redentor, capaz de cobrir todos os pecados e regenerar a vida. Mas como Igrejas divididas, em competição, desmentimos esse testemunho e damos um triste espetáculo a um mundo que precisa desesperadamente crer que é possível superar todo egoísmo e todo culto idolátrico do poder.

TODOS: Perdoa-nos, Senhor, por nossos pecados históricos de desunião e rivalidade. Que a triste história da separação sirva agora para darmos o testemunho de que, apesar de tudo, teu amor é mais forte do que as nossas divergências. Ajuda-nos a ser sinais do milagre da reconciliação.

DIR: Mesmo os que não tem fé gostariam de ver realizado o que anunciamos: um novo céu e uma nova terra, com a criação de Deus respeitada, com o mal vencido, com mais vida para todos. Se nós, que cremos não caminharos nesta direção, quem alimentará essa esperança?

TODOS: Perdoa-nos Senhor, pois nem sempre damos conta que somos portadores da esperança que o mundo mais necessita para superar os medos, a violência e o desânimo. Fortaleça as Igrejas na fé, na esperança e na fraternidade para juntos podermos ser a luz que anima quem ainda não crê na força construtiva do teu amor.

DIR: com bastante silêncio e fé vamos ouvir a palavra de Deus proclamada por

Evangelho: MT. 5, 1-12

Reflexão: _____

Resposta à palavra ouvida

DIR: Uma comunidade indígena da Malásia compôs uma oração que podemos tornar nossa, neste dia em que refletimos sobre os novos céus e a nova terra que nós fora

prometido, mas cuja construção também aparece como tarefa e resposta ao auxílio indispensável da graça.

LEITOR 1: Ó Deus, maravilhoso Criador, rogamos-te pelas belezas que vemos ao nosso redor, pela infinita variedade de tua criação, os céus, as montanhas, os vales, as planícies, os rios e os mares.

Agradecemos a ti pelo dom da vida e pelas oportunidades que nos dá de participar como teus assistentes criadores. Dá-nos, por teu Espírito vivificador, a graça de nunca recuarmos diante de nossas responsabilidades na preservação de tua criação.

TODOS: Novos céus e nova terra começam com a preservação da obra de Deus, na natureza, no ser humano, nas relações sociais que respeitam o projeto de vida fraterna para o qual fomos criados.

LEITOR 2: “O ecumenismo é uma notícia para os necessitados de todo o tipo. Cristãos unidos serão mais capazes de ir em socorro dos pequenos, dos injustiçados, dos que sofrem; terão voz mais forte na luta contra tudo que é anti-reino, serão mais eficientes das estruturas que oprimem os filhos de Deus”

TODOS: Dai-nos, Senhor, o dom da unidade também para juntos buscar-mos a justiça, que transforma a terra e nos coloca a caminho do céu.

DIR: A meta última da religião é o amor. Todas as religiões e crenças são consequentemente válidas, e sua aceitação tem de ser baseada na liberdade e numa opção consciente e espontânea. De outra forma, a religião não teria como meta o amor.

UNIDOS E ENVIADOS EM MISSÃO

DIR: Orar o Pai Nosso como Jesus nos ensinou é uma das características marcantes dos que seguem a Cristo. A oração de Jesus fala de duas coisas que são “nossas”, que devem ser de todos: O pai e o pão. No mesmo Pai somos irmãos, parceiros, companheiros de construção do mesmo projeto. Juntos havemos de trabalhar para que o pão seja de todos, com justiça e solidariedade. Em comunhão com o povo de todas as denominações, juntemo-nos numa só oração ao Deus Uno de toda humanidade.

TODOS: Oração: (PAI NOSSO UNIDADE.) (VERSÃO ECUMÊNICA)

Pai nosso que estás no céu. Santificado seja o teu nome, venha o teu reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje, perdoamos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. E não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém.

DIR: Sairemos daqui comprometidos com dois horizontes: o convívio fraterno das Igrejas em clima ecumênico e o compromisso de transformação do mundo em que vivemos na direção do projeto de Deus e animados pela esperança da promessa de novos céus e nova terra. Para andarmos com confiança nesses caminhos pedimos a bênção e a inspiração do nosso Deus.

Benção: Deus que deseja fazer morada no meio de seu povo esteja sempre conosco, nos abençoe e nos ajude na construção da unidade na diversidade, transformando o que nos separa em riqueza a ser partilhada para termos mais alegria e poderemos ser sinal de paz. TODOS: Caminhamos com Ele para o novo céu e a nova terra.

Música: **É preciso saber viver**

Quem espera que a vida Seja feita de ilusão pode até ficar maluco Ou morrer na solidão É preciso ter cuidado Pra mais tarde não sofrer É preciso saber viver Toda pedra no caminho Você pode retirar	Numa flor que tem espinhos Você pode se arranhar Se o bem e o mal existem Você pode escolher É preciso saber viver É preciso saber viver É preciso saber viver É preciso saber viver Saber viver...
---	---

SEMANA DE ORAÇÃO PELA UNIDADE DOS CRISTÃOS

Celebração de Abertura

(Sugerimos para a celebração os cantos do CD da CFE 2010)

Hino de abertura

Diálogo inicial:

L: Há um só corpo e um só espírito, assim como vocês foram chamados a uma só esperança...

T: Um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, no meio de todos e em todos.

L: Foi escrito: o Cristo sofrerá e ressuscitará dos mortos no terceiro dia, e em seu nome se pregará a conversão e o perdão dos pecados a todas as nações, a começar por Jerusalém...

T: E nós somos as testemunhas disso.

Palavras de acolhida

1 - Oração inicial

Ó Cristo ressuscitado, no caminho de Emaús foste companheiro dos discípulos. Fica ao nosso lado na jornada da fé, nos caminhos

14

da vida e em todos os encontros, promove em nós a compaixão para que possamos acolher os outros e ouvir suas histórias. Renova o desejo de proclamar tua Palavra. Que ela nos ilumine e que tenhamos corações ardentes ao dar testemunho dela. Que o teu Santo Espírito nos ensine a arte de explicar as Escrituras e abra nossos olhos para te reconhecer. Dá-nos a coragem de nos tornar vulneráveis para que nossos irmãos e irmãs possam conhecer-te através de nós e nós possamos conhecê-lo através deles.

Amém.

2 - Confissão dos Pecados

L: A Palavra de Deus revela seu amor que constantemente nos busca, nos renova, traz vida e perdão. Por isso, em confiança podemos nos dirigir a Deus em oração e confessar nossas falhas, nossos pecados e pedir seu perdão.

Oremos:

Deus, humildemente, colocamo-nos em tua presença, para confessar-te que temos pecado em palavras, pensamentos, ações e omissões contra ti e toda tua criação.

T: Perdão, Senhor!

L: Confessamos que pecamos quando lidamos de forma irresponsável com o meio ambiente.

T: Perdão, Senhor!

L: Confessamos que pecamos com a nossa falta de coragem para contestar tudo o que destrói tua criação e cria abismos entre teus filhos e filhas.

T: Perdão, Senhor!

15

L: Confessamos que nosso egoísmo, muitas vezes nos deixa insensíveis para as necessidades do próximo. Muitas vezes desviamos a nossa atenção, e contribuímos com toda forma de preconceito, discriminando pessoas e suas diferenças.

T: Perdão, Senhor!

L: Confessamos que pecamos quando almejamos um mundo no qual a diferença não é reconhecida. Quando procuramos padronizar tudo, inclusive a forma de viver nossa fé, e assim julgando e condenando pessoas amadas por Ti.

T: Perdão, Senhor!

Anúncio da Graça:

L: Nossa confissão sincera recebe como resposta uma boa notícia. Assim nos diz Deus através do Evangelho de João: "Deus amou o mundo de tal maneira que enviou seu único filho para que todos, que naquele creem, não pereçam mas tenham a vida eterna."

Hino

3 - Celebração da Palavra de Deus

Canto de aclamação ao evangelho

Leitura do capítulo 24 inteiro do evangelho de Lucas

Homilia

Hino

A paz

L: Jesus disse aos discípulos: Eu vos deixo a minha paz, eu vos dou a minha paz. Não olhes para os nossos pecados, mas para a fé da tua Igreja. Para cumprir a tua vontade, concede a paz a tua Igreja e leva-nos à perfeita unidade, tu que vives e reinas, com o Pai e o Espírito Santo, para sempre.

T: Amém

L: A paz do Senhor esteja sempre com vocês.

T: O Cristo ressuscitado está de fato entre nós.

Credo Ecumênico [pág. 31]

Oferta e hino *[Durante o hino, recolher as ofertas, que deverão ser remetidas ao CONIC, para ajudar nos projetos de diálogo e cooperação ecumênica no Brasil]*

4 - Preces

Deus Criador e Salvador, nós te louvamos por todas as nossas diferentes comunidades que querem confessar juntas, por atos e palavras, sua fé no Cristo ressuscitado, que nos traz Vida.

Possamos progredir de tal forma no nosso compromisso ecumênico que nos tornemos mais unidos, tanto em nossa ação de graças pela criação como em nossa decidida ação em favor da vida.

T: Ouve nossa oração e atende nossa súplica.

Deus, que te manifestaste a nós em nossa história, nós te damos graças porque estás conosco e nos deste teu Filho para revelar teu amor e partilhar tua glória.

Guia os passos de todos os que dão testemunho do Evangelho na direção da perfeita unidade, em cuidada e paciente escuta da cultura e da história das pessoas.

T: Ouve nossa oração e atende nossa súplica.

Deus, que nunca nos abandonas, nós te agradecemos pela experiência dos dois discípulos na estrada de Emaús com o Cristo ressuscitado. Concede-nos sentir a presença de Cristo entre nós em nossa caminhada. Aquece nossos corações e abre nossa compreensão, para podermos dar testemunho de tua ativa presença no poder da ressurreição dele.

T: Ouve nossa oração e atende nossa súplica.

Deus, fonte de todos os dons perfeitos, nós te agradecemos porque desde a aurora dos tempos, de geração em geração, nunca cessaste de despertar aquela nuvem de testemunhas que transmitem a fé dos apóstolos.

Oramos para que possamos ser fiéis a esta fé que nos confiasse e criativos, para abirmos juntos novos caminhos do Evangelho.

T: Ouve nossa oração e atende nossa súplica.

Deus de compaixão, nós te agradecemos porque reconcilaste o mundo através da cruz do teu Filho.

Aumenta nossa fé, para que ela possa dar a nossas Igrejas e a cada um de nós, com Cristo e seguindo o exemplo dele, a força para sempre estar efetivamente ao lado das pessoas, em suas vidas, em seu sofrimento e em sua morte.

T: Ouve nossa oração e atende nossa súplica.

Deus, em ti colocamos nossa esperança e te louvamos pela promessa de Jesus: "Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos tempos."

18

Tu vês as dúvidas que assaltam nosso coração no caminho da unidade cristã. Para podermos seguir o exemplo dos pioneiros ecumênicos da Conferência de Edimburgo de 1910, dá-nos coragem para denunciar juntos nossos medos e clareza para retomar em 2010 a confiança no caminho do cumprimento da tua vontade.

A oração do Senhor: Pai nosso Ecumênico (pág. 31)

5 - Envio

Oração de compromisso

L: Oremos

T: Leva-nos de onde estamos agora para onde queres que estejamos; faze de nós não apenas guardiões de uma herança, mas sinais vivos do teu Reino que vem; inflama-nos com paixão pela justiça e pela paz entre todos; enche-nos com aquela fé, esperança e amor que permeia o Evangelho; e através do poder do Espírito Santo faz-nos **UM**. Para que o mundo possa crer, que teu nome seja glorificado em nossa nação. Para que a tua Igreja possa ser mais efetivamente teu corpo, nós nos comprometemos a te amar, te servir e a te seguir como peregrinos, não estranhos.

Bênção

L: A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam sempre com vocês

T: E também com você.

Hino final

19

DEUS QUER FALAR COM VOCÊ

• *Quando estiver triste:*

Salmos 33, 40, 42, 43 e 51;

João 14

Mateus 6, 19-34;

Filipenses 4.

• *Quando os amigos falham:*

Salmos 26 e 35;

Mateus 10;

Lucas 17;

Romanos 12.

• *Quando tiver pecado:*

Salmos 50;

Lucas 15.

• *Antes da Celebração na Igreja:*

Salmos 83.

• *Quando estiver em perigo:*

Salmos 20 e 90;

Mateus 11, 25-31;

Lucas 8, 22-25;

II Timóteo 3.

• *Quando parecer que Deus está distante de você:*

Salmos 138;

Filipenses 4, 6-9

I Pedro 5, 7;

Mateus 6, 25-34.

• *Quando você se sentir desanimado:*

Isaías 40;

Salmos 23;

Mateus 5, 4;

I João 3, 1-3.

• *Quando quiser ser bem sucedido e dar bons frutos:*

João 15

• *Quando tiver dívidas:*

João 7, 17;

Lucas 11, 1-3.

• *Quando estiver sozinho e atemorizado:*

Salmos 22 e 55;

Hebreus 13, 5

• *Quando precisar de paz interior:*

Salmos 1, 1-4; 85

Lucas 10, 38-42;

Romanos 5, 1-5;

Colossenses 3, 15.

• *Quando necessitar de Oração:*

Romanos 5, 3-5;

Hebreus 12, 1-11;

Tiago 5, 11-15;

Lucas 11, 1-3;

João 17.

• *Quando estiver enfermo e na dor:*

Salmos 38; 41, 2-4;

Mateus 26, 39;

Romanos 5, 3-5;

Hebreus 12, 1-11;

Tiago 5, 11-15

• *Na Tentação:*

Mateus 6, 24;

Marcos 9, 42;

Lucas 21, 33-36;

Romanos 13, 13;

Tiago 1, 12.

• *Na Aflição:*

Salmos 2, 16, 31, 34, 37, 38, 40 e 139;

Mateus 11, 28-30;

João 14, 1-4.

• *No Cansaço:*

Salmos 6, 27, 55, 60, 90;

Mateus 11, 28-30.

• *No Agradecimento*

Salmos 65, 92, 95, 100, 103, 116 e 147.

• *Na Alegria*

Filipenses 4;

Salmos 97 e 99;

Lucas 1, 46-56.

Gentileza do Cônego José de Arimatéia de Pinho, o homem mais feliz do mundo!

Mariana - MG

Estudo Bíblico
Conhecendo a Bíblia (D. Orani João Tempesta[®])

Introdução

Através deste pequeno trabalho, você poderá conhecer um pouco mais sobre este livro, que desperta o interesse de tantas pessoas: a Bíblia.

O texto tem por objetivo, que ao final deste estudo, o aluno saberá a importância que tem a Bíblia. Será uma viagem pelo assunto tão interessante que é a Palavra de Deus. Boa leitura!!!

O que é a Bíblia?

A palavra Bíblia vem do grego, ela significa "coleção de livros". Nela contém a história da Salvação, desde a criação do mundo feita por Deus até as profecias da Segunda vinda gloriosa de Jesus, o Filho de Deus. Podemos, para um melhor entendimento, caracterizá-la como uma "grande carta" enviada por Deus à todos os seus filhos. Nesta carta contém o Plano que Deus preparou para cada um de nós.

Quando começou a ser escrita?

A Bíblia foi escrita durante muitíssimo tempo (aproximadamente 1.300 anos). Seu início ocorreu antes da vinda de Cristo, com as chamadas "traduções orais", que vem a ser as histórias que uns contavam a outros. Por volta de muito tempo atrás, os chamados escribas decidiram "passar para o papel" essas histórias. Com isso, pouco a pouco, a Bíblia foi sendo formada.

Quando terminou de ser escrita a Bíblia?

A Bíblia terminou de ser escrita por volta do ano 100 d.C., com o Apóstolo João Evangelista (que escreveu o Apocalipse).

Quem escreveu a Bíblia?

A Bíblia foi escrita por várias pessoas, mas foi inspirada unicamente por Deus. O Pai usou de pessoas como instrumentos seus para transmitir a sua mensagem.

Como a Bíblia é formada?

A Bíblia é formada por livros sagrados. São 73 os livros contidos na Bíblia. Desses 73 livros sagrados, 46 constituem o conjunto de livros do Antigo Testamento e 27 constituem o conjunto dos livros do Novo Testamento. Podemos afirmar então, que a Bíblia é dividida em duas grandes partes: Antigo Testamento e Novo Testamento. A palavra testamento significa aliança.

O que contém no Antigo Testamento?

O Antigo Testamento nos revela a Criação do mundo, as alianças que Deus fez com os homens, as profecias que anunciavam a vinda do Messias, a fidelidade e infidelidade do povo de Deus, e principalmente, a preparação do povo escolhido de onde viria o Verbo Encarnado.

O que contém no Novo Testamento?

O Novo Testamento possui quatro livros (Mateus, Marcos, Lucas e João) que contam toda a vida de Jesus Cristo, desde o seu nascimento até a sua ascensão ao céu. Esses quatro livros formam um conjunto denominado evangelho. O Novo Testamento é também constituído por várias cartas (também chamadas epístolas), que foram escritas pelos apóstolos com o objetivo de direcionar a Igreja fundada por Cristo. Além do evangelho e das cartas, o Novo Testamento possui um livro que conta os primórdios da Igreja de Cristo e outro livro profético que revela a Segunda vinda gloriosa de Jesus, respectivamente, são eles: os Atos dos Apóstolos e o Apocalipse.

Quais foram os idiomas usados para escrever a Bíblia?

Os idiomas bíblicos são três: o hebraico, o aramaico e o grego.

O Antigo Testamento, foi totalmente escrito em hebraico. Já, o Novo Testamento, foi escrito a maior parte em grego e uma pequena parte em aramaico (que vem a ser um dialeto do hebraico). Por curiosidade, o idioma que Cristo falava era o aramaico.

Quem traduziu a Bíblia?

Como já vimos, a Bíblia possui três idiomas de origem: o hebraico, o aramaico e o grego. Com o tempo, foram surgindo as traduções. Hoje em dia, a Bíblia é o livro mais traduzido no mundo inteiro. Isso foi graças ao esforço de muitos estudiosos da época. São Jerônimo é um grande exemplo disso, ele foi quem traduziu a Bíblia para o latim. Pouco a pouco, logo após a tradução para o latim, a Bíblia foi sendo traduzida em mais e mais línguas. Até chegar ao que temos hoje: o livro mais lido mundialmente.

*Unidos no ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações
(Cf Atos 2,42)*

A busca da unidade ao longo de todo o ano

No hemisfério norte, o período tradicional para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é de 18 a 25 de janeiro. Essas datas foram propostas em 1908 por Paul Watson porque cobriam o tempo entre as festas de São Pedro e São Paulo e tinham, portanto, um significado simbólico. No hemisfério sul, em que janeiro é tempo de férias, as Igrejas geralmente preferem outras datas para celebrar a Semana de Oração como, por exemplo, ao redor de Pentecostes (como foi sugerido pelo movimento Fé e Ordem em 1926), que também é um momento simbólico para a unidade da Igreja.

Quatro elementos de unidade:

At 2,42: “Eles eram assíduos ao ensinamento dos apóstolos e à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações”.

O primeiro dia apresenta as bases da Igreja mãe de Jerusalém; nos relembra a coragem da Igreja primitiva, que bravamente dava testemunho da verdade, assim como hoje necessitamos trabalhar pela justiça em Jerusalém e no resto do mundo.

O segundo dia recorda que a primeira comunidade unida em Pentecostes tinha em seu interior pessoas de origens diversas, assim como a Igreja hoje representa uma rica diversidade de tradições cristãs. Nosso desafio hoje é conseguir uma unidade visível maior, capaz de acolher nossas diferenças e tradições.

O terceiro dia contempla o primeiro elemento essencial de unidade: a Palavra de Deus apresentada através do ensinamento dos apóstolos. A Igreja de Jerusalém nos recorda que, sejam quais forem as nossas divisões, esses ensinamentos nos impelem a nos envolver em amor mútuo e em fidelidade ao corpo único que é a Igreja.

O quarto dia enfatiza a partilha como segunda expressão de unidade. Assim como os primeiros cristãos punham tudo em comum, a Igreja chama todos os irmãos e irmãs a partilhar bens e tarefas, com coração alegre e generoso, para que ninguém passe necessidade.

O quinto dia destaca o terceiro elemento da unidade: a fração do pão, que nos une em esperança. Nossa unidade vai além do momento da Santa Comunhão: ela precisa incluir a atitude correta a respeito da vida ética, da pessoa humana e de toda a comunidade. A Igreja de Jerusalém conclama os cristãos a se unirem na “fração do pão” hoje, porque uma Igreja dividida não pode falar com autoridade sobre temas de justiça e paz.

O sexto dia apresenta o quarto elemento de unidade: com a Igreja em Jerusalém ganhamos força pelo tempo que nos dedicamos à oração. Especificamente, a Oração do Senhor chama todos nós, em Jerusalém e no mundo inteiro, os fracos e os poderosos, a um trabalho conjunto pela justiça, paz e unidade, para que venha a nós o Reino de Deus.

O sétimo dia nos leva além dos quatro elementos da unidade, com a Igreja em Jerusalém alegremente proclamando a Ressurreição, mesmo quando ela carrega a dor da cruz. A Ressurreição de Jesus é hoje para os cristãos em Jerusalém a força que lhes permite a permanência constante no seu testemunho, no trabalho para a liberdade e a paz na Cidade da Paz.

O oitavo dia conclui a caminhada com um chamado das Igrejas de Jerusalém para um trabalho mais amplo de reconciliação. Mesmo se os cristãos conseguirem unidade entre eles, sua tarefa não estará completa, porque eles precisam se reconciliar com outros. Os cristãos são desafiados a buscar justiça e reconciliação em seu próprio contexto.

Estes temas podem ser refletidos, divulgados e colocados em prática ao longo de todo o ano.

Preparando a Semana de Oração

Temos aqui uma nova Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Como é costume no hemisfério sul, ela vai ser celebrada entre as festas da Ascensão e Pentecostes, um período bem simbólico para as comunidades cristãs. Na Ascensão Jesus encerra sua presença visível entre nós e logo depois à descida do Espírito Santo prepara seus seguidores, todos juntos, para a missão em que, falando diferentes linguagens, vão transmitir uma só e unificadora mensagem.

Este ano a Semana de Oração tem duas características especiais. Ela vem logo depois de uma Campanha da Fraternidade Ecumênica que deixou sementes de trabalho conjunto que devem ser cultivadas com alegria. Mas ela também se situa no centenário da famosa Conferência Missionária de Edimburgo, que aconteceu em 1910 e que foi marcante como impulso para o movimento ecumênico. Foi lá que os representantes dos povos que acolheram o trabalho cristão missionário pediram que seus evangelizadores se unissem, chegassem a um acordo, para que a mensagem tivesse uma coerência e um maior poder de atração.

Esses dois acontecimentos trazem apelos importantes, para fazer desta Semana de Oração algo realmente novo: somos chamados a trabalhar melhor, aproveitando os grupos que já foram formados na Campanha da Fraternidade; somos incentivados a conhecer mais de perto a própria história do movimento ecumênico, tomando conhecimento dos progressos e dos desafios que marcam essa caminhada.



A ORAÇÃO E O PERDÃO

Certo dia, Jesus subiu a uma montanha para rezar. Passadas algumas horas, desceu para se encontrar com os seus discípulos que lhe pediram que lhes ensinassem a rezar. Jesus lhes ensinou a ORAÇÃO DO PAI NOSSO (Lc. 11,1-4).

REZAR É FALAR COM DEUS e, como Deus é nosso amigo, devemos rezar sempre. Quanto mais nós rezamos, mais nos aproximamos de Deus e nos sentimos felizes.

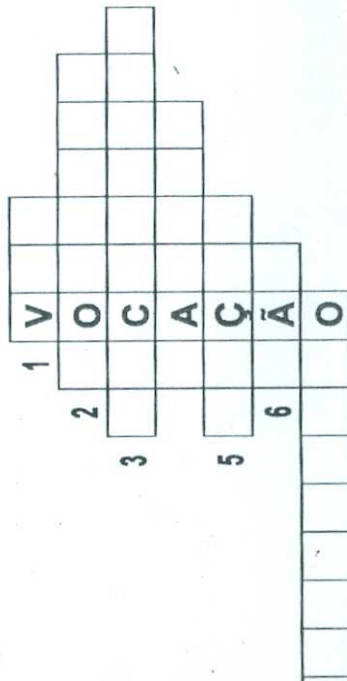
Jesus, para explicar ao povo o amor de Deus, inventava histórias que chamamos de PARÁBOLAS.

Certa vez, para falar da misericórdia de Deus contou esta parábola: Um homem tinha dois filhos. Certa vez o mais novo pediu ao pai sua parte da herança e partiu pelo mundo afora. Levou consigo grande soma de dinheiro, pois o pai era muito rico. Gastou tudo em jogos, bebidas, mulheres e coisas à toa, ficando na mais completa miséria. Empregou-se numa fazenda para trabalhar e o mandaram cuidar dos porcos. Lá sofreu muito, pois, até a comida que os porcos comiam ele desejou comer. Mas nem isso seu patrão lhe dava. Então aquele filho resolve VOLTAR À CASA PATERNA, na condição de empregado de seu pai. Mas seu pai o recebeu com grande festa, PERDOANDO-O. Seu irmão mais velho teve ciúmes, mas a bondade do pai foi maior e trouxe a unidade àquela família (Lc 15,11-32).

DESCOBRINDO O EVANGELHO

Mt. 9, 13, 37-38

irmãos em Cristo, Paz e bem para vocês!
 gelho Jesus vê e chama aqueles para o qual Ele veio, os pecadores e
 o à margem. Ele espera que não apenas aceitemos o convite, mas
 mos estar em intimidade com Ele, ouvindo sua Palavra e rezando
 is assim poderemos nos tornar seus discípulos. E Ele pede para
 ra que surjam operários para a sua colheita, porque pela Sua graça
 antidade de frutos e poucos são os operários que deverão estar
 ara que estes frutos não se percam.



. Jesus ---1--- um homem chamado ---4---, sentado na coletoria
 os, e lhes disse: "siga-me!" Ele se levantou e seguiu a Jesus.
 sus à mesa em casa de ---4---, muitos cobradores de impostos e ---
 e sentaram-se à mesa com Jesus e seus discípulos. Alguns fariseus
 gumtaram aos discípulos. "porque o mestre de vocês come com os
 s de impostos e os ---3---?" Jesus ouviu a pergunta e respondeu: "As
 e têm saúde ---6--- precisam de médico, mas so as que estão ---2---
 npois o que significa: "Eu quero a misericórdia e ---6--- o ---7---".
 vim para chamar justos, e sim ---3---
 us disse a seus discípulos: "A colheita é grande, mas os
 res são poucos! Por isso, ---5--- ao dono da colheita que mande
 res para a colheita.

1. Viu - 2 Doentes - 3 Pecadores - 4 Mateus - 5 Pegam - 6 Não - 7